

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE -
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

MURANNA SILVA LOPES

**O “SER” PERCEBIDO NA CONTEMPORANEIDADE:
relações de ódio no comportamento social em redes sociais**

SÃO LUÍS
2018

MURANNA SILVA LOPES

O “SER” PERCEBIDO NA CONTEMPORANEIDADE:
relações de ódio no comportamento social em redes sociais

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sannyá Fernanda Nunes Rodrigues

SÃO LUÍS

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

LOPES, Muranna Silva.

O "SER" PERCEBIDO NA CONTEMPORANEIDADE: : relações de ódio no comportamento social em redes sociais / Muranna Silva LOPES. - 2018.

137 p.

Orientador(a): Sannyá Fernanda Nunes RODRIGUES.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Comportamento social. 2. Discurso de Ódio. 3. Poder. 4. Redes Sociais. I. RODRIGUES, Sannyá Fernanda Nunes. II. Título.

MURANNA SILVA LOPES

O “SER” PERCEBIDO NA CONTEMPORANEIDADE:
relações de ódio no comportamento social em redes sociais

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Mestre em Cultura e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sannyá Fernanda Nunes Rodrigues

Aprovada em 30/ 07/ 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Sannyá Fernanda Nunes Rodrigues

Prof^a. Dra. Márcia Marques

Prof^o. Dr. João Batista Bottentuit Junior

Para minha mãe e meu pai. Meu
sublime amor.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela proteção e luz divina que iluminou meus caminhos para a conclusão de mais uma etapa de minha vida.

Aos Meus Pais, agradeço as palavras de interesse e apoio manifestado, assim como as palavras de força. Um obrigado muito especial pela ajuda, compreensão e amor durante todo este processo. Obrigada por tudo o que me proporcionaram e ensinaram ao longo da vida. Amo vocês **Mãe e Pai!**

À Minha Irmã Thágira, pelo apoio incondicional, afeto, amor, e pelo maior presente da minha vida, o **José Pedro**. Te amo!

À Tia Luce Maria, por ser minha segunda Mãe, pela paciência, amor, amparo e por ser uma pessoa linda. Amo você!

À Minha Avó Maria e Minha Tia Jacinta, por serem meu porto seguro, meu amparo e minhas pedras preciosas. Amo-as intensamente!

Aos Primos e Primas, Amigos e Amigas, pela amizade e cumplicidade de tantos anos. Pelas risadas, momentos tristes e felizes e por serem quem são. Muito amor para nós!

À Renatita (Renata Reis), pela amizade que foi um presente do Mestrado, pelas caronas, pela parceria e pelo coração bondoso.

À professora Sanny, minha orientadora querida, obrigada pela disponibilidade e confiança, pelas observações pertinentes e pela honestidade nas críticas necessárias ao meu trabalho. Você é especial!

Aos professores João Batista Bottentuit Junior e Márcia Marques, pela disponibilidade, sábios conselhos e preciosas sugestões ao meu trabalho. Obrigada!

A todos, obrigada por terem entrado na minha vida!

A Verdade Dividida

A porta da verdade estava aberta
mas só deixava passar
meia pessoa de cada vez.

Assim não era possível atingir toda a verdade,
porque a meia pessoa que entrava
só conseguia o perfil de meia verdade.
E sua segunda metade
voltava igualmente com meio perfil.
E os meios perfis não coincidiam.

Arrebentaram a porta. Derrubaram a porta.
Chegaram ao lugar luminoso
onde a verdade esplendia os seus fogos.
Era dividida em duas metades
diferentes uma da outra.

Chegou-se a discutir qual a metade mais bela.
Nenhuma das duas era perfeitamente bela.
E era preciso optar. Cada um optou
conforme seu capricho, sua ilusão, sua miopia.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

O discurso de ódio nas redes sociais. O fim do século XX e o início do século XXI foram marcados por um conjunto de transformações políticas, econômicas e ideológicas que apontavam para a construção de uma nova sociedade, regida por princípios distintos daqueles que haviam sido hegemonicamente dominantes até as décadas de 1960 e 1970. Novos sujeitos sociais, modos de produção, práticas políticas, tipos de sociedade, de organização da produção, de formas de ação política coletiva foram ancorados com base no avanço, no progresso ou no desenvolvimento científico e tecnológico. Assim, a presente dissertação pretende analisar o discurso de ódio no comportamento social, que atravessa postagens, debates e discussões na rede social *Facebook*, no período político que compreende o ano de 2016. Além de refletir como as produções discursivas evidenciam a construção de identidades nas redes sociais e como relações assimétricas de poder são mantidas ou modificadas nas práticas sociais nesses espaços. Utiliza como principais condutores teóricos Castells (2013), Lévy (2003), Bauman (2000), Foucault (2012), Barbero (2014), Recuero (2009). Este estudo proporcionará a discussão e o entendimento em esfera global, acerca das relações comportamentais do indivíduo inserido no campo tecnológico das redes sociais, com vistas a desencadear uma reflexão dessas posturas que atingem grande parte da sociedade. Evidenciou-se, portanto, que o espaço virtual na mesma proporção em que dá espaço ao discurso de ódio e à prática das intolerâncias também oportuniza que denúncias sejam concretizadas.

Palavras-chave: Comportamento social; Redes Sociais; Discurso de Ódio; Poder.

ABSTRACT

The hate speech on social media. The end of the 20th century and the beginning of the 21st have been characterized by a collection of political, economical and ideological transformations that aim at the construction of a new society, ruled by different elements from those that had been hegemonically dominants until the 1960 and 1970 decades. New social individuals, new production system, political methods, types of society, production organization and forms of collective political actions were anchored according with the advance, progress or scientific and technological development. Thus, this dissertation intends to analyze the hate speech on social behavior that is presented on posts and discussions on Facebook media during the political period that comprehends the year of 2016. Beyond that, the reflection of how the discursive productions highlight the construction of identities on social media and how the asymmetrical relations of power are kept or modified on social practices on this environment. The main theoretical conductors exploited are Castells (2013), Lévy (2003), Bauman (2000), Foucault (2012), Barbero (2014) and Recuero (2009). This study brought a discussion and understanding about the behavioral relations of the individual inserted on the technological field of social media, with the intention to elicit a reflection of these stances that affect the biggest part of the society. Therefore, there was the clarification that the virtual environment gives space to hate speech and to intolerant practices, as much as it offers an opportunity to reports to be consolidated as well.

Keywords: Social behavior; Social media; Hate speech; Power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Charge Pós-verdade	42
Figura 02 Timeline do Facebook	57
Figura 03 Ilustração da página do Instagram	59
Figura 04 Ilustração da página do Twitter	60
Figura 05 Ilustração da página do Pinterest.....	61
Figura 06 Página inicial do <i>TheFacebook</i> em 2004	104
Figura 07 Página inicial do Facebook atualmente.....	105
Figura 08 Comentário intolerante 1	110
Figura 09 Comentário intolerante 2	111
Figura 10 Comentário intolerante 3	112
Figura 11 Comentário intolerante 5.....	112
Figura 12 Mapa de calor da Intolerância.....	114
Figura 13 Porque não mataram todos em 64.....	115
Figura 14 Comunista bom é morto.....	116
Figura 15 Intervenção militar já	117
Figura 16 Intervenção militar.....	117
Figura 17 Adesivo Dilma Rousseff 1	118
Figura 18 Adesivo Dilma Rousseff 2	118
Figura 19 Menções intolerantes	119
Figura 20 Comentário intolerante 5	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Caracterização da <i>Web</i>	53
Quadro 2 Ranking das redes sociais mais utilizadas no mundo	56
Quadro 3 Modos de operação da Ideologia por Thompson (1995)	73
Quadro 4 Critérios de inclusão e exclusão	86

LISTA DE SIGLAS

ARS	Análise de Redes Sociais
BDTD/ibct	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ECA	Escola de Comunicações e Artes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística
LABIC	Laboratório de Estudos sobre Internet e Cultura
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF	Lei da Responsabilidade Fiscal
ONU	Organização das Nações Unidas
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
TAR	Teoria Ator-Rede

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	O MUNDO CONTEMPORÂNEO	20
2.1	Pós-modernidade	21
2.2	Pós-estruturalismo	25
2.3	Teoria Ator-Rede	27
2.4	Complexidade na sociedade de redes	29
2.5	Mídia e sociedade	31
2.6	Cibercultura e o sujeito contemporâneo na virtualidade	34
2.7	A Pós-verdade	40
3	NAVEGANDO NAS TEIAS DISCURSIVAS DAS REDES	44
3.1	A evolução das gerações “.0”	44
3.2	Web 1.0	45
3.3	Web 2.0: web social	46
3.4	Web 3.0: web semântica	51
3.5	As redes sociais mais utilizadas	55
4	ENSAIOS SOBRE DISCURSO, PODER E IDENTIDADE	62
4.1	Discurso	62
4.2	Poder e Hegemonia	67
4.3	Identidade e Alteridade	76
4.4	Discurso, poder e identidade no espaço virtual	80
5	TRAJETÓRIA PERCORRIDA	82
5.1	O universo do estudo: processo metodológico	82
5.2	Fontes de dados	86
5.3	Descritores da pesquisa	86
5.4	Desenho do estudo	87
5.5	Dialogando com os resultados	88
6	CONECTADOS NA REDE: liberdade de expressão e discurso de ódio no período político de 2016	92
6.1	Liberdade de expressão como Direito Fundamental	92
6.2	Discurso de ódio, incivilidade e desrespeito	93
6.3	Liberdade de expressão e Discurso de ódio	96
6.4	O conturbado período político de 2014 e 2015	98

6.5	Breve panorama político de 2016: o <i>impeachment</i>	101
6.6	O <i>Facebook</i>	103
6.7	Discursos e subjetividades no <i>Facebook</i>	105
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
	REERÊNCIAS	128
	APÊNDICE	136

1 INTRODUÇÃO

Vivemos diariamente ligados em nossos *smartphones*, *tablets*, *notebooks*, TVs e computadores. Acompanhamos em tempo real notícias, eventos, tragédias, shows, descobertas em todo o mundo. Num piscar de olhos as informações chegam a nossa casa, nosso trabalho, nosso lazer. Estamos incessantemente conectados na virtualidade.

Contemporaneamente, a *internet* vem sendo uma das principais ferramentas de atualização e disseminação de notícias e informações, especialmente pela facilidade de acesso por meio dos mais variados dispositivos, se tornando espaços favoráveis e adaptados para a livre circulação e difusão de ideias, isto é, um ambiente grandemente democrático, fazendo com que os indivíduos dialoguem abertamente sobre suas opiniões e convicções, que chegam a qualquer parte do mundo instantaneamente.

Contudo, o avanço e popularização da *internet*, independente de trazer numerosos benefícios, desencadeou também à proliferação da violência por intermédio das redes, posto que são violados os Direitos Humanos dos cidadãos. Diariamente emergem denúncias relativas à discriminação contra as mulheres; à apologia e incitação a crimes contra a vida; ao racismo; à homofobia; à pornografia infantil; à intolerância religiosa; à xenofobia; ao discurso de ódio; entre outras violações *online*, que todos os dias geram conflitos que passaram a existir no universo virtual e não somente no mundo real dos seres sociais.

Os riscos do uso inconsequente e irresponsável da expressão de opiniões na *internet*, por meio das tecnologias de comunicação e informação, nos remetem ao caráter público da comunicação virtual.

A antropóloga argentina Paula Sibilia (2008) analisa o fenômeno de visibilidade e transformação da vida privada vivenciada pela sociedade atual, destacando que esse fenômeno da espetacularização dos indivíduos em sociedade é demonstrado a partir da intensificação das novas mídias digitais, resultando na “democratização” dos meios.

Onde antes existia apenas um emissor e diversos receptores, no âmbito do fenômeno da comunicação, instaura-se uma nova era nas redes de comunicação onde todos têm acesso e podem ter “voz”.

As tecnologias são disponibilizadas a todos que a buscam e desejam emitir suas ações e pensamentos, deixando informações individuais, livres para serem acessadas, podendo ser lidas e compartilhadas nas telas dos diversos dispositivos digitais.

Desencadeia, assim, uma cultura voltada para a exposição desmedida nas redes sociais. Inconscientemente indivíduos são levados pela hegemonia da autoexposição, característica da atual Sociedade Excitada, conceituada pelo filósofo alemão Christoph Türcke (2010, p.37), momento em que “quem não chama a atenção constantemente para si, quem não causa uma sensação corre o risco de não ser percebido”.

Para o autor supracitado, o indivíduo contemporâneo comporta da compulsão de emitir pensamentos e ideias para mostrar presença, “porque mais importante do que fazer uma boa figura é fazer alguma figura” (TÜRCKE, 2010, p. 41). Hoje, o indivíduo pode estar no universo das mídias, sem a obrigação de mediadores e fazendo sua própria autopropaganda.

E, fazendo uso das palavras do filósofo anglo-irlandês bispo George Berkeley (1973, p. 23), “ser é ser percebido” e usando sua teoria de que existem apenas dois elementos envolvidos na percepção: o sujeito e o que é percebido, e remetendo a pós-modernidade, destacando a presença do indivíduo nas redes sociais, torna-se cada vez mais atual essa relação, visto que, cotidianamente nos deparamos com a emissão de opiniões infundadas e irrefletidas caracterizadas pelo mau uso nas redes sociais digitais.

Por vezes, um comentário, opinião, vídeo ou imagem postado por determinada pessoa consegue ferir a honra de outrem, podendo incitar o ódio contra uma pessoa ou grupo de pessoas, seja pela religião, política, etnia, pela cor, e, o indivíduo mascara seu preconceito, alegando a prática de seu direito à liberdade de expressão.

De mais a mais, por facultar usuários anônimos, as redes sociais virtuais (*Facebook, Twitter, Instagram, Blogs, Fóruns Virtuais de Discussão*, entre outros) apresentam ampla presença de discursos homofóbicos, racistas, xenófobos e intolerantes.

Esse tema se expandiu mundo afora com a nomenclatura de “*hate speech*”, e foi traduzido para o português como discurso do ódio. Este sendo, o

discurso que caracteriza uma ideia de intolerante, menosprezante, provocando até a exclusão de indivíduos ou determinados grupos.

O discurso do ódio é um grande desafio a ser enfrentado pelos Estados democráticos, pois, exterioriza uma complexidade que por vezes não é levada em consideração. A criminalização de atos racistas, homofóbicos, xenófobos, entre outros, parece um tanto óbvia, mas o que dizer dos discursos que carregam de forma implícita a intolerância, visando mais uma doutrinação da diminuição e desmerecimento do outro do que propriamente uma ofensa direta.

É notório que se está à frente de um tema problemático e sem respostas fáceis. Lamentavelmente, no Brasil, o tratamento relacionado ao tema ainda é muito insciente. Existem mais perguntas que respostas. Mais respostas abstratas que concretas. Mais concretude achista que científica. Esse é o atual panorama da discussão sobre discurso de ódio.

Contudo, a temática ressurgue nos dias de hoje com mais êxtase, uma vez que, ela interessa na discussão da base do atual paradigma constitucional, social e político que visa resguardar um amplo fluxo de expressão, tolerando as mais diversas ideias, mas entendendo os indivíduos desse discurso como sujeitos merecedores de igual consideração.

O discurso de ódio cometido pela internet, além de degradar e discriminar determinados seres ou grupos sociais, provoca também o preconceito a outros usufruidores da rede social, notadamente crianças e adolescentes, isto é, o que no mundo real social seria um ato individual, virtualmente ele integra milhares de pessoas, as influenciando negativamente.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009, p.11) dispõe, em seu artigo 19º que

Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) aderiu à Declaração dos Direitos Humanos, conforme se depreende do artigo 5º, inciso IV da Constituição: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” (BRASIL, 1988, p.13), como também no seu inciso IX: “é livre a

expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 1988, p.13).

Entretanto, no universo virtual, onde milhões de sujeitos possuem acesso ao que está sendo compartilhado, publicado em poucos minutos, se faz necessário questionar como a liberdade de expressão realizada nas redes se encontra passível a qualquer limite ou controle? Pode-se publicar qualquer informação que queira, até mesmo sobre ou de outro indivíduo, impelindo a intolerância social, disfarçando seu discurso de ódio como exercendo seu direito democrático à livre expressão?

Neste sentido, entendendo que as redes sociais são ambientes disseminadores de discursos e ideologias surge o seguinte problema de pesquisa: a que ponto essas práticas discursivas de discurso de ódio inferem os preceitos de igualdade e liberdade de expressão de todos os indivíduos?

Desta feita, esta questão assim como tantas outras indagações que permeiam esta temática e que se insere no campo social e cultural, são premissas de suma importância para qualquer que seja o profissional, estudante ou pesquisador no âmbito social atual.

Tendo como base a questão problema estabelecida, decorrem os seguintes objetivos:

- GERAL

Analisar o discurso de ódio através do comportamento social de indivíduos nas redes sociais no ano de 2016, ano em que ocorreu o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

- ESPECÍFICOS

a) Caracterizar e contextualizar as redes sociais;

b) Averiguar as relações que envolvem discurso, poder e identidade existentes na utilização das redes sociais;

c) Explicitar como as relações odiosas desenvolvem-se e promulgam-se nas redes sociais, inferindo os princípios democráticos de liberdade de expressão.

O âmago desse estudo é inovar na busca de uma abordagem geral e específica que possa constituir um entendimento mais sólido do que seria um discurso disseminador do ódio e de como ele pode e deve ser identificado nos casos concretos por meio da utilização das redes sociais.

Este trabalho parte de uma pesquisa no Mestrado Interdisciplinar em Cultura e Sociedade-PGCult da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, e filia-se a linha de pesquisa “Cultura, Educação e Tecnologia”, emergindo a necessidade de tentar analisar o atual comportamento social dos indivíduos nas redes sociais, e que tem suscitado inúmeras discussões no Brasil e em todo mundo sobre essa temática nos diversos espaços acadêmicos como em meio a sociedade em geral. Visto que, atualmente e cotidianamente deparamo-nos com os mais variados conflitos, movimentos, rejeições, atos de vandalismos provocados por indivíduos ao utilizarem suas de redes sociais.

A leitura de debates nesse sentido associada à observação direta nas redes sociais desencadeou a inquietação para a escolha do tema, uma vez que se vê como imperativa, portanto, a necessidade de ascensão de assuntos que proporcionem a discussão e o entendimento em esfera global, acerca das relações comportamentais do indivíduo inserido no campo tecnológico das redes sociais, com vistas a desencadear uma reflexão a cerca dessas posturas que atingem grande parte da sociedade.

A viabilidade da pesquisa se dá pela existência de ampla literatura sobre o tema, contando com autores como Castells (2013), Lévy (2003), Bauman (2000), Foucault (2012), Barbero (2014), Recuero (2009), entre outros, que apresentam abordagens teóricas e metodológicas capazes de incitar a associação entre tecnologia, sociedade poder e comunicação.

O objeto de pesquisa estudado e observado foram as redes sociais que, hoje são redes de comunicações e interações que compreendem uma linguagem simbólica, limites culturais e relações de poder. Nos últimos tempos emergiram como um padrão organizacional habilitado a expressar, através de sua estruturação de relações, interações sociais, econômicas e políticas de característica inovadora, com a função de auxiliar e explicar algumas problemáticas atuais. É a materialização de uma nova maneira de conhecer e, pensar a realidade social.

A pesquisa está dividida em 5 capítulos. O capítulo 1 apresenta o mundo contemporâneo, trata da sociedade em rede decorrente do advento da pós-modernidade, do surgimento da cibercultura, tendo como consequência o surgimento das mídias sociais digitais e a constituição do processo de democratização da informação a partir do ciberespaço.

O capítulo 2 expõe a evolução das gerações das mídias sociais, externando brevemente suas especificidades, abordando discursivamente as redes sociais mais utilizadas, bem como todo emaranhado de conexões que fazem parte das redes de comunicação e interação na *web*.

O capítulo 3 apresenta conceituações sobre discurso, poder e identidade no âmbito das redes sociais. Partindo dos conceitos, perpassando às conceituações de propósito do estudo, que promovem e dão subsídio aos diálogos pertinentes para o trabalho.

No quarto capítulo apresenta-se o delineamento da pesquisa, a descrição dos procedimentos metodológicos, os instrumentos e as estratégias da pesquisa utilizadas durante a construção dessa dissertação.

O capítulo 5, expõe questões relacionadas às características do discurso do ódio como uma espécie de ciberativismo anti-democrático, no qual se analisam comentários em sítios eletrônicos de informação classificados como intolerantes, dados estes, coletados a partir do *Facebook*. O capítulo é finalizado com a discussão voltada as questões relacionadas à liberdade de expressão e apologia ao ódio e a práxis cidadã como alternativa para a intolerância política.

Por fim, o último capítulo trata das considerações finais dessa dissertação, que apontou as características da cibercultura do discurso de ódio a partir de comentários intolerantes, assim como possibilidades de enfrentamento da situação exposta.

2 O MUNDO CONTEMPORÂNEO

Diversas mudanças socioculturais nos campos social, político, econômico e cultural ocorreram com o advento da pós-modernidade, mudanças de paradigmas nas mais diferentes esferas, além da impulsão do indivíduo na vida virtual desencadeada pelo desenvolvimento tecnológico resultado dos avanços nos campos da telemática.

No século XVII, com a evolução da industrialização, a modernidade se caracterizou pela crescente racionalização da vida social, separação das diferentes instâncias como ciência, arte e moral, burocratização das instituições e pelo individualismo. Entretanto a pós-modernidade pôs fim ao império da razão, sustentada pelos princípios modernos, estabelecendo uma sociedade fundada no presente, rompendo a noção de linearidade histórica e progressista demarcada na modernidade.

A ideia de pós-modernidade aparece na segunda metade do século XX com o advento da sociedade de consumo e dos *mass media*, associado à queda das grandes ideologias modernas e de ideias centrais como história, razão, progresso. Agora, os campos da política, da ciência e da tecnologia, da economia, da moral, da filosofia, da arte, da vida cotidiana, do conhecimento e da comunicação vão sofrer uma modificação radical” (LEMOS, 2002, p.67).

Esses princípios se referem também à economia pós-industrial, que teve início nos Estados Unidos nos anos 40 e 50, contribuindo para a produção e o tracejo de novos bens de consumo, fortalecendo micropolíticas voltadas para um consumismo sem fronteiras e em constante expansão. É nesse panorama que surgem às novas tecnologias digitais, que inserem o indivíduo em uma sociedade midiática, modificando, notadamente, as relações sociais e as novas formas de comunicação.

Este capítulo apresentará concepções de pós-modernidade, pós-estruturalismo, Teoria da Complexidade, Teoria Ator-rede, mídia social, cibercultura, sujeito virtual e pós-verdade, com a intenção de abordar apresentar os novos paradigmas e práticas sociais que determinam a inserção do indivíduo nas tecnologias da informação. Para discorrer sobre pós-modernidade, cibercultura e virtualidade, utilizamos aportes teóricos referenciados pelos estudos de Lyotard (1988), Lemos (2002), Bauman (2001),

Levy (1999), Maffessoli (2006), Gumbrecht (1998), entre outros que surgirão no decorrer no estudo.

2.1 Pós-modernidade

Como categoria de uma época, a modernidade designa o período chamado iluminista, que se iniciou no século XVIII e relaciona-se a um projeto intelectual que tem como base o desenvolvimento científico objetivo e autônomo. Contudo, o objetivo iluminista foi estabelecer formas de conhecimento científico que permitissem estruturar a emancipação da humanidade. O esforço científico representava, assim, uma forma de ultrapassar as limitações impostas pela natureza.

Assim, a modernidade pode ser entendida como expressão de uma época histórica marcada por um discurso que privilegie as formas de conhecimento científico universais e totalizantes, ou seja, produtoras de interpretações teóricas abrangentes e homogeneizantes que procuram dar conta da história da humanidade como um todo.

Por outro lado, a pós-modernidade privilegia a diferença, a diversidade, a fragmentação, a indeterminação, e nesse sentido, se insurge contra os discursos universalizantes e totalizantes da modernidade, procurando reconhecer as diferentes subjetividades nas variadas esferas sociais.

Numa entrevista à Revista Cultura Vozes, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1999) descartou a relevância teórica do chamado pós-modernismo, pois o considerou como "uma bobagem". Argumentou Bourdieu que, paradoxalmente, se exprimem longos discursos para justificar a pretensa impossibilidade atual das "longas narrativas".

Por mais radical que possa ser, em sua generalização, é possível considerar que a fragilidade teórica de muitas manifestações dessa corrente, aliada à multiplicidade intrincada dos níveis e planos de análise, dificultando qualquer síntese minimamente coerente, faça regalia à determinado julgamento sumário.

Ocorre que, o hábito mental do fragmentário se instalou na mentalidade comum por influência dos veículos de comunicação de massa. Ao ultrapassar a constatação empírica para o plano das impossibilidades teóricas,

o pós-modernismo adere ao discurso dominante que faz das *mass media* o instrumento por excelência de alienação e de fetichização das relações sociais.

Destarte, para o sociólogo Anthony Giddens (1991), vivemos em uma época em que as consequências da modernidade se radicalizaram e não numa época pós-moderna. Ele aponta para um mundo fora de controle: as pretensões iluministas de domínio da natureza e da sociedade pela via de conhecimento e do progresso científico não se concretizaram.

Segundo ele, a modernidade se funda em duplicidade sombria, ao mesmo tempo em que cria uma estrutura de possibilidades e de oportunidades, fruto do desenvolvimento científico, promove também consequências degradantes, como a exploração do trabalho, o autoritarismo na utilização do poder político e as guerras.

Com relação à pós-modernidade, Giddens indica uma de suas características centrais: a ausência de certezas no processo de conhecimento.

A pós-modernidade se refere a algo diferente, ao menos como eu defino a noção. Se estamos nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade, isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social. O pós-modernismo, se ele existe de forma válida, pode exprimir uma consciência de tal transição, mas não mostra que ela existe. (GIDDENS, 1991, p. 45)

Lyotard (1988) caracteriza a pós-modernidade, por deslegitimar as narrativas modernas das ciências, que dimensionavam o progresso ao saber científico, uma vez que este seria uma forma de desprender dos dogmas e superstições.

No tocante à ciência, nesse momento histórico, ela passa a não ser mais estática, linear e definitiva como antes era aventado, mas passa a designar um dinamismo oriundo de um cenário cibernético e informacional. A ciência, segundo Lyotard (1988), equipara-se a um potencial quantitativo de informação.

Descobriu-se que a fonte de todas as fontes chama-se informação e que a ciência - assim como qualquer modalidade de conhecimento - nada mais é do que um certo modo de organizar, estocar e distribuir certas informações. (LYOTARD, 1988, p. 9)

No correr do saber científico, existe uma equidade de mercado. Numa relação entre produtores de saber com os usufruidores do saber, Lyotard (2009) ressalva que deve ser considerada:

Esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor. O saber é e será produzido para ser vendido e ele é e será consumido para ser vendido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos para ser trocado: ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde 'seu valor de uso'. (LYOTARD, 1988, p. 5)

A potencialização do mercado globalizado redimensionou as estruturas econômicas, disseminando mudanças de paradigmas e grande parte das transformações sociais. Jameson (1985) explicita que, desde a modernidade, a economia capitalista já traçava uma conjuntura social que propicia a expansão mundial capitalista em sua fase corrente, por conta do surgimento de:

[...] novos tipos de consumo, obsolescência programada, um ritmo ainda mais rápido de mudanças na moda e no styling, a penetração da propaganda, da televisão e dos meios de comunicação em grau até agora sem precedentes e permeando a sociedade inteira, a substituição do velho conflito cidade e campo, centro e província, pela terceirização e pela padronização universal, o crescimento das grandes redes de auto-estradas e o advento da cultura do automóvel — são vários dos traços que pareciam demarcar uma ruptura radical com aquela sociedade antiquada de antes da guerra, na qual o modernismo era ainda uma força clandestina. (JAMESON, 1985, p.26).

Contemporaneamente, se consolidou uma nova ordem social. Zygmunt Bauman (2001) qualifica a atual conjuntura da sociedade, relacionada aos princípios do capitalismo atual, como “modernidade líquida”. Esclarece que os líquidos são o tempo, o espaço, os desejos, os valores, etc., onde nada se cria ou toma consistência. Evidencia que nesta nova configuração da sociedade os sujeitos sociais se liquefizeram e se desvincularam dos padrões e referências socioculturais que eram fixos e lineares impostos na modernidade. Esse novo mundo fluido está estritamente ligado ao consumo, se contrapondo aos aspectos da solidez e necessidade.

O consumismo hoje, porém, não diz mais respeito à satisfação das necessidades – nem mesmo as mais sublimes, distantes (alguns diriam, não muito corretamente, “artificiais”, “inventadas”) necessidades de identificação ou a autossegurança quanto à “adequação”. Já foi dito que o *spiritus movens* da atividade consumista não é mais o conjunto mensurável de “necessidades” articuladas, mas o *desejo* – entidade muito mais volátil e efêmera, evasiva e caprichosa, e essencialmente não referencial [...], o desejo tem si mesmo como objeto hoje, constante, e por essa razão está fadado a permanecer insaciável, qualquer que seja a altura atingida pela pilha dos outros objetos (físicos ou psíquicos) que marcam seu passado. (BAUMAN, 2001, p. 96)

O modo de produção capitalista passou a integrar todos os âmbitos da sociedade, agenciando não só a ordem do capital, mas a subjetividade, na qual o indivíduo é condensado pelos desejos de consumo, onde existe uma dominação pelo objeto de desejo.

A relação entre tempo e espaço sofreram ríspidas alterações na pós-modernidade, em comparação com a modernidade que preconizava um período histórico linear. Apesar disso, Lemos (2002) aponta que, tanto o espaço como o tempo eram bem definidos e delimitados, em relação à direção, à forma e ao volume. No entanto, na pós-modernidade, predomina uma “compressão do espaço e do tempo, onde o tempo real (imediato) e as redes telemáticas desterritorializam (desespacializam) a cultura” (LEMOS, 2002, p 72), o que intensifica os impactos nos diversos espaços em meio à sociedade.

No entendimento de Bauman (2001), a demarcação da passagem do tempo perdeu sentido, uma vez que se passa a vigorar o presente, instantaneamente concretizado.

O tempo instantâneo e sem substância do mundo do *software* é também um tempo sem consequências. “Instantaneidade” significa realização imediata, “no ato” – mas também exaustão e desaparecimento do interesse. (BAUMAN, 2001, p. 150)

Tempo e espaço passaram a ser condições primordiais na dinamização do capitalismo, se baseando nos modelos de acumulação flexível. Alterações estas, viabilizadas pelo uso da tecnologia que provocou mudanças nas esferas políticas e econômicas, onde possibilitou uma maior flexibilização de acumulação do capital ocasionando mudanças na vida social. A disseminação capitalista em esfera global desencadeou essa mudança na intervenção de tempo e espaço como forma de atender as novas formas de economia e consumo apoiada na fluidez contínua do capital.

Vivemos em tempos líquidos, tempos de incertezas que, segundo Bauman (2001), nada foi feito para durar. As sociedades passaram a se individualizar e a democracia por vezes se encontra fora de moda, visto que, passamos de sociedade de produção para sociedade de consumo e a fragmentação da vida humana e social, tudo isso em decorrência da globalização.

No correr dessas perspectivas sobre o mundo pós-moderno, podem ser percebidos os paradigmas que percorrem a sociedade pós-moderna: o hedonismo¹, a difusão de valores, a pluralidade de papéis sociais, a virtualidade, a integração de tempo e espaço sem linearidade, entre outros, tudo sucumbe e se entrelaça na multiplicidade de visões e imagens que não se individualizam. As certezas que antes eram vivenciadas pelo sujeito, agora, no presente, refletem e flutuam pela complexidade de dimensões e interfaces da mídia.

Dessa forma, faz-se necessário discorrer brevemente sobre a perspectiva pós-estruturalista, que emergiu na primeira metade do ano de 1968.

2.2 Pós-estruturalismo

Resultante do século XX, o movimento pós-estruturalista se qualifica fundamentalmente a partir de três características principais. A primeira diz respeito a negação da autossuficiência da conceituação de estruturas e de suas oposições binárias como elementos integrantes da realidade (e.g. razão e sentimento, bem e mal). A segunda se refere a obrigatoriedade de uma dupla análise que abrange tanto o objeto de estudo (e.g. texto) quanto o sistema de conhecimentos que o produziu (e.g. cultura local). E a terceira se refere a declaração de que a cultura humana só pode ser compreendida a partir de um novo tipo de estrutura, e que essa não se resume à realidade concreta ou às ideias abstratas, mas a uma “terceira ordem” que intermedia esses dois conceitos. (CUDDON, 2000; DELEUZE, 2004; ANGERMULLER, 2014).

O pós-estruturalismo se configura a partir de discussões relevantes onde, autores como Michel Foucault e Jacques Lacan vão constituindo teorias que questionam concepções estruturadas de linguagem, especialmente “em torno da crítica a Saussure pela defesa da flutuação de sentidos do significante e pela desestruturação da unidade do signo” (LOPES, 2013, p. 13).

¹ Hedonismo diz respeito a uma doutrina moral, onde a busca intensa pelo prazer é o único objetivo na vida. A palavra hedonismo vem do grego *hedonikos*, e significa "prazeroso", já *hedon* significa prazer. O hedonismo surgiu na Grécia e teve Epicuro e Aristipo de Cirene como alguns dos nomes mais importantes.

Nesses debates, a presença da perspectiva desconstrutivista de Derrida, onde seu entendimento de suplemento contribui determinantemente para a desestruturação da estrutura do signo, em uma concepção de que “todo o conhecimento é então interpretado como um discurso e conectado ao poder”. (LOPES, 2013, p. 12).

O pós-estruturalismo, para Lopes (2013, p.13), “não se constitui como um movimento ou um conjunto de doutrinas comuns”, uma vez que, autores que abordam e escolhem essa perspectiva de análise almejam “salientar a pluralidade dos jogos de linguagem que tornam provisório o processo de significação, sem fechamento final”.

Podem também serem associados a essas indagações, tendo em comum apenas “a crítica ao cientificismo das ciências humanas baseado na linguística, à pretensão do estruturalismo de construir fundamentos epistemológicos e identificar estruturas universais comuns a todas as culturas e à mente humana em geral” (LOPES, 2013, p.13).

O pós-estruturalismo busca na abordagem foucaultiana, a sua análise do poder, por intermédio do diagnóstico das estruturas de “saber-poder” e da acusação das tecnologias da dominação. Para Foucault, o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, de modo que, cria novos saberes, nos quais podem tanto oprimir quanto libertar.

O poder está descentrado, disperso por todo o sistema social, não fixado em um único local, como exemplo, no Estado. Ademais, está intimamente relacionado ao saber, “fazendo parte da constelação de ‘saber-poder’, o que significa que o saber no sentido das práticas discursivas é produzido no funcionamento das práticas de poder, a serviço do controle do corpo” (PETERS, 2000, p. 44). Tudo está mergulhado em relações de poder e saber, que se intrincam mutuamente.

Pensar pós-estruturalmente, aguça, então, capacidades e limites, como o de conceber que “as possíveis estruturações passam a ser compreendidas como descentradas e desestruturadas”, em que “a ideia de estrutura é substituída pela ideia de discurso” (LOPES, 2013, p. 13). Sem estruturas fixas que fechem de forma definitiva a significação, mas apenas estruturações e reestruturações discursivas, em processos contingenciais em que são questionadas noções como a transcendência e a universalidade.

2.3 Teoria Ator-Rede

No decorrer do final da década de 1970 foram produzidas abordagens que objetivavam colocar o sujeito na teoria social. Embora tendo significativos avanços tencionando à superação da dicotomia entre estrutura e agente, foram mantidas outras oposições, pois tais prerrogativas não incluíam os objetos nas relações sociais.

No intuito de superar tais divisões, definidas pelas ditas teorias da “coerção”, a exemplo do estrutural-funcionalismo britânico, de Radcliffe-Brown e Malinowski, e do estruturalismo francês, de Lévi- Strauss, as abordagens direcionadas para a prática (*practiced-oriented*) apresentaram a reinserção do indivíduo/sujeito/agente na teoria social e emergiram concepções teóricas preocupadas com a função dos elementos materiais na rede de relações, focalizando na agência dos objetos, propondo que a reprodução e a transformação são resultados da ação humana.

As teorias da “coerção”, dessa maneira, privilegiavam a disparidade entre estrutura e agente, argumentando que, no último, o comportamento do indivíduo era definido e modelado, a priori, por atributos sociais e culturais externos, como a estrutura mental e a própria cultura (ORTNER, 2006, p. 23).

A Teoria Ator-Rede (TAR), também conhecida por Sociologia da Translação, Sociologia da Tradução ou Sociologia da Mobilidade, faz parte do movimento pós-estruturalista, como ressalta Latour (2008, p. 73), é uma alternativa para desenvolver a Ciência Social, ao focar-se em uma perspectiva não antropocêntrica e na qual a agência possui um caráter relacional, estando distribuída em toda a rede.

A definição de ator, para Latour, é democrática e traduz esse caráter híbrido, ao não fazer distinção entre sujeito e objeto, tudo e todos são elementos/atores, desde coisas a pessoas, passando por sites, empresas e países.

Por conseguinte, a agência desses atores não está definida a partir de uma intencionalidade, subjetividade de um sujeito, e sim, pela capacidade desse elemento em induzir ou influenciar outro na rede a realizar uma ação, enfatizando-se, por outro lado, que um ator “não é a fonte de uma ação, mas o

alvo em movimento de um grande número de entidades que convergem para ela” (LATOUR, 2008, p.73).

O conceito de rede, por outro lado, funciona muito mais como uma ferramenta metodológica, contribuindo no mapeamento das conexões entre os mediadores, que é realizado pelo pesquisador, não existindo na realidade, somente na descrição. Essa rede, o social, agrega elementos heterogêneos, sujeitos e objetos, pois só assim, segundo Latour (2008) é possível alcançar o social, uma vez que sem os objetos não haveria sociedade, já que muitas interações são mediadas por e através de objetos.

Seguindo essa lógica, um ator humano só é o que é devido à sua posição em uma rede ordenada de elementos heterogêneos. Atos comumente atribuídos aos seres humanos, como produzir, escrever ou dirigir, só são possíveis por serem produzidos “em redes que passam através do corpo e se ramificam tanto para dentro e como para além dele. Daí o termo ator-rede – um ator é também, e sempre, uma rede” (LAW, online²).

A agência, para Latour (2008), possui um caráter relacional e está distribuída em toda a rede, não possuindo uma fonte de origem vinculada à intencionalidade, como em Alfred Gell (1998), onde a agência dos objetos corresponde à imaterialidade dos objetos quando tidos como pessoas. Para Latour (2008), a agência mediada e distribuída por diferentes atores não possui vínculos com processos de simbolização ou representação desencadeados por outros atores.

Dessa forma, como afirma Aroni (2010, p.12), Latour (2008) reduz a dicotomia entre subjetividade e objetividade, pois passa a ser reconhecido que um objeto não é somente uma ferramenta, mas que ele também tem a capacidade de alterar os objetivos prévios, mediar ou subsidiar uma nova ação.

Bruno Latour (2012), em um de seus estudos recentes, discorre sobre a imbricação que temos com as técnicas, afirmando que

Cada ação está composta não apenas por uma técnica, mas esta, por sua vez, se acelera, se complica, se implica e depende de uma ciência recentemente criada. Como podemos vê-lo em nossos diários de campo, hoje não há agricultura que não passe pelos laboratórios de genética ou, ao menos por um filtro seletor de grãos, nenhum prefeito decide uma ação sem receber a influência de um informe de

² LAW, John. Notas sobre a Teoria do Ator-Rede: ordenamento, estratégia e heterogeneidade. (ONLINE) .<http://www.nesco.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20Ator-Rede.htm>. Acesso em: 10 mai. 2018.

um sociólogo ou urbanista; nenhuma mãe jovem faz um gesto que não tenha sido influenciado por um tratado de pediatria ou pela opinião de um psicólogo; não há disputa amorosa que possa prescindir de Freud (p.64).

Sensibilidade, cognição, interesse, emoção e julgamento, são instâncias construídas, produzidas e distribuídas em redes heterogêneas. E, para Latour (2012), nenhum laço pode ser pensado como duradouro. No mais, a argumentação de que existem interações não deve ser relacionada ao entendimento de que exista uma força unificadora.

Dá-se então a importância da Teoria Ator-Rede para os estudos digitais contemporâneos, subsidiando diversos campos de estudos e corroborando no entendimento do que seja esse campo relacional das redes.

2.4 Complexidade na sociedade de redes

Anteriormente, os estudos organizacionais se constituíam de um conjunto de materiais e abordagens teóricas que se difundiam de forma bastante restrita.

Portanto, determinados estudos teóricos e científicos não alcançaram reflexionar a complexidade do mundo organizacional fora da extensão demarcada dos exemplos empíricos considerados.

Baseado em um pedaço pequeno disponível da realidade, suposições razoavelmente foram propagadas. Uma delas foi a confiança implícita em categorias e conceitos do pensamento moderno.

No entanto, a promessa modernista de progresso material e social por intermédio do desenvolvimento tecnológico incessante, da configuração moderna e da administração científica, aparenta estar cada vez mais longínqua.

Desse modo, o imperativo da complexidade é o de pensar de modo organizacional. Morin (1998, p.192) afirma que:

“a organização não se resume a alguns princípios de ordem, a algumas leis; a organização precisa de um pensamento complexo extremamente elaborado. Um pensamento de organização que não inclua a relação profunda e íntima com o meio ambiente, que não inclua a relação hologramática entre as partes e o todo, que não inclua o princípio de recursividade, está condenado à mediocridade, à trivialidade, isto é, ao erro...”

A teoria da complexidade, no âmbito das ciências sociais e, especialmente na teoria das organizações, mesmo que se utilize através de metáforas, conceituações trazidas de outras áreas de conhecimentos, faz-se necessária se respaldar na história, nos valores, crenças, ou seja, nas características subjetivas e humanas dos autênticos construtores da realidade organizacional.

É importante encontrar meios de aproximar, interligar e conectar saberes, construindo um fluxo que corra entre, no meio e além das próprias áreas de conhecimento. Considerando o traçado da complexidade, pode-se afirmar essa hipótese no pospositivo pensamento:

Ora, o problema da complexidade não é o de estar completo, mas sim do incompleto do conhecimento. Num sentido, o pensamento complexo tenta ter em linha de conta aquilo de que se desembaraçam, excluindo, os tipos mutiladores de pensamento a que chamo simplificadores e, portanto, ela luta não contra o incompleto, mas sim contra a mutilação. Assim, por exemplo, se tentarmos pensar o fato de que somos seres simultaneamente físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade reside no fato de se tentar conceber a articulação, a identidade e a diferença entre todos estes aspectos, enquanto o pensamento simplificador ou separa estes diferentes aspectos ou os unifica através de uma redução mutiladora. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é relatar articulações que são destruídas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional. Não se trata de dar todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas de respeitar as suas diversas dimensões; assim, como acabo de dizer, não devemos esquecer que o homem é um ser bio-sociocultural e que os fenômenos sociais são, simultaneamente, econômicos, culturais, psicológicos, etc. Dito isto, o pensamento complexo, não deixando de aspirar à multidimensionalidade, comporta no seu cerne um princípio de incompleto e de incerteza (MORIN, 1998, p.138).

A meditação de Morin (1998) subsidia no esclarecimento e na aceitabilidade da perspectiva da complexidade ao atravessar e articular os saberes disciplinares, para que, a partir desse pressuposto, se possa efetivar a compreensão do todo.

De modo igual, a complexidade atenta para o respeito das diversas dimensões do ser, o que marca a incompletude e a incerteza como pontos fundamentais para serem refletidos, ao dimensionar tal pensamento.

Nesse entendimento, a concepção de Morin (1998) se configura entre boas possibilidades reflexivas para o cotidiano nos dias atuais, entre saberes e fazeres, entre compreender a ciência e a tecnologia como

alternativas de desenvolvimento humano, agora com sustento, e não mais fragmentado sem se encontrarem.

Tecnologia e ciência, quando postas à prova de sua capacidade de humanização e melhoria na vida dos indivíduos, necessitam ter resultados mais precisos, consistentes, inquiridos sobre os fatos concretos.

Hodiernamente, negar os avanços na ciência e tecnologia, seria credulidade. Todavia, credulidade maior é não enxergar as desigualdades e as problemáticas geradas por elas, desde o não acesso pelas camadas desfavorecidas economicamente, até as questões relacionais e psicológicas cada vez mais em destaque pelo afastamento das pessoas no denominado “mundo virtual”.

Se configura então, uma nova visão de mundo, que acredita e busca compreender as constantes mudanças da realidade em sua totalidade, que não pretendem negar sua multiplicidade, a aleatoriedade e a incerteza, mas sim, conviver com elas. Neste viés, a Teoria da Complexidade de Edgar Morin, insita a mapear, compreender e reconstruir caminhos que vão de encontro entre ciência, tecnologia, sociedade, ser humano e universo.

Depois de percorrer brevemente sobre a Teoria da Complexidade, adentraremos no próximo tópico ressaltando importância de compreender quem são os sujeitos, flutuantes da contemporaneidade e guiados pela cibercultura.

2.5 Mídia e sociedade

No livro *“Uma história social da mídia”* (2004), a discussão estabelecida por Burke e Briggs proporciona reflexões a respeito de um conceito criado somente na década de 1920, a mídia. Entretanto, tanto os meios de comunicação, como desenvolvimento científico e tecnológico, foram interesse de várias sociedades e culturas e, por algumas vezes, se mantiveram limitados aos centros urbanos.

As tecnologias na comunicação também servem de base para discursos com escopos homogeneizadores, para dominação da grande massa, permitindo e viabilizando desigualdades, não somente pela inserção das

tecnologias no cotidiano dos indivíduos em sociedade, mas pelo direito de acesso a estes meios.

Como ressaltam Peter Burke e Asa Briggs (2004), é fundamental analisar os contextos em que são produzidos os discursos para melhor entendê-los. Assim, os diversos acontecimentos no decorrer da história da comunicação, são construções não cartesianas e, de certo modo, a tecnologia cometida nos meios existentes não fora utilizada para se sobrepor à anterior. Posto que, a mídia se utiliza de antigos saberes para propagar suas histórias, coexistindo o que poderia ser caracterizado como o “velho” e o “novo”, o “rádio” e a “*internet*”.

A ruptura social que tem se configurado com a mídia, corrobora que os indivíduos não sejam subjugados aos discursos dos grandes monopólios de comunicação. Consequência disso, são as procuras pelo próprio modo de produzir e decidir sobre determinada informação.

A complexidade das sociedades (pós)modernas carregam consigo ânsias diferentes, que variam de acordo com seus intentos e propicia mais vivências comunitárias ao atingir aquilo que aspiram, uma vez que, alguns indivíduos não se assemelham com os discursos homogeneizadores e, fazem de suas particularidades objetos a serem veiculados nos novos meios de comunicação.

Assim, com a ascensão e popularização nos campos sociais intermediadas pelas tecnologias que beneficiaram o uso das mídias nas relações interpessoais³. A comunicação entreposta pelo computador acontece pela mobilidade e facilidade de acesso à *internet*. As mídias começam a fazer parte das ações cotidianas dos indivíduos, afigurando novas circunstâncias de interação sociocomunicativa.

Para Manuel Castells (1999), estamos vivendo um tipo de sociedade, onde ele designa “sociedade em rede”, na qual o computador se faz presente nas diferentes práticas e relações sociais, e, concomitante a isso, Pierre Lévy reitera:

³ As relações interpessoais dizem respeito ao processo de autoconhecimento, quando analisamos nossos sentimentos, conflitos internos e externos, podendo modificar o ambiente no qual está inserido, seja nas esferas social, política, econômica e cultural.

A mediação digital remodela certas atividades cognitivas fundamentais que envolvem a linguagem, a sensibilidade, o conhecimento e a imaginação inventiva. A escrita, a leitura, a escuta, o jogo e a composição musical, a visão e a elaboração das imagens, a concepção, a perícia, o ensino e o aprendizado, reestruturados por dispositivos técnicos inéditos, estão ingressando em nossas configurações sociais. (LÉVY, 1998, p.17)

A intensificação do sistema de informação sobreleva um universo de virtualização que, como destaca Lévy (1996), impulsiona sentimentos, emoções, sensações, valores e práticas sociais, isto é, modos de agir, estar e ser no mundo virtual, com especificidades próprias.

Ao que parece, os conceitos se antagonizam de real e virtual. Todavia, conforme Lévy (1996), o virtual não se contrasta ao real. Esclarece que o vocábulo virtual vem do latim *virtus*, *virtualis*, e significa força, potência; já na Idade Média, na filosofia, retratava tudo o que existia em potência e não em ato. Desse modo, o virtual tende a se atualizar, sem ter passado à consolidação efetiva ou formal. A planta está virtualmente presente na semente “[...] o virtual não se opõe ao real, mas ao atual” (LÉVY, 1996, p.5).

As redes sociais, na virtualidade adquirem um papel dominante. Raquel Recuero (2009), sobre elas, considera que se apresentam como um *lócus* que fundamenta fenômenos impulsores de mudanças sociais.

Representam aquilo que está mudando profundamente as formas de organização, identidade, conversação e mobilização social: o advento da Comunicação Mediada pelo Computador. Essa comunicação, mais do que permitir aos indivíduos comunicar-se, amplificou a capacidade de conexão permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas pelo computador. (RECUERO, 2009, p.16)

Para Recuero (2009), uma rede social é constituída de atores (indivíduos), grupos, instituições, conexões (interações ou laços sociais). Ela explica que os sites de redes sociais, mesmo atuando como suporte para as interações que consolidarão as redes sociais, eles não são, por si, redes sociais. São apenas sistemas que podem apresentá-las, percebê-las e até mesmo auxiliá-las, mas vale ressaltar que, não o são. São os sujeitos (atores sociais), que fazem uso dessas redes, que constituem essas redes.

[...] chamaremos, assim sites de rede social propriamente ditos e site de redes sociais apropriados. Sites de rede social propriamente ditos são aqueles que compreendem a categoria dos sistemas focados em expor e publicar as redes sociais dos atores. São sites cujo foco principal está na exposição pública das redes conectadas aos atores, ou seja, cuja finalidade está relacionada à publicização dessas redes.

É o caso *Orkut*, do *Facebook*, do *LinkedIn* e vários outros. (RECUERO, 2009, p.103-104).

As redes sociais proporcionam interações que dialogam, posturas, discursos formulados entre os indivíduos, através da inserção no espaço virtual. O estudo do próximo tópico está relacionado ao sujeito engendrado na cibercultura por meio das mídias sociais.

2.6 Cibercultura e o sujeito contemporâneo na virtualidade

A sociedade contemporânea é cercada pela extensão das novas tecnologias em todas as esferas da vida social, com papel hegemônico das mídias virtuais que se afirmam nesse contexto, a partir da popularização da *internet*.

O uso da *internet* e suas primeiras experiências surgiram durante a Guerra Fria nos Estados Unidos da América, no final da década de sessenta, onde o governo americano instaurou um projeto denominado Arpanet. O aparelhamento tinha a finalidade de que pudesse armazenar os dados para preservar informações importantes do país.

Fundava-se em um sistema do Departamento de Defesa americano que fora integrado a posteriori às universidades e centros de pesquisas. Em conformidade com Briggs e Burke (2006), a Arpanet

[...] foi estabelecida em 1968-1969, com o relevante apoio financeiro do governo norte-americano por meio da Arpa, Administração dos Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, fundado em 1957 como parte da resposta do governo ao Sputnik.

[...] Graças ao tipo de informação que estava sendo compartilhada, um elemento essencial de sua razão de ser era que a rede pudesse sobreviver à retirada ou destruição de qualquer computador ligado a ela, e, na realidade, até à destruição nuclear de toda a "infra-estrutura" de comunicações ("infra-estrutura" era outra palavra nova). Essa era a visão do Pentágono. A visão das universidades era que a Net oferecia "acesso livre" aos usuários professores e pesquisadores, e que eram eles comunicadores (BRIGGS e BURKE, 2006, p.300-301).

A expansão da *internet* para outros países teve início a partir de 1980, mas seu uso era restrito somente às universidades e aos centros de pesquisas científicas. No decorrer da década de 1990, com o aparecimento das

diversas provedoras da rede, o indivíduo passou a ter acesso à *internet*, que, se expande em todos os contextos da vida em sociedade.

A virtualidade mobiliza uma imensa gama de informações, proporcionada pelas mídias e engloba uma cultura característica do meio midiático, assim como também nos meios social, histórico e cultural.

Um dos primeiros teóricos a discutir a cibercultura foi Lévy (1999), que atribuiu o sentido de conexão, de trabalho em rede e de formação de cultura ao conceito. Para ele, há uma cultura do ciberespaço, a cibercultura, que envolve, não somente a interconexão em rede com suas peculiaridades, mas também valores, práticas, atitudes e modos de pensar característicos do ambiente virtual.

O ciberespaço (que também chamarei de “rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. (LÉVY, 1999, p. 17)

Na cultura digital, as vivências favorecem a produção, a comunicação, a socialização, com perfis não lineares e cada vez mais multidimensionais. Conhecer e vivenciar plenamente seus processos e produtos tornam-se, então, requisitos substanciais para a imersão na cultura digital. Lemos (2002) expende que esse contexto apresenta

Uma configuração sócio-técnica onde haverá modelos tribais associados às tecnologias digitais, opondo-se ao individualismo da cultura do impresso, moderna e tecnocrática. Com a cibercultura, estamos diante de um processo de aceleração, realizando a abolição do espaço homogêneo e delimitado por fronteiras geopolíticas e do tempo cronológico e linear, dois pilares da modernidade. (LEMOS, 2002, p.77)

Predomina, na percepção de Lemos (2002), sociabilidades grupais no ciberespaço, onde se constituem vínculos associativos e comunitários, entrepostos pelas redes virtuais de relacionamentos, onde se agregam interesses regulados pela ética da estética. Para ele, as tecnologias do ciberespaço intensificam

[...] a pulsão gregária, agindo como vetores de comunicação, de compartilhamento de sentimentos e de religação comunitária. No ciberespaço, a maior parte do uso deve as atividades socializantes como chats, grupos de discussão, listas, muds, icq, entre outros. Na

cibercultura, o ciberespaço é uma rede social complexa, e não somente tecnológica. Isto mostra que a tendência comunitária (tribalismo), a ênfase no presente (presenteísmo) e o paradigma estético (ética da estética) podem potencializar e ser potencializados pelo desenvolvimento tecnológico. Podemos ver nas comunidades do ciberespaço a aplicabilidade do conceito de socialidade (mas também de sociabilidade) definido por ligações orgânicas, efêmeras e simbólicas. (LEMOS, 2002, p.92)

No entendimento da constituição dos grupos no ciberespaço, Maffesoli (2006) faz alusão ao fim do ideal comunitário contratual, em que os indivíduos se uniam por ideais e valores comuns que propendiam uma coletividade. Com o surgimento das comunidades virtuais na pós-modernidade, prevaleceu novas formas de sociabilização.

O indivíduo é deposto dos valores individualistas da modernidade, em que fortalecia um traçado comum societário. Já na contemporaneidade, configuram-se comunidades emocionais, onde há uma emoção coletiva, que se expressa em pequenos grupos, no ciberespaço.

Parece que esse “êxtase” é muito mais eficaz na medida em que diz respeito aos pequenos grupos, e por isso se torna mais perceptível para o observador social. É para dar conta desse conjunto complexo que proponho usar, como metáfora, os termos de “tribo” ou de “tribalismo”. Sem adorná-los, cada vez, de aspas pretendo insistir no aspecto “coesivo” da partilha sentimental de valores, de lugares ou de ideais que estão, ao mesmo tempo, absolutamente circunscritos (localismo) e que são encontrados, sob diversas modulações, em numerosas experiências sociais. É esse vaivém constante entre o estático (espacial) e o dinâmico (devir), o anedótico e o antropológico, que faz da análise da sensibilidade coletiva um instrumento de primeira ordem (MAFFESOLI, 2006).

O ciberespaço, âmbito da cultura de rede, entrevê alterações nas maneiras de pensar e agir do indivíduo, posto que, as relações correspondem ao tempo e espaço de determinado tempo histórico.

Na virtualidade, tempo e espaço se entrelaçam, estabelecem construtos sociais, dado que ocorre uma desterritorialização pelos fenômenos sociais e pela onipresença, ou seja, o indivíduo pode estar em todos os lugares de imediato, propiciando uma substituição das relações humanas face a face, que passam a ser dimensionadas pela máquina:

A substituição da interação presencial pela mediação eletrônica implica a representação instantânea do espaço, subtraindo a realidade sensível de um processo de co-produção. A observação direta dos fenômenos visíveis é substituída por uma teleobservação na qual o observador não tem mais contato imediato com a realidade observada. Se este súbito distanciamento oferece a possibilidade de abranger as mais vastas extensões jamais percebidas (geográficas ou planetárias), ao mesmo tempo revela-se arriscado, já que a

ausência da percepção imediata da realidade concreta engendra um desequilíbrio perigoso entre o sensível e o inteligível, que só pode provocar erros de interpretação tanto mais fatais quanto mais os meios de teledetecção e telecomunicação forem performativos, ou melhor: videoperformativos. (VIRILIO, 1993, p. 23)

Configurados nessa ambiguidade tecnológica, tempo e espaço interferem em inúmeros contextos da sociedade. Castells (1999) reitera que o espaço é constituído por fluxos, determinantes de práticas sociais.

Os fluxos são sequências intencionais, repetitivas, e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. (CASTELLS, 1999, p.501)

Segundo Castells (1999), as trocas de informações no ciberespaço proporcionadas pelos fluxos condicionam uma aproximação nas relações entre os indivíduos, desprovida da presença física, mas que atuam em diferentes contextos socioculturais.

Dentre os efeitos facultados pela globalização, a ruptura com os vínculos sociais estreitos e territorializados se deu na medida em que foram subvertidas pelo avanço tecnológico, onde ocorre a disseminação das redes midiáticas de comunicação social.

Esse novo direcionamento de padrões sociopolíticos e culturais é resultado da reconfiguração do capitalismo e do consumo, que é ocasionado pelas estratégias de circulação de informações.

Essas mudanças ecoam as redes virtuais, uma vez que seus usuários produzem e reproduzem informações a todo instante, presentificando as relações sociais bem como o tempo.

A instantaneidade e o imediatismo em que flui o tempo, a fugacidade em que se processam as mensagens e a interatividade espacial só depende dos usuários estarem conectados na rede. Isto é, a interatividade ocorre em tempo simultâneo com outras pessoas, em diferentes lugares do mundo, o que propicia o consumo dos produtos culturais que são expostos na *internet*, fazendo parte das estratégias associadas à economia capitalista.

A cultura que transcende no ciberespaço é determinante na construção do indivíduo pós-moderno. Esse indivíduo autônomo e subjetivado que experiencia as mais diversas estesias, é foco nesta análise.

As tecnologias digitais, alicerces da pós-modernidade, impulsionam diferentes instâncias da vida do indivíduo, intensificando e fomentando novas maneiras de sociabilidade, entrepostas pelas mídias digitais.

No ciberespaço, confluem diversas possibilidades interativas, que através dos discursos, se torna possível identificar um indivíduo persuadido de paradigmas constituídos pelo contexto histórico da pós-modernidade.

O indivíduo vivencia no espaço virtual uma forma de sociabilidade onde se fundem a máquina e o homem, postos em comunidades virtuais. Lemos (2002) aponta que essa habilidade acarreta comportamentos humanos que são influenciados pela cibercultura:

O usuário interativo da cibercultura nasce do desaparecimento do social (Baudrillard) e da implosão do individualismo moderno. Homens e máquinas (nanotecnologias, próteses) tornam-se quase isomórficos, simbióticos, indiferenciados. O tribalismo, o presenteísmo e o hedonismo das comunidades virtuais abalam a rigidez das formas sociais modernas (partidos, classes, gênero). A cibercultura seria a inclusão de pequenas catástrofes em meio à infra-estrutura tecnológica mundial. Tudo isso em tempo real e instantâneo. (LEMOS, 2002, p. 81)

Lemos (2002) salienta que o indivíduo vivencia a lógica da sociabilidade e emocionalidade em grupos, que não são unidos por uma ideologia, mas pelo encandeamento estético, no sentido etimológico de uma possibilidade de sentir e captar sensações. Representa um indivíduo coletivo, escorado pela estesia nessas comunidades emocionais.

Para Maffesoli (2006), a ideia de comunhão, é tratada como expressividade de um ser não individualizado. Para este autor há “uma fragilidade da distinção, às vezes mesmo indistinção entre o eu e o outro, entre o sujeito e o objeto”, (MAFFESOLI, 2006, p. 38), significa que são tipos de sujeito, mas não um sujeito único.

Esses sujeitos retratam um demasiado sentimento coletivo, pois são “formas vazias” que proporcionam “se reconhecer e comungar com os outros” (MAFFESOLI, 2006, p. 38), dado que, para Maffesoli esse tribalismo é beneficiado pela estética comum.

Esse espírito de coletividade, onde as comunidades virtuais incorporam indivíduos que se congregam pelas respectivas afinidades, por participarem de mesmos grupos, seja de opiniões ou sentimentos comuns se presentifica nas redes sociais, correntes na internet.

Os indivíduos são livres para migrarem para outros grupos, não sendo fixos. Para mais, esses indivíduos não estão ligados a nenhuma certeza e têm uma variedade de referências e padrões, inviabilizando-os de permanecer suas convicções por muito tempo.

Essa inconstância, segundo Bauman (2005), se dá pelo fato de que o indivíduo na contemporaneidade vive um momento inabitual e de constantes mudanças. Tal qual o momento é fluido, os indivíduos também adquirem características fluidas. Este autor faz uso da metáfora do líquido para caracterizar esse sujeito:

Estamos agora passando da fase “sólida” modernidade para a fase “fluida”. E os líquidos são assim chamados porque não conseguem manter a forma por muito tempo e, a menos que sejam derramados em um recipiente apertado, continuam mudando de forma sob a influência até mesmo das menores forças. Num ambiente fluido não há como saber se o que nos espera é uma enchente ou uma seca – é melhor estar preparado para as duas possibilidades. Não se pode esperar que as estruturas quando (se) disponíveis durem muito tempo. (BAUMAN, 2005, p. 57)

A construção do sujeito pós-moderno, como ressalta Bauman (2001), apresenta uma fragmentação, que é relacionada à vivência do indivíduo no presente, de forma instantânea, que origina a falta de linearidade temporal, assim como uma pluralidade de referências, circunstâncias relacionadas à sociedade de consumo.

O capitalismo engendra uma ideologia do consumo, onde o sujeito automatizado, em seu dia a dia é atraído pelo consumo, uma vez que, sua vida, regida pelo consumo é “orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e quererem voláteis – não mais por regulação normativa” (BAUMAN, 2001, p.99).

Hans Ulrich Gubrecht (1998) argumenta que fragmentação produz no indivíduo a “destemporalização, dessubjetivação e desreferencialização” que acabam por se tornarem conjunturas estruturais extensivamente institucionalizadas. Os sujeitos na destemporalização, propendem a ficar

[..] cada vez mais relutantes em identificar origens e pontos terminais para as histórias, em procurar originais, como uma base para cópias, e em buscar autenticidade como um contraste para a artificialidade. (GUMBRECHT, 1998, p. 23)

Desse modo, o tempo não é impulsor de mudanças e atenua o aspecto de ação fundamental à subjetividade, que gera uma dessubjetivação.

Sendo espectadores do mundo, os indivíduos perdem sua capacidade de aprofundar nas representações, uma vez que se encontram disponíveis para serem assimiladas sem alguma reflexão. A decorrência desse fenômeno é a desreferencialização, que são paradigmas sem narrativas de desenvolvimento.

Conseqüentemente, caracteriza-se um novo sujeito, diferenciado pela identificação com valores ligados ao consumo capitalista e ao uso desenfreado dos recursos tecnológicos, influenciando, sobretudo, pela sociedade pós-moderna.

O indivíduo virtual, ao ser afetado pelo aparato tecnológico facultado pela ideologia do consumo, é persuadido a desfruir do espaço midiático e a consumir a cibercultura. Prosseguindo, Bauman (2001) a respeito da “modernidade líquida”, evidencia que tudo flui rapidamente nesta era, fazendo com que nada seja duradouro, sejam os valores, ideologias, discursos, etc., haja vista a lógica do consumo contínuo.

O indivíduo que se manifesta nas redes sociais está enquadrado nessa sociedade. E de forma dialética, e por estar integrado ao mundo virtual, também está inserido na cibercultura, que influi seus discursos e comportamentos nas redes sociais.

Desta feita, esta pesquisa parte do pressuposto que constitui o sujeito virtual, permeado aos estereótipos, discursos e representações que se estabelecem socioculturalmente, resultado da cibercultura e da sociedade pós-moderna contemporânea que se difunde, sobretudo, pela ascendência das tecnologias digitais.

2.7 A Pós-verdade

Contemporaneamente, vivemos em tempos de pós-verdade, em que o apelo às crenças e emoções, em detrimento da objetividade e da razão, de um lado, e o uso de novas tecnologias na dissipação de informações em tempo corrente, mediante as redes sociais, de outro, levam por vezes à manipulação de dados e informações.

Esses acontecimentos dificultam tomadas de decisões e exigem muita reflexão e, sobretudo, cuidado no consumo de informações e notícias, especificamente as veiculadas pelas redes sociais.

Escolhida a palavra do ano em 2016 pela Oxford Dictionaries, o Departamento da Universidade de Oxford, responsável pela elaboração de dicionários, o termo pós-verdade na definição do Oxford, é um adjetivo que “lida com circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes em moldar a opinião pública do que o apelo a emoções e crenças pessoais”.

Pós-verdade se acentua como algo que pareça ser verdade, passa a ser mais importante do que a própria verdade. Nesse contexto, surgem novas formas de relacionamentos, consolidando os meios de comunicação alternativos.

As formas tradicionais de comunicação, como o jornalismo (na televisão), perdem peso perante a potencialização dos novos meios de comunicação, como o *Youtube*, o *WhatsApp*, o *Instagram*, *Telegram* e o *Facebook*, *Snapchat* e *Twitter*., *Blogs* pessoais, *Chats*. Distintas redes sociais mobilizam e causam resultados inestimáveis há muitos anos.

A propagação de notícias falsas (Fake News⁴) produz uma vulgarização da mentira, dessa forma, à relativização da verdade. A credibilidade dos veículos de comunicação, decorrente das opiniões pessoais expostas, se veem comprimidos.

A utilização de outras possibilidades como maneira argumentativa é uma falsa legitimidade, dessa forma, se trata de uma *fake news*, desmenti-la pode ser visto como um argumento mais fraco do que a força que ela ganhou na sua veiculação.

Os discursos populistas são um bom exemplo de legitimação das falsas verdades, das quais, a internet é um instrumento propício de veiculação como lembra Nervo (2014, p. 34):

A apreensão do real e a construção das subjetividades abrem amplas possibilidades de interação a partir dos suportes midiáticos de difusão do conteúdo cultural, social e antropológico. As narrativas afetam o cotidiano dos indivíduos ao se transformarem em matéria de conversação. Perspectivas históricas e culturais são galvanizadas ao longo do tempo por meio dessas narrativas, as quais despertam sensações de proximidade, diferença e pertencimento, em contextos globais ou regionais.

O desenvolvimento dos recursos tecnológicos de divulgação da informação é responsável por uma quebra nos paradigmas que diferenciavam hierarquicamente os papéis desempenhados pelos

⁴ "Fake news", ou notícia falsa, diz respeito à disseminação de notícias, dados, fatos mentirosos apresentados como sendo notícias factuais. É um termo autoexplicativo que se refere a uma informação não verdadeira, publicada por determinado veículo noticioso.

indivíduos em ambiente societário. Políticos tornam-se célebres através da difusão de suas imagens nos veículos massivos. Celebidades angariam postos na esfera governamental, via atuação por meio das plataformas midiáticas de divulgação e fixação de seus perfis. E o lugar do público fica cada vez mais próximo em termos de interatividade e diálogo com os ídolos, por meio dos recursos eletrônicos de comunicação.

Vale ressaltar, portanto que, é a imagem pública, que a visibilidade de quem exerce o poder é mais importante do que a imagem dos governados. O exercício de poder se relaciona diretamente com o tempo e o espaço, por isso, para se reconhecer determinadas práticas, é fundamental necessário analisar os métodos e procedimentos de uma cultura em um certo espaço temporal.

[...] Os acontecimentos passam a um segundo plano, enquanto o “como” se conta a história ganha importância e se sobrepõe ao “o quê”. Não se trata, então, de saber o que ocorreu, mas de escutar, assistir, ver, ler a versão dos fatos que mais concorda com as ideologias de cada um. (LLORENTE, 2017, p. 9)

A pós-verdade se baseia na relativização da verdade, no discurso emocional e vulgarização da objetividade de dados inseridos nas redes sociais através da utilização de seus usuários. Ela não se detém somente à esfera política, mas no campo da publicidade bem como do empresarial.

Figura 1: Charge Pós-verdade.



Fonte: <https://horizontesafins.files.wordpress.com/2017/02/posverdade.png?w=676>

A charge acima, na figura 1, denota o caráter posto pela pós-verdade. Nos dias atuais com a popularização em massa das redes sociais, os

indivíduos se sentem cada vez mais familiarizados nos meios de comunicação, expressando desejos, sensações, reproduzindo opiniões e compartilhando “verdades” em seus perfis.

Fazendo uso das palavras de Umberto Eco (2015), durante um evento em que ele recebeu o título de Doutor Honoris Causa em Comunicação e Cultura na Universidade de Turim, na Itália, as redes sociais e a *web* deram “direito de falar a legiões de imbecis”.

Isto está embrincado nas novas posturas e relações sociais, onde se fala o que quer, pensa o que quer e, sobretudo, acreditando ser verdade e propagando determinada “verdade”. O que ocasiona na falta de legitimidade e credibilidade do que se apresenta no meio virtual das redes sociais.

Portanto, torna-se fundamental ao analisar características da pós-verdade presente no mundo virtual da cibercultura, onde o sujeito contemporâneo se encontra cada vez mais aprofundado.

No próximo capítulo adentraremos no mundo das redes sociais contratando com o indivíduo flutuante nesse mundo contínuo.

3 NAVEGANDO NAS TEIAS DISCURSIVAS DAS REDES

Neste capítulo, inicialmente, apresenta-se a evolução das gerações das mídias sociais, externando brevemente suas especificidades no mundo atual, remetendo ao fenômeno que hoje impera em nossa sociedade contemporânea.

Em seguida, expõe-se discursivamente as redes sociais mais utilizadas, bem como todo emaranhado de conexões que fazem parte das redes de comunicação e interação na *web*.

3.1 Evolução das gerações “.0”

Para entendermos o presente momento, é fundamental que compreendamos os acontecimentos e implicações ocorridos no passado que, colaboraram para o desenvolvimento da *internet* na atualidade.

A *internet* revolucionou as relações entre a máquina e o homem. Mesmo em sua forma complexa, mas ao mesmo tempo, sendo um modo de interação e contribuição entre computadores e seus usufruidores, além de ser um mecanismo que dissemina e divulga informações em escala mundial.

No início, a *internet* fora designada como instrumento de guerra, cumprindo um ofício militar, passando posteriormente a ser comercializada embrenhando, dessa maneira, na vida da sociedade mundial.

Segundo Graham (2009, p. 28),

No começo, a *internet* conectava computadores apenas em universidades e laboratórios científicos, e era muito difícil de ser utilizada. Para encontrar uma informação, você deveria saber onde ela estava, e também saber exatamente quais instruções corretas usar do computador para enviar a informação ao seu computador. Isso tudo mudou em 1989, quando o cientista britânico Tim Berners-Lee inventou a World Wide Web. Esta nova ferramenta facilitou muito o acesso às informações na *internet*.

A expansão da *internet* se deu no decorrer da década de 1990. Com o propósito de possibilitar a navegação neste âmbito, surgiram variados navegadores como, tendo exemplo, o *Internet Explorer* da Microsoft e o *Netscape Navigator*. Provedores de acesso e portais de serviços *online* emergiram rapidamente, o que cooperou para esse crescimento.

Diversos segmentos passaram a utilizar a *internet*. Estudantes começaram a utilizá-la para fazer buscas, pesquisas escolares e acadêmicas, jovens passaram a usufruir sites de jogos de games, com fins relacionados à diversão. Salas de bate-papo se tornaram lugar de encontro para chats virtuais a qualquer momento. As caixas de e-mails de site de agências começaram a receber currículos e cada vez mais, emergiu a necessidade para as empresas estarem presentes nesse ambiente, que descobriram ser um novo espaço de lucros e de amplo mercado.

Contemporaneamente, é inverossímil pensar no mundo sem a *internet*. Cotidianamente, sua utilização concebeu uma necessidade humana em estar conectado na virtualidade em tempo real na rede mundial. Sua constância em dispositivos móveis viabilizou o acesso às informações e notícias do mundo em qualquer lugar, em qualquer momento, nos mais diferentes espaços, seja em escolas, universidades, áreas de lazer, trabalho, etc.

Lemos (2009) denomina essas mídias que se encontram em contextos e lugares diferentes de mídias locativas e afirma que a principal característica das mídias locativas é que elas se unem, associam paradoxalmente, localização e mobilidade.

As informações existentes no ciberespaço podem ser consultadas, distribuídas, produzidas e acessadas nos mais variados dispositivos em qualquer lugar. Resultando na potencialização da computação universal, fazendo do ciberespaço uma esfera global da *internet*.

3.2 Web 1.0

As expressões *Web 1.0*, *2.0* e a mais nova *3.0* são utilizadas por muitos estudiosos para caracterizar o decurso de evolução da *World Wide Web*. As expressões possuem também um significado mercadológico, no entanto não nos aprofundaremos aqui.

No ano de 2004, Tim O' Reilly, com a "*Web 2.0 Conference*" que aconteceu nos EUA, amoeudou o conceito de *Web 2.0*, acontecendo a partir daí o início das interrogações sobre o que a segunda onda da *internet* se diferiria da *Web 1.0* (primeira fase).

A *Web 1.0* apresentava uma grande quantidade de informações disponibilizadas e existência de hiperlinks⁵. Todavia, seu formato se dava apenas como um espaço de leitura, onde a interação se dava mais precisamente na troca de e-mails entre os usuários. Entre o sistema que regia a *Web 1.0*, consoante O' Reillys, estão:

1. Sites Estáticos - contém informações úteis e relentes⁶ para se informar, mais não convida o usuário a visitar a página, uma vez que não encontraria novidades.
2. Sites sem interatividade – os usuários podem visitar os sites, mais não podem alterá-lo nem contribuir com suas opiniões ou seu material.
3. Aplicativos fechados – as empresas criavam aplicativos onde o usuário poderia baixar em seu computador, contudo não poderia ver como o aplicativo funcionava, nem alterá-lo.

Cabe ressaltar que o item dois: “Sites sem interatividade”, é algo problemático em afirmar, visto que segundo Alex Primo (2007), num simples ligar e desligar de um computador, ou qualquer outro veículo eletrônico, já existe entre o homem e a máquina uma interatividade. Porém, não nos deteremos a estas questões específicas.

Para tanto, nessa *internet*, assim caracterizada, diversas empresas tiveram dificuldades em perdurar, tendo em vista que não havia interação com seus usuários, causando insatisfação e ineficácia nos serviços.

3.3 Web 2.0: web social

Contemporaneamente, a intensificação das Tecnologias de Informação e Comunicação, de modo abrangente, revolucionam as formas de relações interpessoais, instaurando a grande parte de pessoas no mundo a acessibilidade ao mundo virtual.

⁵ Hiperlink é semelhante a link, hiperlink se resume em links que vão de uma página na Web ou arquivo para outro. O ponto de partida para os links é denominado de hiperlinks.

⁶ Os sites estáticos não possuem ferramentas de gerenciamento incorporadas ao site, dessa forma, não sofrem muitas alterações de conteúdo ao longo do tempo. As alterações e atualizações de conteúdos feitas e efetuadas somente pelo desenvolvedor do site.

Essa dinamização de intercomunicação sobrepuja as limitações em relação à territorialidade e a ambientes físicos, assim como transcende os obstáculos temporais.

A respeito da primeira fase da *internet*, nos anos de 1970 e 1980, Castells (1999) esclarece que a sua função era limitada a disponibilização de conteúdos, os usuários dispunham acesso às pesquisas e consultas, bem como a produção cultural distribuída nos espaços virtuais, e não produziam conteúdos.

Foi somente a partir dos anos 2000, que o acesso às redes passou a se tornar um veículo popular de publicação e edição de conteúdos, passando a envolver um número de usuários cada vez maior. Existe uma democratização das mídias virtuais, onde é permitido a todas as classes, gêneros, etc. uma comunicação rápida e universalizante das informações.

As formas de comunicação foram revolucionadas pela *internet*, fazendo com que as mídias tradicionais como televisão, rádio, jornais também se remodelarem.

Os jornais agora estão on-line, a programação do noticiário da televisão está disponível na web, os programas do horário nobre podem ser assistidos nos websites das próprias emissoras e os programas de rádio podem ser baixados e tocados nos dispositivos móveis. A internet também possibilitou o aumento das mídias sócias focadas em relacionamentos e colaboração, e a velocidade dessa proliferação é impressionante. (JUE; MARR; KASSOTAKIS, 2010, p. 7)

Essas transformações acontecem devido ao grande índice de usuários na internet. Takahashi (2000 citado por Almeida 2012), afirma que a *internet* conseguiu atingir 50 milhões de usuários em apenas quatro anos, já a TV, o computador pessoal e a rádio demoraram 13, 16 e 38 anos, respectivamente. Sem ressaltar que a *internet* tem um alcance mundial, propiciando uma comunicação instantânea em qualquer lugar do mundo.

Na segunda fase da *internet*, a interação e o dinamismo ganharam espaço. Os padrões perderam lugar para a personalização e, os usuários se tornaram ativos nas trocas de informações, deixando de lado a passividade que antes imperava na primeira fase.

A *Web 2.0* vem também acompanhada de uma cultura de participação, estruturada por uma inteligência coletiva que se difunde pelas infovias da rede mundial, e que é qualidade pulsante da cibercultura.

Tal inteligência constituída de modo coletivo é viabilizada por três normas que regem a cibercultura: “1) liberação do polo de emissão (diferente daquela unilateral da cultura massiva e da Web 1.0), 2) conexão em rede (possibilitando um maior compartilhamento) e 3) reconfiguração sociocultural (de práticas e instituições)” (LEMOS, 2009, p. 39).

Dessarte, Lévy (2004, p. 19) estabelece a inteligência coletiva sendo “uma inteligência distribuída por toda a parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em mobilização efetiva das competências”. Enfatiza que a norma mais importante na *Web 2.0* é o estruturamento de aplicativos abertos, que quanto mais utilizados pelos usuários, se tornam melhores, exercendo proveitosamente o uso dessa inteligência coletiva.

Com a ascensão da *web 2.0*, segunda geração de aplicativos e serviços da web, tornou-se possível dar “mais liberdade ao usuário, que deixa de ser passivo e passa também a ter o papel de produzir, ‘mixar’ e classificar o conteúdo”. (FILHO, COUTINHO, 2009, p. 81) Segundo Jue, Marr e Kassotakis (2010, p. 5) “a Web 2.0 é a fase da internet que possibilita que qualquer um crie informações on-line”.

Para Edmundo (citado por Akira et al. 2008), as redes sociais são caracterizadas por aplicativos que compõem a *Web 2.0*, e podem ser entremeadas em sites, por meio de códigos denominados *widget*.

O autor (EDMUNDO apud AKIRA et al, 2008, p. 26) mostra outros exemplos de aplicativos como:

BLOGS: páginas pessoais que permitem o autor escrever e dialogar com seus leitores através de comentários, também utilizados por empresas.

WIKIS: sites onde os visitantes podem colaborar com o conteúdo, alterando e incluindo informações sem necessidade de cadastro, como Wikipedia.

Compartilhamento de Vídeos e Imagem: Sites como *YouTube* e *Flickr* onde é permitido enviar fotos e vídeos, podendo comentar os mesmos, e outras funcionalidades.

Mundos Virtuais: Ambientes virtuais onde os participantes criam seus avatares e interagem com outros usuários, o mais famoso é o *Second Life*.

Podcasting e *VideoCasting*: Programas virtuais de Rádio e TV que podem ser compartilhados e distribuídos para os usuários.

A *Web 2.0* e as redes sociais modificam as relações de comunicação e interação entre os indivíduos. E o uso do termo Rede Social

vem sendo usado, nos dias atuais, sistematicamente para qualificar os espaços virtuais onde ocorrem as interações sociais, especificamente nas redes.

Nessa configuração, as Redes Sociais constroem simultaneamente suportes emergentes das revoluções tecnológicas.

Não obstante, o conceito precede tais inovações e compreende relações sociológicas não digitais já estudadas por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Quando se remete as Redes Sociais a um conceito não digital, esta se encontra amparada pelas relações entre grupos de indivíduos.

A transposição de relações para o espaço virtual viabiliza uma significativa materialização da heterogeneidade das inúmeras interações sociais que o sujeito experiencia cotidianamente.

Essas relações interacionais transcorrem as Redes Sociais digitais que, de certo modo, transparecem a própria estrutura social das Redes Sociais não digitais. No entanto, para os objetivos dessa pesquisa, nos ateremos às Redes Sociais enquanto plataforma digital de interação discursiva.

Por intermédio da interação social entreposta pelo discurso, nas Redes Sociais, vão se construindo múltiplas identidades e papéis sociais que são desempenhados numa conjuntura de situações onde existe uma expectativa social específica de atuação em práticas discursivas singulares.

É válido ressaltar que as Redes Sociais se constroem e atingem um contorno mais visível e nítido mais próprio a cada dia, sendo resultado das próprias práticas sociais, enquanto ambientes de interação discursiva.

De igual modo, as estruturas próprias a esses espaços passam a criar forma, e estatutos sociais passam a emergir. Constantemente, no ambiente virtual os usuários censuram outros por algum conteúdo postado, por julgarem inapropriado àquele contexto de interação específico, seja pelo conteúdo ou forma.

As expectativas sociais e discursivas vão se delineando especificamente e frequentemente desses espaços virtuais. Antônio Spadoro (2013, p. 138) afirma que

A Rede e os instrumentos de informação e relação que ela desenvolve, antes de se emitir qualquer julgamento, constituem um fato, uma realidade. Se no passado recente havia relacionamentos humanos que não eram mediados pela tecnologia, exceto pelo telefone, recentemente irrompeu em nosso tecido social uma

mediação tecnológica importante: é um fato com o qual é preciso se confrontar.

Nesse seguimento, as especificidades no espaço das Redes Sociais, que propomos apresentar estão sujeitas a modificações decorrentes de demanda sociais, destacando, sobretudo, a rapidez com que as interações virtuais se transformam em meio às plataformas. Hoje, nas palavras de Spadoro,

[...] a *web* é cada vez mais um local de participação e de compartilhamento. Uma rede social é constituída por um grupo de pessoas abertas a partilhar pensamentos, conhecimentos, mas também momentos de suas vidas. Em resumo, as redes sociais são compostas de pessoas comuns, que distribuem conteúdos relativos aos próprios interesses ou a própria existência. (2013, p. 144)

E, mesmo que possamos assimilar um número razoável de sistemas de comunicação digital como as Redes Sociais, existe uma especificidade e características diversas nas distintas ferramentas que se categorizam desse modo.

Comumente, todas possibilitam e oferecem uma comunicação entre pessoas de seu convívio ou não, em um sistema de rede, onde é permitido visualizar os contatos uns dos outros numa imensa rede de contatos conectados.

Transcorre, assim, uma relação em cadeia, onde um indivíduo tem seus contatos, e os contatos por sua vez, tem seus outros contatos, que podem coincidir ou não com a rede de contatos do indivíduo.

De modo geral, todos se conectam por laços mais, ou menos, distantes. No mesmo tempo em que interações próximas e cotidianas passam a tomar lugar nas redes. É provável identificar interações distantes, mesmo as pessoas não estando necessariamente no espaço, mas que se mantém conectadas nessa cadeia, rede social.

A prática social do indivíduo por meio do contato entre pessoas distantes na interação proporciona a constituição de uma multiplicidade de identidades sem que haja uma indagação dessa prática no espaço virtual. Desta maneira, os usuários desenvolvem comportamentos distintos nas suas práticas virtuais, os comportamentos podem até mesmo se contrastarem.

As Redes Sociais alicerçam um ambiente de múltiplas interações simultâneas, que se materializam e se caracterizam em relação à utilização de estruturas híbridas com linhas marcantes.

Para mais do hibridismo supracitado no contexto do mundo virtual, as Redes Sociais manifestam uma constituição multimídia, como parte de sua própria constituição discursiva. Apresenta múltiplas possibilidades, mediadas por semioses diversas: imagens, vídeos e fotos percorrem esses ambientes de forma cotidiana e estrutural.

É com essa configuração, que sites mais colaborativos e interativos compõem e fazem parte desta segunda fase da *internet*, fazendo dela uma *Web* social, mas ainda existindo muitas limitações.

Uma dessas limitações é a quantidade de informações falsas e enganosas encontradas na rede. Por apresentar uma enorme amplitude de abertura, se torna difícil e quase improvável haver um controle do fluxo de informações que coexistem na *Web 2.0*, o que garante a fundamental importância que à percepção humana exerce nesse processo:

O que se vislumbra com uma web semântica cognitiva nesse processo de construção do conhecimento é a criação de uma rede de busca e compartilhamento que, além dos mecanismos tradicionais, utiliza o discernimento humano como fator preponderante, permitindo uma autonomia e independência ao usuário para obtenção de resultados que estão além daqueles mapeados pelos mecanismos da web 2.0. (NICOLAU, 2011, p. 1)

É este entendimento condolente que se faz primordial quando uma informação é buscada na *Web 2.0*. E tendo ciência que os resultados obtidos através das buscas realizadas virão de uma elaboração e construção de nossos perfis, a partir de algoritmos que, por meio de nossos históricos de navegação, nos darão respostas e resultados que (as empresas creem) irão atender e satisfazer nossas expectativas.

No entanto, isso também se modificará. Não se sabe ao certo quando, ou em definitivo, mas a terceira fase da *internet* já se encontra no meio virtual, a chamada *Web Semântica* ou *Web 3.0*.

3.4 Web 3.0: web semântica

Nesse cenário da cibercultura, como tudo se modifica rapidamente, as transformações nos formatos da *Web* também são aceleradas. Após a consolidação da cultura da interação e participação (com as disparidades da *Web* 1.0 instituídas), emerge um novo conceito de *internet*, ou a terceira fase da *internet*.

Através de sua expansão, habilidade de evolução e distribuição livre, a utilização da *internet* vem em constante gradação no decorrer dos anos. Com a viabilidade advinda da *Web* 2.0 e a originalidade de infraestruturas técnicas, seu uso desregrado e descontrolado gera diversos tipos de informações que são consultadas e disponibilizadas incessantemente.

O ciberespaço é evidenciado por este entrançado de informações neles abrangidos e que Lévy (1999, p. 17) ressalta que não só se estabelece devido “apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam este universo”.

Colaborando assim, para o que se concebeu de sobrecarga de informação que, segundo Freitas (2005, p. 3) diz respeito a “uma enorme quantidade de documentos disponíveis que coloca ao usuário a difícil tarefa de separar o joio do trigo na busca de informação útil”.

Assim sendo, esta falta de critério a respeito da utilização da *Web*, acrescido a necessidade de acesso às informações de maneira mais ágil pelo indivíduo, ativa a formação de uma *internet* que melhor satisfaça seus usuários, fornecendo uma maior confiabilidade nos seus resultados.

Foi no ano de 2001, a primeira vez que foi anunciada a terceira onda da *internet*, num artigo de Tim Berners Lee, James Hendler e Ora Lassila, titulado de “*Web* Semântica: um novo formato de conteúdo para a *Web* que tem significado para computadores e vai iniciar uma revolução de novas possibilidades”, que expôs a importância que a *Web* fruirá na vida dos sujeitos, mostrando as facilidades que levará as várias práticas cotidianas.

Buscando compreender a *Web* semântica, partiremos do princípio basilar de que é o entendimento do que venha a ser a conceituação de semântica. Do grego (*sēmantiká*, derivada de *sema*, sinal) descreve o estudo do significado.

Na *Web* semântica se procura associar os significados das palavras, tornando, determinados significados, perceptíveis tanto a humanos quanto as máquinas. Em entrevista ao portal *ComputerWorld*, Berners Lee (2007)⁷ relata como esta nova configuração de *Web* irá deixar a rede mais inteligente e afirma que

A *Web* Semântica é sobre a colocação de arquivos de dados na web. Não é apenas uma web de documentos, mas também de dados. A tecnologia de dados da *Web* Semântica terá muitas aplicações, todas interconectadas. Pela primeira vez haverá um formato comum de dados para todos os aplicativos, permitindo que os bancos de dados e as páginas da *web* troquem arquivos.

Na *web* semântica tiramos proveito de determinadas hiperligações, visto que, os *links* passam a fornecer as relações entre os recursos de informação, possibilitando que as máquinas possam ter acesso à maiores níveis de informações e, de modo conseqüente, possam trabalhar e distribuir conhecimento com os indivíduos.

O quadro seguinte, reporta as mudanças da *web* tradicional para a *web* Semântica (Raymond, 2001, p. 68):

Quadro 1: Caracterização da *Web*

Característica	<i>Web</i> tradicional	<i>Web</i> Semântica
Destinatários	Seres humanos	Seres humanos e computadores (agentes de software)
Linguagem principal	HTML ((HyperText Language)	XML (eXtensible Markup Language)
Estrutura dos conteúdos	Documentos estruturados	Documentos estruturados
Exibição dos conteúdos	Dados e sua apresentação no mesmo documento	Dados correspondem a um documento XML e apresentação corresponde a documentos XSL de acordo com as interfaces
Edição dos conteúdos	Documentos essencialmente estáticos	Documentos dinâmicos
		Difusão bidireccional

⁷ Disponível em: <http://computerworld.uol.com.br/negocios/2007/07/09/idgnoticia.2007-07-09.9970442373>

Interactividade	Difusão unidireccional	(<i>Web</i> editável)
Semântica dos conteúdos	Semântica implícita	Semântica explícita (metadados e ontologias)
Decomposição e recomposição	Websites independentes	Agregação num Website dinâmico de conteúdos de diversos Websites
Publicação	Centralizada (Servidor Web)	Descentralizada (P2P ou Peer-to-Peer)

Fonte: (RAYMOND, 2001, p. 68)

O propósito da *web* semântica pode traduzir-se na condução da *Web* rumo ao seu verdadeiro potencial (Miller, 2004, p.78). Neste entendimento, os metadados e as ontologias, as metalinguagens e as ferramentas de anotação e criação de ontologias, os agentes inteligentes e sistemas de agentes móveis, entre outros avanços tecnológicos das Ciências da Computação e da Inteligência Artificial no âmbito da Gestão da Informação e do Conhecimento e dos Sistemas Distribuídos para a *Web*, constroem princípios fundamentais para o avanço de soluções que de mais a mais consolidam a realidade da *web* semântica.

Prosseguindo no entendimento da *Web* 3.0, Karen Breitman (2005, p.16) destaca alguns elementos que fundamentais na sua consolidação, que são estes:

Metadados – com a utilização dos metadados, os computadores poderão reconhecer de forma mais organizada e inteligente que tipo de informações estamos buscando e quais serão as mais interessantes para cada usuário. Parafraseando a autora os metadados “são dados sobre dados”.

Ontologias – são conjuntos de conceitos que dentro de um domínio, relacionam-se entre si e unem termos, explicando uma área de conhecimento.

Linguagem da web – a construção de uma linguagem para a web que possibilite que as informações sejam processadas pelas máquinas, a partir das ontologias publicadas.

Agentes – são software que disponibilizarão as informações mais atrativas para cada usuário, personalizando tais informações para cada indivíduo. “Seu papel será reunir, organizar, selecionar e apresentar informações a um usuário humano, que tomará suas decisões”.

Outros fatores como a construção de modelos semânticos, ferramentas e web servisse também são primordiais na organização da *Web* semântica, em sua configuração mais prática.

Ajuntamos ainda as *tags* que estabelecerão quais informações estarão em certa parte da página, tornando dessa forma, esta página com conteúdo semântico.

Desentendimentos a respeito de seu conceito geraram de certa forma um preconceito ao projeto da *Web* semântica, que em conformidade com Pollock (2010, p.14) “fizeram-na parecer como um computador que logo seria capaz de ler sua mente, saber o que você quer dizer sem realmente dizer quase nada para o computador”, o que de certo modo tornava sua prática mais dificultosa e complicada, constituindo uma descrença na sua existência.

Sabendo que a semântica é ramificada da linguística, e que estuda o significado das palavras, na *web* semântica, o conteúdo é valorizado e dados separados são modificados em informações que produzem um vasto conhecimento sobre qualquer assunto, inclusive sobre a pessoa usuária.

Através das informações do usuário, tais como códigos e símbolos de diversos tipos, desde fotos, gênero, idade, mensagens, até mesmo os sites mais frequentados, a *web* semântica mostra resultados personalizados de acordo com as especificidades de cada usuário, sendo um reflexo de determinado comportamento na *web*. É uma maneira de dar significado a exorbitância de informações existentes na *web* 2.0, que se potencializou por meio de “palavras-chave”.

É, portanto, o entendimento de uma *Web* semântica cognitiva que Nicolau (2011, p.5) propõe dentro da *Web* 2.0, e que se estende a *Web* 3.0 ou *Web* semântica, se tornando visível o caráter essencial da cognição humana tendo a noção de amplitude das embirrações, negativas ou positivas, que na rede terá quando se tornar ubíqua e pervasiva nesse contínuo processo de busca pela informação e conhecimento.

Neste emaranhado de redes, adentraremos adiante no mundo das Redes Sociais que circulam estes ambientes virtuais. Embora haja um número considerável de Redes Sociais, não selecionaremos nenhuma especificamente.

Portanto, dedicamos a próxima seção a um maior detalhamento das especificidades das redes sociais, visando conduzir o encadeamento dessa pesquisa.

3.5 As redes sociais mais utilizadas

A *internet* concebeu novos paradigmas e associou valor financeiro a criações virtuais em detrimento de empresas físicas. Um exemplo é a falência de grandes jornais no mundo, ocorrendo à migração dessas mídias para o ambiente virtual *online*, seja nos computadores, smartphones e outros dispositivos digitais de disseminação de informações.

Atualmente, vivemos num momento em que as redes sociais atingiram uma expansão e propagação universal jamais vista. Com o crescimento e busca contínua por parte dos usuários, todos os anos surgem novas redes sociais com diferentes formas e conteúdos, buscando cada vez mais novas funcionalidades com o intuito de se destacarem umas das outras, a fim de atraírem cada vez mais um maior número de usuários conectados.

Segundo o site de notícias Oficina da Net (2017)⁸, a rede social *Facebook* é líder absoluta na quantidade de usuários no mundo todo e demonstra em um ranking as redes sociais que se destacam em número de usuários ativos em todo mundo. No entanto, existem outras plataformas digitais que apontam o *YouTube* líder no ranking das redes sociais.

Quadro 2: Ranking das redes sociais mais utilizadas no mundo

1º Facebook	2.061.000.000
2º You Tube	1.500.000.000
3º WhatsApp	1.300.000.000
4º Facebook Messenger	1.300.000.000
5º Wechat	963.000.000
6º QQ	850.000.000
7º Instagram	700.000.000
8º QZone	606.000.000
9º Tumbri	368.000.000
10º Sina Weibo+1	361.000.000
11º Twitter	328.000.000
12º Baidu Tieba	300.000.000
13º Skype	300.000.000
14º Viber	260.000.000
15º Snapchat	255.000.000
16º Line	214.000.000
17º Pintrest	200.000.000

⁸ Disponível em: <https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>

18º Yy	122.000.000
19º LinkedIn	106.000.000
20º Telegram	100.000.000

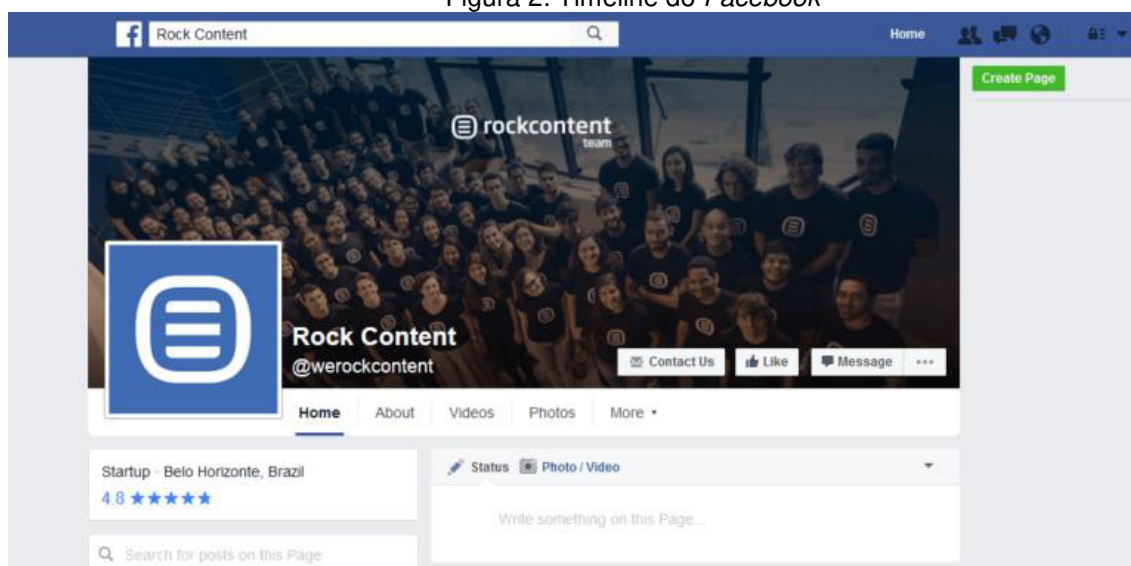
Fonte: <https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>

Os dados conseguidos e contabilizados a partir de abril de 2016 listam as principais redes sociais com usuários ativos pelo mundo.

No Brasil, segundo a pesquisa *Digital in 2016*⁹, da We Are Social (2017), elaborada no decorrer do trimestre de 2015, apresenta-se hoje, uma média de 45% da população ativa no mundo virtual das redes sociais, de todos os tipos. E lista quais são as redes sociais, estando o *Facebook* também em primeiro lugar no ranking.

O primeiro lugar é do *Facebook*.

Figura 2: Timeline do *Facebook*



Fonte: Domínio público.

O *Facebook* conseguiu o lugar de rede social mais popular desde o ano de 2008, substituindo, após três anos, um dos primeiros e grandes fenômenos das redes sociais no Brasil: o *Orkut*¹⁰.

⁹ Disponível em: <https://marketingdeconteudo.com/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>

¹⁰ O Orkut foi apresentado em 2004 pelo Google, causando enorme euforia na época. Sua nomenclatura se deu por causa do projetista chefe, Orkut Büyükkökten, engenheiro turco do Google. Nessa rede social os usuários registravam um perfil dividido em social profissional e pessoal. No social falam de si mesmo, gostos, livros preferidos, músicas, programas de TV, filmes, etc. No profissional, informações sobre grau de instrução e carreira. No pessoal, informações físicas e sobre o tipo de pessoa que ela gostaria de se relacionar, namorar e casar. O usuário podia classificar seu grupo de amigos como desconhecido, conhecido, amigo, bom amigo e melhor amigo. Apesar de ter sido uma grande inovação no campo das redes

O Brasil é o terceiro país mais ativo no *Facebook*, ficando atrás apenas para os EUA e a Índia, segundo dados da pesquisa *Digital in 2016*, da We Are Social (2017). Estima-se que são cerca de 103 milhões de usuários nesta rede, sendo a maioria o público feminino.

Através da grande adesão de usufruidores desta rede social, o conceito de viralização de conteúdos, onde o compartilhamento entre os indivíduos vão aumentando em cadeia, tem se tornado, por sua vez mais comum em todas as relações que acontecem no parâmetro de rede social.

Dessa forma, o *Facebook* meticulosamente dita as regras de comportamento em redes sociais, especificamente quando se trata de perfis corporativos, que já exercem estratégias de marketing específicas para um maior alcance de visualizações.

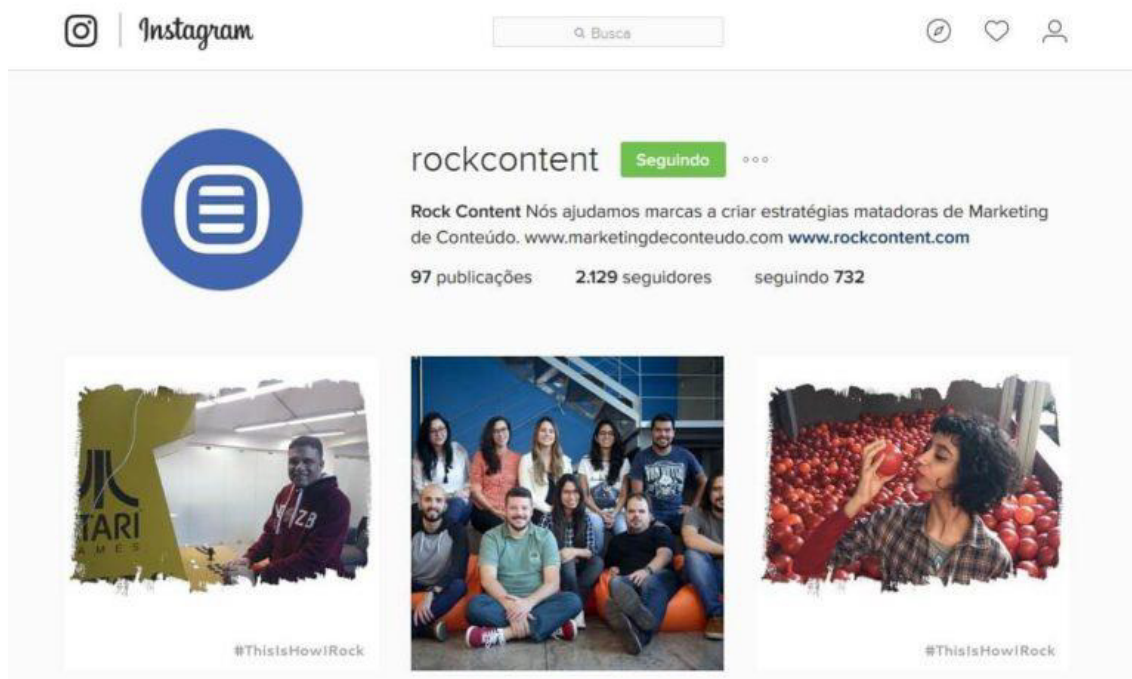
Em segundo lugar está o *WhatsApp*, que não serve apenas para diversão ou lazer, mas é uma ferramenta de trabalho para os mais diferentes segmentos, e atualmente quase 30% da população o utiliza diariamente, estando instalado em aproximadamente 70% dos dispositivos móveis do país.

No terceiro lugar, está o *Messenger*, que é um aplicativo separado do *Facebook*, mas seu download passou a ser obrigatório para usuários da rede social pelos *smartphones*, com isso, rapidamente ele passou a ser um dos aplicativos mais baixados.

O grande fenômeno dos Youtubers no Brasil alavancou seu crescimento nos últimos anos e, atualmente ocupa a quarta posição no ranking. Se houvesse a desconsideração dos aplicativos de trocas de mensagens, o *Youtube* passaria a ocupar a colocação de segunda maior rede social acessada no Brasil, com uma média de 21% de usuários.

Em quinto lugar aparece o Instagram. Essa rede social se tornou a queridinha dos anunciantes e dos publicitários.

Figura 3: Ilustração da página do Instagram



Fonte: Domínio público.

Possui uma especificidade simples, que atende desde usuários iniciantes, aos mais experientes e nos dias atuais, ela mantém aproximadamente mais de 300 milhões de usuários ativos cotidianamente.

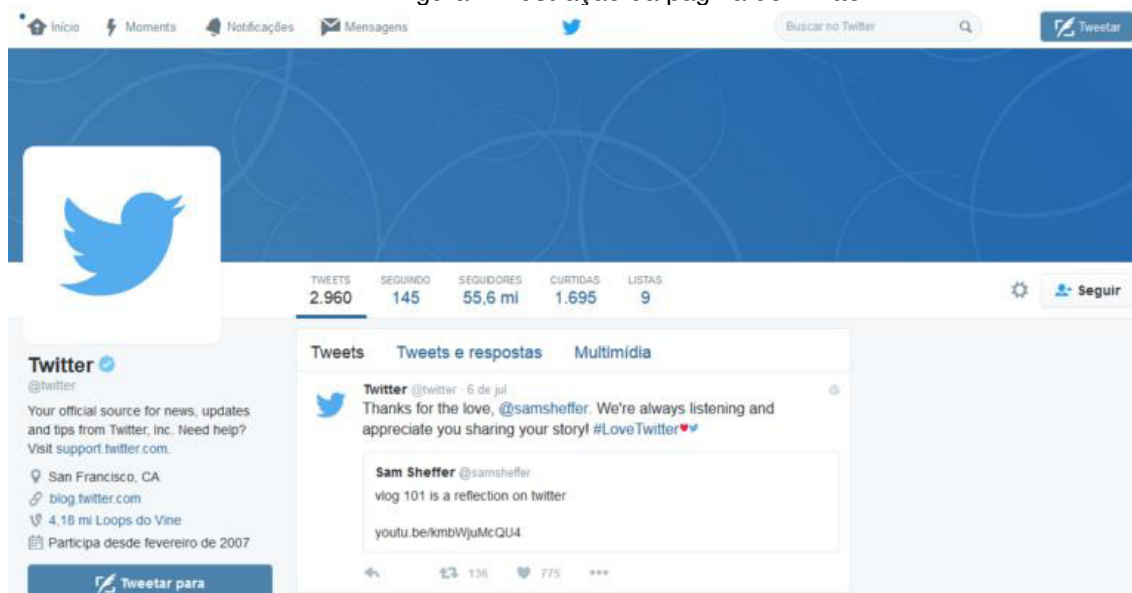
O *Instagram* é fundamental em uma boa estratégia de marketing com foco na gestão de comunidades e na busca pelo engajamento relacionando com o público. Foi a rede social que manifestou maior crescimento em adesão pelas empresas, se tornando a segunda colocada em preferência pelas marcas no país.

No sexto lugar aparece a rede social *Google+*, que tem uma média de 6% dos usuários sendo brasileiros. Essa rede social não chegou a deslançar no Brasil, mas a posição é privilegiada, por conta da grande quantidade de contas que são feitas automaticamente com a geração de e-mails e perfis no Gmail. Não implica dizer que ela esteja abandonada, pois ela encontra-se ativa por muitos usuários.

O *Skype*, lançado em 2003, ocupa a sétima colocação. No Brasil ele é usado por uma média de 15% da população, não somente de uso doméstico, mas, primordialmente, por grandes empresas. É um programa que é possível a troca de mensagens por voz e vídeo e continua bem estabelecido no mercado.

Em oitavo lugar, encontra-se o *Twitter*, a rede social para microblogs, que teve um repentino sucesso no país, mas caiu cerca de 63% na quantidade de usuários ativos de 2013 pra cá.

Figura 4: Ilustração da página do Twitter



Fonte: Domínio público

Apesar de estar presente entre as mais populares redes sociais, no Brasil está na oitava colocação. O *Twitter* é essencial para ações de marketing online e pode conseguir bons resultados para as campanhas publicitárias.

Em nono lugar, está o *LinkedIn*, que possui uma média de 25 milhões de usuários ativos no país. É uma rede social que está crescendo se comparado há anos anteriores, aderindo um papel estratégico na captação de talentos e divulgação de vagas, além de conteúdos relevantes de empresas de diversos segmentos.

O *Snapchat* ocupa a décima colocação. Depois que figuras públicas passaram a utilizá-lo, ela foi se tornando mais popular entre os usuários de redes como o *Instagram* e *Twitter*. Empresas também começaram a utilizar a rede social, visando um maior público. No entanto, estima-se que apenas 9% dos brasileiros tem essa rede ativa.

E no décimo primeiro lugar, está o *Pinterest*, que se refere a uma rede social usada para o compartilhamento de imagens de qualquer tipo.

Figura 5: Ilustração da página do Pinterest



Fonte: Domínio público

O usuário dessa rede pode adicionar como favorito o conteúdo e assim, criar pastas que podem ser compartilhadas, tornando o aplicativo bastante popular. Criada em 2010, essa rede possui mais de 70 milhões de usuários ativos, sendo a grande maioria mulheres. No Brasil, apenas 8% da população utiliza essa rede social e a estimativa é que ela cresça.

Diante de uma grande diversidade de redes, com os mais diferentes segmentos, com influências no pensamento sistêmico, as redes sociais abrem espaço e originam novas formas de pensar, consolidando novas práticas e atitudes.

Em suma, diante das rápidas mudanças sociais, econômicas, políticas e tecnológicas, essa metamorfose das redes possibilita focar a compreensão do mundo atual, onde as práticas sociais se deslocam do sistema formal obtido pelo Estado, mercado e ciência, passando a englobar um complexo fenômeno que compreende uma multiplicidade de aspectos da vida social contemporânea.

Depois dessa breve explanação do mundo das redes sociais, daremos continuidade à linha teórica deste trabalho, focalizando agora, nas relações que envolvem discurso, poder e identidade, para em seguida relacionar essas categorias com o objeto de estudo dessa pesquisa.

4 ENSAIOS SOBRE DISCURSO, PODER E IDENTIDADE

Este capítulo faz um traçado teórico, procurando mostrar as conceituações fulcrais para o estudo que se refere ao âmbito das redes sociais.

Inicia-se e parti-se dos conceitos, perpassando às conceituações de propósito do estudo, que promovem e dão subsídio aos diálogos pertinentes para o trabalho.

4.1 Discurso

Traçando a linha conceitual, inicia-se aprimorando atentamente um olhar para o discurso. Michel Foucault (2012) ratifica que, dentre outras coisas, que o discurso desempenha uma função de controle, validação e limitação das regras de poder em diferentes momentos históricos. Seu pensamento reluz da hipótese:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2012, p. 8-9)

Seguindo a análise de Foucault (2012), um discurso enquanto rede de signos que se conectam a outros discursos, podendo assim ser conceituado, condiz a um sistema aberto que reproduz, produz, estabelecendo os valores de uma sociedade, e assim perpetuando-os.

À vista disso, o discurso, é um instrumento importante de organização funcional que tem por finalidade estruturar qualquer que seja o imaginário social, não sendo somente uma construção lógica de frases ou palavras que buscam um significado em si.

Ao falar em discurso, Fairclough (2001, p. 90), utilizando o termo *discurso*, evidencia “considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual, ou reflexo de variáveis situacionais”.

Desse modo, tratar um discurso, falar em discurso na qualidade de prática social, presume uma visão de linguagem que vai além de uma simples estrutura determinante. Fairclough (2001, p. 91) retrata o discurso sendo “um

modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Por meio do discurso se pode agir socialmente, visto que, é parte intrínseca dos percursos e relações sociais de cada indivíduo.

Enquanto prática discursiva, o discurso direciona a uma realidade de que a língua faz parte de todo sistema sociocultural, e não somente resultado dele. A respeito disso, Bagno (2004, p.10) esclarece ser fundamental “(...) perceber que todas as línguas mudam, que toda língua é um grande corpo em movimento, em formação e transformação, nunca definitivamente pronto”.

Através dessa concepção discursiva, um desafio importante a ser feito é reflexionar acerca deste corpo em movimento. Sobrelevando, acerca de como estruturas discursivas estabelecem e constituem identidades, papéis sociais, relações de poder, e notadamente injustiças sociais e desigualdades.

No horizonte deste estudo, nos interessa, especialmente, elucidar o discurso enquanto prática construtora de identidades sociais, tendo em vista suas implicações na manutenção ou reflexão das assimetrias de poder estendidas na sociedade.

Nesse viés, Fairclough (2001), evidencia que, o discurso, enquanto constituidor da identidade social ao fazer com que pessoas se posicionem como indivíduos sociais, determinando e consolidando seus diferentes papéis sociais:

Os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as 'constituem'; diferentes discursos constituem entidades-chave (...) de diferentes modos e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais (...), e são esses efeitos sociais do discurso que são focalizados na análise de discurso. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22)

E, continua reafirmando que:

O discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos' sociais e os tipos de 'eu' (ver Henriques et al., 1984; Weedon, 1987). (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

É pertinente salientar, que entender o discurso sendo construtor e sendo constituído pelo social, numa relação dialógica, depreende uma mudança reflexiva em contraponto a uma percepção em que a linguagem é

estabelecida como sendo moldada pela realidade, quando não somente uma mera estrutura imóvel.

Relativo a essa percepção, no tocante a posição da linguagem em referência à sociedade e à sua constituição, Terry Locke (2004, p. 11) acentua o que se pode considerar uma inversão ideológica, ao elucidar: “A realidade como precedendo a linguagem e moldando-a se tornou a linguagem enquanto precedendo e moldando a realidade”.

O foco central em relação ao discurso, contrário ao que Locke expõe, é que relativo à sociedade, a linguagem não desempenha um papel passivo, todavia também não ocorre o inverso. A relação entre sociedade e discurso é determinada de forma dialógica e indissociável. Logo, não existe uma linearidade que se possa considerar pertinente que o discurso preceda a realidade, ou mesmo o contrário.

Destarte, o discurso é mediado e constituído por cada sujeito através de seus papéis sociais, bem como as identidades estabelecidas. Os indivíduos não utilizam a linguagem por apenas utilizá-la. Utilizam-se do discurso incessantemente, e por constituí-lo, modificam, transformam ou garantem a manutenção da sociedade tal como vivenciamos.

A vista disso, Fairclough (2001, p. 91) reforça que o discurso é elemento fundamental na instituição da estrutura social, ao evidenciar que:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são subjacentes.

A respeito da Análise do Discurso Crítica que, institui uma diferenciação do discurso, enquanto um “substantivo mais abstrato” que “designa o momento irredutível da prática social enquanto à linguagem”, e os variados discursos que percorrem as práticas sociais “como substantivo mais concreto” o que passa a significar “um modo específico de representar nossa experiência no mundo” (RESENDE, RAMALHO, 2011, p. 17).

Nesse entendimento, van Dijk (2010, p. 135) certifica que,

Discurso’ é aqui entendido para significar somente um evento comunicativo específico, em geral, e uma forma oral ou escrita de interação verbal ou uso da língua, em particular. Às vezes, ‘discurso’ é usado em um sentido mais genérico para denotar um tipo discurso, uma coleção de discursos ou uma classe de gêneros do discurso,

como por exemplo, quando falamos em 'discurso médico', em 'discurso político', ou, de fato, em 'discurso racista'.

No que se refere à constituição de identidades através do discurso, Resende & Ramalho (2011, p.15) entendem o discurso “como uma parte irreduzível das maneiras como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem”.

Para tanto, além da constituição das identidades, o discurso opera na consolidação da estrutura social que configura o discurso. Comportamentos sociais e estatutos sociais são determinados mediante o discurso. Pode-se assim, compreender a natureza dialógica do discurso e do social. No entendimento de Fairclough (2001, p. 91):

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.

Seguindo os objetivos desse trabalho, dá-se foco ao discurso enquanto prática social, dando ênfase a sua ação na constituição de identidades e relações sociais, findando nas assimetrias de poder existentes.

Meurer (2005) retrata a releitura de Foucault feita por Fairclough, assinalando o que se chama de “poder criativo do discurso”, à medida que esse se constitui de formas de conhecimento, relações socioculturais, crenças e identidades. Fairclough partilha de Foucault (1972)

a noção de que o discurso tem efeitos constitutivos porque, por meio dele, os indivíduos constroem ou criam realidades sociais. Note-se, todavia, que ao enfatizar a relação dialética entre linguagem e sociedade, Fairclough rejeita a possibilidade de que todas as realidades resultem de práticas discursivas. Tendo em mente essa ressalva, ele privilegia três aspectos do poder criativo do discurso: a constituição de a) formas de conhecimento e crenças, b) relações sociais e c) identidades. (MEURER in MEURER. BONINI. MOTTA-ROTH, 2005, p. 89)

No que tange às práticas sociais, Chouliaraki & Fairclough (1999, p.21) afirmam que, ao mencionarem o conceito, se aludem “a maneiras recorrentes, situadas temporal e espacialmente, pelas quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir no mundo”, embora que “as práticas sociais são constituídas através da vida social”.

Por meio do discurso, o indivíduo tem a possibilidade de se identificar, construir sua identidade, instituindo representações em relação ao mundo que se vive, da sociedade, bem como dos outros. E são nas práticas sociais mediadas no dia a dia do indivíduo que o discurso é lidado para determinar os limiares da identidade.

Resende & Ramalho (2011, p. 43) mostram que “nas práticas sociais cotidianas, utiliza-se o discurso de três principais maneiras simultâneas e dialéticas: para agir e interagir, para representar aspectos do mundo e para identificar a nós mesmos/as e a outros/as”.

As práticas sociais se estabelecem em um contínuo, tendo de um lado, estruturas sociais que são mais sólidas, mais estáveis, e de outro, ações individuais, propícias a mudanças e conseqüentemente mais flexíveis.

Fazendo ressalva às palavras de Resende & Ramalho (2011, p. 14), “o conceito de prática social refere-se a uma entidade intermediária, que se situa entre as estruturas sociais mais fixas e as ações individuais mais flexíveis”.

Acentuando que, como visto, as práticas sociais se consolidam em formas por intermédio dos sujeitos que interagem, agem e modificam suas ações em meio à sociedade, estas, por sua vez, são estatutos sociais de comportamentos, conhecimentos e vivência de papéis sociais, instaurados de forma compartilhada.

As práticas sociais vinculam ação e interação e, desse modo, “são um foco coerente para uma abordagem como a Análise do Discurso Crítica, porque permitem (...) manter o foco simultaneamente nas potencialidades das estruturas e na individualidade dos eventos”. (RESENDE & RAMALHO, 2011, p.39)

Tendo sido brevemente apresentada conceituação de discurso enquanto prática social, passa-se para conceituação de poder, visto que não há como tratar de discurso como prática social sem falar de poder.

É fundamental elucidar as palavras de Foucault, que salvaguarda o próprio discurso como importante forma de poder, ao asseverar que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. (FOUCAULT, 2012, p. 10)

Assim, a reflexão analítica sobre as relações de poder e de forças que caracterizam uma determinada situação, partem de uma relação econômica, passando de seguida à dimensão especificamente política e cultural, onde se constrói a hegemonia.

4.2 Poder e Hegemonia

No correr deste trabalho, perpassará de forma evidente o conceito de poder, uma vez que um dos principais objetos de análise é precisamente a identificação de como se materializam as relações de poder nas Redes Sociais.

Para tal, primeiramente é necessário identificar a amplitude do poder na sociedade na qualidade de prática discursiva, e reflexionar acerca do exercício do poder e de suas implicações.

Nesse viés, Teun A. Van Dijk (2010, p. 27) argumenta com muita significância que, “é um mal-entendido comum dizer que o poder é inerentemente ‘ruim’ e que a análise de discurso e poder é, por definição, uma análise ‘crítica’”.

Essa argumentação motiva a necessidade de determinar de forma simples e categórica, que, mesmo as pesquisas em Análise Crítica do Discurso consistam na análise do poder como meio de dominação, nem todo poder é intrinsecamente negativo.

Van Dijk (2010, p. 27) avança em sua reflexão, proferindo que “o poder, óbvia e trivialmente, pode ser usado para muitos propósitos neutros ou positivos, como quando pais e professores educam crianças, a mídia nos informa, os políticos nos governam, (...)”.

Van Dijk (2010, p. 28) ressalta que “o funcionamento da sociedade não aconteceria se não houvesse regras, ordenação, autoridade, relações de controle, sem as diversas relações legítimas de poder”. Isto é, as variadas formas do exercício de poder, podem ser benéficas para sociedade, de modo que, nem toda forma de poder configura algo a ser impugnado e contendido.

Seguindo os objetivos dessa pesquisa, analisaremos o poder enquanto prática social ilegítima, através das relações de domínio e manipulação. No entanto, primeiramente é fundamental situar o poder no campo das práticas sociais desempenhadas pelos sujeitos.

Na sociedade, os sujeitos desempenham papéis diferentes, as relações sociais são desencadeadas por assimetrias, seja para manter o poder daqueles que o detêm, ou para romper com as estruturas sociais por meio da mudança social. Nessas esferas, o poder transparece, no entendimento de que existem agentes distintos nos mais variados discursos.

De uma maneira mais ampla, podemos afirmar que o poder se relaciona diretamente aos papéis sociais desempenhados pelos sujeitos, e, em decorrência, aos meios que determinado papel social realiza. Grande parte de nossas relações em meio à sociedade perpassam pelas assimetrias de poder.

Como afirma Van Dijk (2010, p. 88), “o poder é baseado em um acesso privilegiado a recursos sociais valorizados, como riqueza, empregos, status ou mesmo um acesso preferencial ao discurso e à comunicação públicos”.

Locke (2004, p. 1-2) se refere à Fairclough, afirmando sobre a Análise do Discurso, que, essa teoria não enxerga o poder como algo obrigatório ou os indivíduos de forma individual, mas, no comportamento de uns de maneira a subjugar outros, em virtude de sua posição ou papel social:

Fairclough (...) vê o poder na sociedade não meramente como imposto ou como sujeitos individuais, mas como um efeito inevitável do modo como configurações ou estruturas discursivas particulares privilegiam o status e as posições de algumas pessoas em detrimento de outras.

À medida que se fala em poder é comum vir a mente autoridades instituídas, que desempenham cargos específicos, que exercem poder indubitável sobre seus subordinados, ou mesmo em grandes figuras políticas que governam e são responsáveis por tomadas de decisões que influem grandes multidões, ou ainda no poder advindo da força, ou coerção.

No entanto, o poder, em sua magnitude, possui um alcance muito mais amplo e cotidiano. Um mesmo sujeito pode desempenhar um modo de poder em relação a outro em determinada situação e se ver submetido pelo mesmo outro em uma circunstância diferente, independente de força ou poder bélico.

Fica evidente que as relações de poder não se vinculam puramente ao indivíduo e ao papel social por ele desempenhado, mas especialmente ao contexto em que são materializadas as relações, bem como as condições em

que isso ocorre. Isso acontece, porque determinados indivíduos, em relação um com o outro, podem exercer papéis sociais diferentes.

Na sociedade contemporânea, o poder, haja vista sua configuração, que sobreleva a informação e notadamente, o controle dessa informação, amiúde consiste em questões subjetivas, em especial por intercessão das chamadas “elites simbólicas”, segundo Van Dijk:

O modo de produção da articulação é controlado pelo que se pode chamar de ‘elites simbólicas’, tais como jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos, e outros grupos que exercem o poder com base no ‘capital simbólico.’ (Bordieu, 1977, 1984; Bordieu e Passeron, 1977) (2010, p. 45)

Quer dizer, Van Dijk (2010, p.46) afirma que

“ao lado das elites política, militar e econômica, as elites simbólicas exercem um importante papel ao dar sustentação ao aparato ideológico que viabiliza o exercício e a manutenção do poder em nossas sociedades modernas da informação e da comunicação”.

E, é consoante a esse poder de ordem simbólica que se busca analisar no espaço digital das Redes Sociais.

Fazendo distinção entre o poder enquanto estrutura primordial ao sistema social e cultural, e o poder ilegítimo que consiste em privilégio à uns (um) em detrimento de outros (o), Van Dijk faz uso da expressão ‘abuso de poder’, ou, no caso do poder que resulta desigualdade, ‘dominação’, “uma noção que implica a dimensão negativa de ‘abuso’ e também a dimensão da injustiça e de desigualdade, isto é, todas as formas ilegítimas de ação e de situações” (van DIJK, 2010, p. 28).

Como regra geral, podemos falar do uso ilegítimo do poder discursivo, isto é, da dominação, se esse discurso ou suas possíveis consequências sistematicamente violam os direitos humanos ou civis das pessoas. Mais especificamente, esse é o caso se tal discurso promove formas de desigualdade social, como quando ele favorece os interesses dos grupos dominantes em detrimento dos interesses dos grupos não dominantes, precisamente porque estes não têm o mesmo acesso ao discurso público. (van DIJK, 2010, p. 32)

Precisamente pelo caráter de injustiça, esse tipo de materialização de poder aspira a ser ponto de grandes reflexões e denúncias tencionando uma mudança social, e, portanto, é objeto de diversas pesquisas em Análise do Discurso.

Os Estudos Críticos do Discurso não estão meramente interessados em qualquer tipo de poder, mas especificamente se concentram no abuso de poder, isto é, nas formas de dominação que resultam em desigualdade e injustiça sociais (van DIJK, 2010, p. 10).

É fundamental entender que esse abuso de poder, ao qual Van Dijk (2010, p. 29), evidencia, “significa a violação de normas e valores fundamentais no interesse daqueles que têm o poder contra os interesses dos outros”. E esse modo de violação, frequentemente, não acontece de forma explícita, mas coberto por um discurso que tende legitimar esse tipo de dominação.

Convém aqui explicitar Fairclough (2001, p. 101), ao declarar que o “discurso é um modo de ação, uma maneira das pessoas agirem e interagirem com mundo e em especial com os outros”. Essa afirmação soa diretamente nos estudos sobre poder. Ora, é através do discurso que os sujeitos agem sobre as outras pessoas, bem como sobre o mundo. O poder está estreitamente relacionado à influência no comportamento e na ação do outro.

Se torna importante pensar, então, sobre a variação da distribuição do poder, posto que este não é permanente, definitivo, estático. De modo oposto, é algo que vivencia questionamentos e mudanças.

Para a Análise do Discurso o poder é algo temporário, que possui um equilíbrio oscilante, por isso, mudanças e descontinuidades estão presentes nas relações assimétricas de poder.

Desse modo, busca-se focalizar as relações sociais que se direcionam para lados distintos, apenas didaticamente separados, a continuidade hegemônica e as mudanças sociais. Quer dizer, a atuação no âmbito da sociedade pode assegurar e manter ou quebrar com as bases da sociedade vigente, provocando uma mudança social.

É, a partir desse ponto que se relaciona o conceito de hegemonia, ou poder hegemônico, que Fairclough (2001, p. 122) se reporta a conceituação de Gramsci ao afirmar que

Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’.

Nesse entendimento, o autor considera que a “hegemonia é um ponto de incessante luta sobre pontos de maiores vulnerabilidades entre classes e blocos para constituir, manter ou romper laços e relações de subordinação, que avocam formas ideológicas, políticas e econômicas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Resende & Ramalho (2011, p. 13) atentam para a utilização da linguagem como sendo um componente fundamental no campo da hegemonia, evidenciando que “a linguagem se mostra um recurso capaz de ser usado tanto para estabelecer e sustentar relações de dominação quanto, ao contrário, para contestar e superar tais problemas”.

É explicitada, então, a instabilidade que se situa nas relações de poder. Vale ressaltar que as hegemonias são produzidas, reproduzidas, contrariadas e modificadas no discurso, e é exatamente essa vicissitude da hegemonia que remete ao conceito de lutas hegemônicas.

Reportando no diz respeito ao poder, Van Dijk (2010, p. 17) percebe o poder social em termos de um grupo de controle de um grupo sobre outros grupos e seus integrantes.

Tendo em consideração que o poder social almeja sua manutenção hegemônica através do consenso, Fairclough (2001, p. 75) esclarece que o poder “não funciona negativamente pela dominação forçada dos que lhe são sujeitos”, mas que “ele os incorpora e é produtivo no sentido de que os molda e reinstrumentaliza, para ajustá-los a suas necessidades”.

O sujeito pode ser imbuído a realizar ações em proveito dos possuidores de poder, ludibriado de que o realiza em prol de seus próprios interesses, caracterizando o abuso de poder.

O poder discursivo costuma ser direta ou indiretamente persuasivo e, portanto, exibe justificativas, argumentos, promessas, exemplos e outros instrumentos retóricos que aumentam a probabilidade de os receptores formarem as representações mentais desejadas. Uma estratégia crucial quando se trata de disfarçar o poder é convencer as pessoas sem poder de que elas praticaram as ações desejadas em nome de seus interesses (Van DIJK, 2010, p. 84).

Para mais, Fairclough (2001, p. 75) destaca, de forma muito apropriada que, para que esse modo de prática persuasiva tenha eficácia, é fundamental que os instrumentos de dominação não sejam notórios, pois

O poder é implícito nas práticas sociais cotidianas, que são distribuídas universalmente em cada nível de todos os domínios da vida social e são constantemente empregados; além disso, o poder é 'tolerável somente na condição de que mascare uma grande parte de si mesmo. Seu sucesso é proporcional à sua habilidade para esconder seus próprios mecanismos'.

Nesse ínterim, Van Dijk (2010, p. 123) reitera que “uma característica típica da manipulação é comunicar crenças implicitamente, isto é,

sem realmente afirmá-las e, portanto, com pouca chance de serem questionadas”.

Determinada afirmação apresenta coerência com o modo de operação da ideologia da reificação (THOMPSON, 1995). Torna-se evidente que o objetivo elementar na manutenção dos mecanismos de dominação ocultos é asseverar que haja o mínimo de indagação possível quanto às práticas de domínio em percurso, e assim alcançar a manutenção do poder tal como instituído.

Sobre as formas de dominação que o poder hegemônico pode produzir por entremeio de estratégias de manipulação, Van Dijk (2010, p. 239) em relação à manipulação no âmbito de uma sociedade democrática:

(...) a manipulação é ilegítima em uma sociedade democrática porque (re)produz ou pode (re)produzir desigualdade: ela serve aos interesses dos grupos poderosos e seus falantes, e fere os interesses dos grupos e falantes menos poderosos.

Van Dijk (2010, p. 255) afirma ainda que,

(...) dada a situação social específica, pode haver muitas estratégias distintas que são preferidas na manipulação, ou seja 'protótipos manipuladores'; e tipos específicos de falácias podem ser usados para persuadir as pessoas a acreditar em algo ou fazer algo.

Ainda nesse contexto, Resende & Ramalho (2011, p. 24) ressaltam que “quando o abuso de poder é instaurado e mantido por meio de significados discursivos, está em jogo a ideologia”, e Van Dijk (2010, p. 85) afirma que “o poder pressupõe conhecimento, crenças e ideologias a fim de sustentar-se e reproduzir-se”.

Desse modo, é importante também refletir acerca da ideologia, assim como acerca de alguns mecanismos utilizados no âmbito de dominação e manipulação por meio do discurso.

Abordemos, então, a observação dos modos de operação da ideologia propostos por Thompson (1995, p. 81), que apresentam grande operacionalidade para o estudo que buscamos estabelecer. São relacionados pelo autor, cinco modos de operação da ideologia, que são legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação, e respectivas estratégias características da construção simbólica, de acordo com o quadro abaixo:

Modos Gerais	Algumas Estratégias Típicas de Construções Simbólicas
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandarização Simbolização de Unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do Outro
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização / passivação

Fonte: extraído de Thompson (1995, p. 81)

Vale ressaltar, nas palavras de Thompson (1995, p. 81), que “esses cinco modos não são as únicas maneiras de como a ideologia opera” e ainda que “esses modos podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente e a ideologia pode, em circunstâncias particulares, operar de outras maneiras”.

Desse modo, o autor afirma que essa categorização não objetiva ser exaustiva ou exclusiva, mas, sobretudo, exemplificativa. Com isso, detalharemos brevemente esses modos de operação da ideologia.

A legitimação tende a apresentar o mundo de um modo que considere as relações de dominação justas. Thompson (1995, p. 82) evidencia que a legitimação pode se embasar em três estratégias de construção simbólica: a racionalização, a universalização e a narrativização.

Na racionalização, “o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (Thompson, 1995, p. 82).

Em relação à universalização, Thompson (1995, p. 83) ressalta que “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos”.

E quanto à legitimação, o mecanismo de narrativização corresponde à inserção de exigências de legitimação em “histórias que contam o passado e

tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável” (Thompson, 1995, p. 83).

Sobre o segundo modo, que é a dissimulação, se refere ao estabelecimento ou suporte das assimetrias de poder ilegítimas através de sua negação, e faz uso de estratégias de construção simbólica como deslocamento ou eufemização e o tropo.

No deslocamento, “um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a um outro, e, com isso, as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas” (Thompson, 1995, p. 83).

Na estratégia da eufemização, “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva” (Thompson, 1995, p. 83), o que visa ofuscar pontos de instabilidade.

Em relação ao tropo, Thompson, (1995) que remete a figuras de linguagem como sinédoque, metonímia, metáfora e de modo geral, pode servir a interesses de apagamento de relações conflituosas.

No terceiro modo de operação de ideologia, a unificação, busca a manutenção ou estabelecimento das relações de dominação por intermédio da construção simbólica de unidade, isto é, buscar uma concepção de interesse único, coletivo, através da interligação de “indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los” (Thompson, 1995, p. 86).

Esse modelo de operação opera duas estratégias de constituição simbólica: a padronização e a simbolização. A padronização diz respeito à adoção de um referencial padrão, compartilhado, e a simbolização faz uso da construção de símbolos em unidade, tanto de identidade como de identificações coletivas.

Em relação à fragmentação, esta sustenta as relações de desigualdade por intermédio da segmentação de pessoas ou de grupos de pessoas, que estando juntas coletivamente, poderiam constituir um obstáculo a conservação do poder hegemônico.

Relembrando e retomando as palavras de Van Dijk (2010, p. 51), ao defender que “as elites do poder também possuem acesso a manobras para

controlar a dissidência e a resistência”. Em conformidade com as estratégias de construção simbólica deste modo de operação da ideologia, apresenta-se a diferenciação e o expurgo do outro.

A diferenciação da ênfase as “distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes” (THOMPSON, 1995, p. 87).

Já a estratégia do expurgo do outro abrange a construção de um inimigo, refletido como ameaçador e representando simbolicamente, como um grupo que se constitui em um obstáculo aos interesses do grupo que detém o poder.

No quarto modo de operação da ideologia é a reificação, que pretende representar como permanente e imutável um acontecimento transitório, não contextualizando sua condição sócio histórica.

Nesse viés, as estratégias simbólicas no contexto da reificação são a eternalização, a nominalização e a passivação. Através da naturalização, criações sociais e históricas são tidas como um evento natural. Meurer (2005, p. 91), a respeito da naturalização, fala que,

A noção de naturalização é associada à de opacidade. Significa que as 'realidades' criadas discursivamente passam a ser percebidas como algo natural, imutável, parte da sua própria natureza. Uma vez que determinada perspectiva se torna naturalizada, torna-se legítima, subliminar e de difícil desconstrução.

No contexto do modo de operação da reificação, na estratégia de eternalização, fenômenos tanto sociais quanto históricos são relevados como permanentes e imutáveis, decorrente o esvaziamento de sua qualidade histórica. E na estratégia de nominalização e da passivação, existe a concentração da atenção do indivíduo em determinados temas, desviando sua atenção de outros e podendo ocorrer o apagamento de atores e ações.

Nesses modos de operação da ideologia é possível refletir acerca do uso das redes sociais, vez que especificados, continuamos nosso traçado teórico agora voltado para a conceituação de identidade, esta como sendo uma construção discursiva, trazendo implicações para a instituição de papéis sociais.

4.3 Identidade e Alteridade

Continuando este capítulo destinado às conceituações norteadoras no campo da pesquisa, buscou-se destacar a identidade enquanto construção social.

A definição e demarcação do que vem a ser o *eu* e o *outro* tem fundamental importância em todas as relações discursivas que se constituem na sociedade, seja por quem decide o que pode ser dito, como e por quem, isto é, decide e delimita o traçado das interações discursivas e das práticas sociais, tanto em sua configuração e sua natureza.

Mey (2001, p. 71) ressalva que a interação pode ser entendida enquanto parâmetro social por meio de semelhanças e diferenças:

A atividade individual, por si só, não leva à organização societal; (...) O que é preciso é interação: indivíduos agindo com (ou contra) outros, nas 'igualdades' e 'desigualdades' que acabam se tornando os parâmetros primitivos de qualquer sociedade.

Nesse entendimento, Fairclough (2003, p. 77) ressalta que, “a construção de identidades e de identificações está relacionada aos processos de representação de classificação, de construção de diferenças e semelhanças”.

Outrossim, é necessário primeiramente acentuar que a identidade não é posta *a priori*, mas se funda social e discursivamente além de demarcar os papéis de quem pode e não pode agir, interagir, falar, em determinados espaços. É elementar destacar a mutabilidade das identidades, que por designarem construções simbólicas, são inconstantes e passíveis as relações de poder, bem como, a lutas por sua definição.

Identidade não é algo fixo ou imutável. É, sobretudo, algo que se modifica constantemente com base na alteridade e assimetria, na relação que se desenvolve entre o *eu* e o *outro* através das interações.

Galli (2010, p. 53) evidencia que “(...) a noção de identidade não pode ser definida como fixa, fechada, sistematizada, mas como algo que envolve o movimento da história, o deslocamento de posições-sujeito”.

Nessa linha, a autora (2010, p.52) afirma que tanto o indivíduo quanto os sentidos se mantêm em contínuo movimento: “são sempre os

mesmos e sempre outros, proporcionando (nesse mesmo e diferente) a manifestação das identidades”.

É interessante perceber que a identidade pode ser observada por diferentes vertentes. Alguns teóricos definem identidade como sendo “conceito de si”, “representação de si”, ou até mesmo “sentimento pessoal”, remetendo-as sob uma concepção de identidade pessoal e social, como características específicas de um sujeito e a atributos que demarcam o pertencimento a grupo e categorias (GIDDENS, 1991; JACQUES, 1998; BOURDIEU, 2003).

Já outros teóricos defendem que a identidade é constituída por meio de sistemas culturais. Conceituam-na como “sentimento de pertencimento de realidades” e “conjunto de significados compartilhados” (CANCLINI, 1995; HALL, 2001; KELLNER, 2001; BAUMAN, 2005; SILVA, 2014).

Neste entremeio, a identidade passa a ser concebida como culturalmente instituída, sendo um posicionamento e não somente uma essência, relacionada à discussão das identidades culturais, e as que se estabelecem por sentidos cambiantes e contínuos do dia a dia do indivíduo (HALL, 1996).

Ademais, “as identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história” (HALL, 1996, p. 70). Assim sendo, a identidade cultural são particularidades atribuídas ao sujeito ou grupo através do sentir-se pertencente a uma cultura específica.

Nessa transação cultural entre os indivíduos onde a sociedade se encontra imbuída, também chamada de interculturalidade, se destaca a relevância da identidade enquanto narrativa (BHABHA, 1977; CANCLINI, 1995; MARTÍN-BARBERO, 2010).

Compreende-se que toda identidade é formada e construída no ato de se narrar uma história, no processo prático de ser contada para outras pessoas. E a metodologia proposta pelos Estudos Culturais¹¹ atenta para os

¹¹ Os Estudos Culturais tiveram início, na Inglaterra, no entanto, só contemporaneamente, se configurou num fenômeno internacional (ESCOSTEGUY, 1998; OLIVEIRA, 1999; MATTELART; NEVEU, 2004). Apesar dessa descentralização geográfica dos Estudos Culturais, não há um conceito fixo que opere de forma semelhante em todos os territórios, pelo contrário, criou-se uma multiplicidade teórica. Mas, o contexto histórico britânico dos Estudos Culturais delinea seu surgimento, pois abrange de forma interdisciplinar os estudos que envolvem a cultura e político, devido aos vários movimentos sociais da época. As contribuições

impactos das relações dessa interculturalidade que está articulada entre cultura, identidade e mudanças sociais contemporâneas.

No correr dos anos 70, com a temática do feminismo se intensificando nos Estudos Culturais, proporcionou inquietações acerca da identidade com Stuart Hall, com a cambiante de “ler os processos de construção da identidade unicamente através da cultura de classe e sua transmissão geracional” (MATTELART; NEVEU, 1997, p. 123).

Ulteriormente aos questionamentos relativos ao gênero, nos anos 80, se expande a discussão sobre os estudos de raça e etnia e, logo nos anos 90, as questões voltadas para a cultura nacional ressoam na construção identitária do sujeito.

Nesse íterim, Hall realiza estudos sobre identidade cultural com as obras *Cultural Identity And Diaspora* (1990), *The Question of Cultural Identity* (1993) e *Who Needs Identity?* (1996). Para ele, as identidades modernas estão se fragmentando, ou seja,

[...] um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. (HALL, 2001, p. 09).

Essa fragmentação e descontinuidade da modernidade (GIDDENS, 1991) transforma a identidade, remetendo a ela uma perda de “sentido de si”, a qual pode ser chamada de deslocamento ou descentração dos indivíduos do mundo sociocultural e de si mesmos, onde sofrem a chamada “crise de identidade” (HALL, 2001, p. 09).

que estabelecem bases para os Estudos Culturais são datadas do final da década de 50 e início dos anos 60 pelos teóricos: Richard Hoggart com *The Uses of Literacy* (1957), Raymond Williams com *Culture and Society* (1958) e E. P. Thompson com *The Making of the English Working-Class* (1963), e revelam uma variedade de inquietações que engloba as relações entre cultura e sociedade. A partir do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), fundado em 1964, os Estudos Culturais britânicos passam a compor uma linha de pesquisa concentrada nas relações entre a cultura e a sociedade, com suas diversas formas e práticas culturais, bem como as relações com a sociedade e as constantes mudanças sociais. A contribuição teórica de Williams em *Culture and Society* (1958) se torna fundamental ao conceituar a cultura como um “modo de vida”, afastando-se da dicotomia da cultura enquanto “da minoria” ou “da maioria”. Assim, se expande e se reformula o entendimento da cultura, abrindo espaço para o desenvolvimento dos Estudos Culturais. Com um traço metodológico interdisciplinar, os Estudos Culturais buscam compreender, nas sociedades industriais contemporâneas e em suas inter-relações de poder, a atuação da cultura nas mais diferentes áreas temáticas: gênero, feminismo, identidades nacionais e culturais, políticas de identidade, pós-colonialismo, cultura popular, discurso, textos e textualidades, meios de comunicação de massa, pós-modernidade, multiculturalismo e globalização, entre outros.

Giddens (2002) acentua que o “eu” se torna um plano de reflexividade da modernidade, onde o sujeito é o próprio responsável. Bourdieu discrimina a identidade no sentido do lugar de sua origem, isto é, sendo uma “conservação ou transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas da identidade social” (2003, p. 124).

Entretanto, as identidades sociais podem ser conflitantes, pois um indivíduo pode possuir duas ou mais identidades, contradizendo as relações de poder demarcadas na sociedade (FOUCAULT, 2000, p. 31).

Foucault (2012, p. 33) instaura uma válida relação entre a construção dessa identidade social a qual se refere às relações de poder, ao defender que “o sujeito é construído a partir das disciplinas e dos regimes de verdade, processo em que as relações de poder (não somente repressivo) estão presentes e predominam na definição de identidades”.

Desse modo, as relações de poder são fundamentais na construção de identidades e na determinação dos papéis sociais que favorecem a classe dominante, através da disseminação dos discursos, que se materializam dialeticamente em formas de agir e interagir, e podem ser imbuídos em maneiras de ser, por meio da constituição das identidades.

Ressaltando a construção das identidades, sendo atravessadas pelas relações de poder, e em consequência, por maneiras de dominação e manipulação com base a manutenção hegemônica, é importante fazer alusão ao questionamento a determinadas identidades sociais, uma vez que à medida que construídas discursivamente, as identidades podem também ser, e, de fato, constantemente são contestadas no discurso.

É pertinente a afirmação de Resende & Ramalho (2009, p. 77) que direcionam para a possibilidade de mudança social através do questionamento de identidades, colocando que “é mediante a representação que identidade e diferença se ligam a sistemas de poder; questionar identidades e diferenças é, então, questionar os sistemas legitimados que lhes servem de suporte na atribuição de sentido”.

A procura pela mudança social perpassa pela identificação das constituições identitárias e, até mesmo, pelo questionamento de determinada construção, tendo em vista que, são os sujeitos, imersos nas práticas

discursivas e sociais, que colaboram para a manutenção ou modificação das sólidas estruturas fixas.

Reafirmam também que “em nossa experiência no mundo, interiorizamos discursos que nos servem de suporte para a construção de nossas identidades, e essas construções identitárias podem nos prover ferramentas para uma ação transformadora” (RESENDE & RAMALHO, 2011, p. 72).

Recorrente a importância social da temática da constituição identitária, este estudo se propôs a analisar as relações de identidade e poder entre o *eu* e o *outro*, que interagem entre si num espaço de atuação discursiva singular do século XXI: as Redes Sociais.

A expressão *Online*, decorrente da língua inglesa para “conectado”, simboliza a referência que se mostrar por meio das relações que permeiam os espaços digitais, e especificamente as identidades marcadas nesse âmbito social virtual contemporâneo.

Para mais, é fundamental entender a continuidade e delimitação dessa abordagem de análise, a respeito do funcionamento dos discursos nesses espaços de interação virtual. Buscou-se compreender as relações de ódio no âmbito das Redes Sociais, que se apresenta como foco dessa pesquisa.

4.4 Discurso, poder e identidade no espaço virtual

As relações de interação que se inter cruzam nas redes sociais digitais, de certo modo, constituem sua própria estrutura social das redes sociais não-digitais.

Determinada transposição de relações para o espaço virtual viabiliza uma significativa materialização da complexidade das múltiplas interações sociais que o indivíduo experiencia cotidianamente. Para os objetivos desta pesquisa, deu-se ênfase apenas às redes sociais enquanto plataformas digitais de interação discursiva.

Através da interação social mediada pelo discurso, nas redes sociais, são produzidas identidades múltiplas e papéis sociais que são

cometidas em circunstâncias onde existe uma expectativa social específica de atuação em práticas discursivas intrínsecas.

Enquanto espaços de interação discursiva relativamente novos, é válido evidenciar que as redes sociais naturalmente se constituem e adquirem um contorno mais nítido e mais próprio a cada dia, como resultado das próprias práticas sociais.

Destarte, estruturas próprias a esses âmbitos começam a adquirir forma, e estatutos sociais começam a surgir. Amiúde, usuários censuram outros por determinado conteúdo postado, por considerá-lo inapropriado àquele lugar de interação específica, seja pela forma, seja pelo conteúdo. Vão sendo delineadas, dessa forma, as expectativas sociais e discursivas específicas aos gêneros constantes destes espaços digitais.

O fator de transitoriedade, que se abordou enquanto característica dos gêneros digitais, está manifestado nas redes sociais e exposto pelo próprio nome que se atribui a um dos principais gêneros das plataformas, a *Time Line*.

Numa tradução livre, o termo abrange uma “linha do tempo”, onde as informações e interações são atualizadas diariamente a cada acesso. Desse modo, textos escritos há menos tempo são apresentados em primeiro lugar e, respectivamente, textos mais antigos em último lugar¹². Logo, naturalmente há uma constante “reciclagem” de assuntos e temas abordados pelos usuários.

Tendo em conta um número considerável de redes sociais, nessa pesquisa se contactou o *Facebook*. À vista disso, os próximos capítulos se debruçaram a um maior detalhamento das especificidades da rede social *Facebook*, tencionando conduzir à análise dos dados.

¹² É válido destacar que, as mensagens mais acessadas e comentadas, ainda que mais antigas, podem aparecer em destaque por algum tempo. No entanto, esse fator não interfere de forma relevante no conceito da transitoriedade.

5 TRAJETÓRIA PERCORRIDA

Buscou-se, ao longo deste capítulo, fazer uma explanação quanto à metodologia utilizada na geração e análise de dados, procurando refletir acerca de algumas questões importantes no ambiente da metodologia científica, notadamente no que tange as ciências sociais.

Seguidamente, procurou-se fazer o delineamento do escopo na qual se alicerça a pesquisa, pontuando algumas concepções fundamentais circunstanciando o caráter metodológico.

Finalmente, ao ter apresentado o aparato teórico substancial para a compreensão do estudo, pretendeu-se descrever a metodologia utilizada, bem como a geração e análise de dados.

5.1 O universo do estudo: processo metodológico

A referente pesquisa objetivou discutir como o discurso de ódio, por meio da intolerância política no ciberespaço, especificamente no *Facebook*, a partir de comentários de usuários e imagens compartilhadas na referida rede social digital.

A perspectiva metodológica desde trabalho e sua operacionalização basearam-se primeiramente num levantamento bibliográfico e documental, mediante a revisão de literatura de livros, artigos científicos e documentos legais que abordam a temática em estudo, especialmente no que refere ao comportamento social nas redes, embrincados por relações de ódio, intolerância e poder.

Com uma vasta área ainda a ser explorada, os estudos centrados no ciberespaço e nas redes sociais digitais, encontram dificuldades e enfrentam desafios, na utilização de um método apropriado, em relação à compreensão das dinâmicas sociais e culturais próprias deste objeto. Dificuldades, como o consentimento dos sujeitos envolvidos na pesquisa, ou questões relacionadas aos aspectos públicos e privados, das informações obtidas, se tornam problemáticas quando tratadas no espaço virtual.

Como ambiente público, esta rede social digital segue sendo utilizada para a disseminação e proliferação de discursos intolerantes, que em

diversos casos apresentam o discurso do ódio, verificado nos comentários em *feeds* de notícias.

Existem diversas formas de pesquisar as redes sociais digitais que se apresentam. No entanto, de acordo com Fragoso *et al* (2015, p. 19):

não existem fórmulas prontas para fazer pesquisa: cada problema, cada método, cada amostragem e tratamento dos dados deve ser encarada como uma construção única, que pode servir de ensinamento e inspiração, mas nunca como um receituário pronto a ser seguido.

Outro fator a ser levado em consideração é que, como se trata de uma pesquisa, em sua maior parte, de caráter qualitativo, é necessário considerar a complexidade inerente desta, para o alcance dos resultados pautados em probabilidades e medidas obtidas nas demais ciências, como as exatas e as naturais.

De acordo com Rauen (2015, p. 531):

a medida do que é verdadeiro em ciência humanas é diferente daquela que se obtém em ciências naturais, porque se faz necessário aceitar vontades e valores de pesquisadores e de sujeitos de pesquisa. O que se pode obter em ciências humanas são tendências e não leis determinísticas, de modo que o que se conclui em ciências humanas não pode ser encarado como absoluto ou definitivo, mas aproximativo.

Levando em consideração estas questões, se optou pelo método de Análise de Redes Sociais.

A Análise de Redes Sociais (ARS) faculta o estudo multidisciplinar dos padrões das relações sociais. Em consonância com Souza e Quandt (2008), a sua principal vantagem é a possibilidade de uma apresentação gráfica e quantitativa de teorias baseadas em conceitos sociais.

O objetivo da ARS é observar a interação entre os indivíduos (comentários dos atores) dentro de uma rede (*Facebook*), o que possibilita uma visão da estrutura da mesma.

Como afirma Recuero (1999), a ARS *online* tenta se focar em “unidades de análise” específicas como: relações (caracterizadas por conteúdo, direção e força), laços sociais (que conectam pares de atores através de uma ou mais relações), multiplexidade (quanto mais relações um laço social possui, maior a sua multiplexidade) e composição do laço social (capital social derivado dos atributos individuais dos atores envolvidos).

Outra vantagem do uso da ARS em ambiente digital é que ela:

permite perceber a estrutura das redes e quantificar, por exemplo, o quão próximos entre si são os atores (indivíduos ou organizações) participantes da rede (grau de conexão dos nós) e quem são os atores com mais conexões (nós mega conectados, os chamados *hubs*).

A partir dessa explicação, segue o detalhamento da pesquisa:

A investigação do objeto deste trabalho leva em conta o dinamismo da realidade das redes sociais digitais, buscando compreender os fatos sociais envolvidos no estudo, como as influências culturais, sociais e políticas que levaram aos resultados obtidos.

Em relação ao método, como meio técnico de investigação, este estudo procurou combinar três métodos. No entanto, para a coleta de dados, foi utilizado o método observacional, esse procedimento por sua vez, se mostra relevante especialmente para entender o que os organismos fazem e sob quais circunstâncias (Danna; Matos, 2006), e nos estudos que envolvem interações humanas, visto haver situações que dificilmente poderiam ser captadas ou apreendidas de outra forma (Dessen; Murta, 1997; Kreppner, 2001).

Por último, a pesquisa também possui características de um estudo comparativo, pois propõe-se “descobrir relação empírica entre variáveis”. Neste interim, objetiva-se relacionar variáveis como, “comentário intolerante em fanpage de notícias” e político seguido no *Facebook*.

O método comparativo se constitui no modo de raciocínio pelo qual “podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e discontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais” (SCHMITT; SCHNEIDER, 1998, P. 47).

Decorrente da classificação de variados tipos de menções de ódio e intolerância no ciberespaço, se optou pelo tipo político, uma vez que, se trata do maior tipo identificado pelo “Dossiê da Intolerância: visíveis e invisíveis no espaço digital”.

Em conformidade com o dossiê, a intolerância de maior incidência no Brasil é a política, com quase 220 mil menções. Também se pondera esta escolha devido ao contexto de polarização política vivenciado no período de 2016, no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Determinado acontecimento acirrou a polarização e aumentou a agressividade no debate e no confronto ideológico.

Não mais importante, é a Revisão Sistemática de Literatura em base de dados, procurando estabelecer e constituir parâmetros para a pesquisa, assim como conhecendo a produção acadêmica sobre, ou próxima ao tema proposto.

Pois, de acordo com Sampaio e Macini (2007, p. 84) “uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados à literatura sobre determinado tema”. Pode-se então, falar em metanálise.

A metanálise consiste na análise de uma análise já realizada, ou seja, uma reanálise de trabalhos realizados individualmente, reunidos num só, formando um corpus de análise e de resultado destas muito mais abrangente, servindo de base para pesquisas futuras.

O estudo de RSL é composto por análises estatísticas, cujo objetivo principal é reunir de forma sistemática num só índice todos os resultados dos trabalhos analisados sobre determinado tema. O tema sobre o qual esta revisão está voltada é a incidência do Discurso de ódio nas redes sociais, especificamente no *Facebook*.

Para a realização deste estudo, inicialmente, delimitou-se o tema e a elaboração da pergunta de investigação que norteou todo o trabalho, haja vista que se pretende analisar qual o quantitativo disponível de dissertações sobre o discurso de ódio nas redes sociais em língua portuguesa, presentes na *web*. A partir de então foram elaborados alguns desdobramentos para que se pudesse analisar aspectos específicos destas dissertações como, por exemplo:

- a) Quais os repositórios se encontram estes trabalhos?
- b) Quais as áreas de conhecimento são contempladas?
- c) Qual a amostra utilizada para a pesquisa?
- d) Quais os instrumentos de estudo foram utilizados pelos investigadores?

Para a delimitação do tema desta revisão sistemática, fez-se necessário a elaboração de fatores de inclusão e exclusão para definir quais aspectos seriam estimados/avaliados e quais seriam desconsiderados nas

dissertações analisadas. Observa-se o quadro abaixo onde estão descritos tais critérios:

Quadro 4: Critérios de inclusão e exclusão

Critérios de inclusão	Critérios de exclusão
Trabalhos em nível de mestrado sobre o Discurso de ódio nas redes sociais;	Estudos que não versem sobre o Discurso de ódio nas redes sociais ou trabalhos dos níveis: Artigos, TCC's e Teses;
Dissertações produzidos no período de 2014 e 2016;	Dissertações produzidos no período anterior à 2014;
Produções brasileiras em língua portuguesa;	Dissertações que não foram produzidas em Língua Portuguesa ou que foram produzidas no exterior;
Dissertações disponíveis no portal BDTD- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.	Trabalhos disponíveis em bases de dados diversas ao BDTD

5.2 Fontes de dados

Para constituir a base de dados documental que fazem parte da amostra desta revisão sistemática, formada por trabalhos do tipo dissertações, executou-se uma busca sistemática na web primeiramente através do Google Chrome. Em seguida, iniciou-se a verificação em bases de repositórios científicas, pois se entendeu que assim poderíamos ter asseguradas a validade e legitimidade dos trabalhos encontrados.

As bases de dados consultadas foram: Banco de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/ibct). Durante o processo de busca foram aplicados os fatores de inclusão e exclusão a fim de auxiliar na seleção inicial das dissertações.

5.3 Descritores de pesquisa

Em busca do maior número de dissertações produzidas, em língua portuguesa, sobre a temática do discurso de ódio nas redes sociais, foram utilizados alguns descritores que nos auxiliaram na seleção apurada dos trabalhos, quais sejam: “Discurso de ódio nas redes sociais”, “Discurso de ódio

no *impeachment* 2016”, “Dissertações Discurso de ódio”, “Discurso de ódio e liberdade de expressão”.

Ao utilizarem-se os descritores de busca realizou uma etapa prévia de análise e seleção dos trabalhos apresentados dos resultados das buscas. A seleção prévia foi auxiliada pelos critérios de inclusão e exclusão dentre os quais o que nos interessavam dissertações produzidas em língua portuguesa, no período de 2014 a 2017, que versassem sobre a incidência do discurso de ódio nas redes sociais em concomitância ao período político de 2016 e que, estivessem disponíveis na internet de forma integral.

5.4 Desenho do estudo

Para a consecução do estudo, o primeiro passo foi a delimitação do tema através da formulação da pergunta de investigação que versou sobre a verificação do quantitativo de dissertações sobre a incidência do Discurso de ódio nas redes sociais (em língua portuguesa) presentes na *web*. Em seguida, foram elaborados os fatores de inclusão e exclusão para que se pudesse obter um quantitativo significativo de trabalhos a serem analisados, dentro dos padrões estabelecidos para investigação.

Para dar continuidade ao processo de investigação e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, recorremos a portais da internet (nossas bases de dados principais) para que pudéssemos iniciar a seleção dos estudos e assim criarmos nossa própria base de dados, ou seja, para que tomasse forma o *corpus* dessa revisão sistemática para serem devidamente analisados.

O passo seguinte foi a extração das informações necessárias dos estudos encontrados, conforme as buscas fossem avançando. Em seguida, organizou-se sumariamente essas informações, dispondo-a em uma tabela¹³. Assim, construiu-se a base de dados desta revisão sistemática.

Estando pronto o *corpus* deste estudo, iniciou-se o processo de análises das seis dissertações selecionadas. Primeiramente, verificou-se algumas informações relevantes para a construção dos resultados desta revisão sistemática. Posteriormente, seguiu-se com a análise crítica dos

¹³ A tabela de dissertações analisadas estará presente nos Apêndice (p. 138).

estudos selecionados, buscando a satisfação do problema proposto neste estudo.

Esta revisão sistemática concretizou-se com a discussão dos resultados encontrados, onde estabeleceu-se algumas recomendações e sugestões para trabalhos futuros, bem como fora feita uma síntese das informações obtidas.

5.5 Dialogando com os resultados

Inicialmente, nessa revisão sistemática desenvolveu-se a metanálise dos problemas já levantados por outros pesquisadores em trabalhos escritos em língua portuguesa. Embora, tenha se constatado a existência de trabalhos desenvolvidos acerca desta temática em outros idiomas, especialmente na língua inglesa, o presente trabalho ocupou-se apenas com seis trabalhos selecionados e publicados em língua portuguesa através de instituições brasileiras.

De outra perspectiva, notou-se que as estruturas físicas e virtuais são elementos cruciais para a análise do objeto de estudo, haja vista que se considerou que, diferentemente do discurso de ódio, há maior facilidade na documentação do discurso de ódio juntamente com a liberdade de expressão, o que significou um auxílio na pesquisa dos trabalhos estudados sistematicamente nessa revisão sistemática.

Após a realização desse estudo e investigação, passou-se para à reflexão acerca dos resultados obtidos, de modo a retomar as questões inicialmente formuladas, procedendo-se com uma reflexão holística sobre o trabalho realizado e propondo ideias capazes de nortear novos estudos na temática em questão.

Conforme destacado no introito do estudo em tela, a *internet* e as redes sociais permitiram uma gama de possibilidades em áreas diversas, principalmente no que se refere ao nascimento de novas maneiras de comunicação e relacionamento entre pessoas, criando novas perspectivas para as noções de espaço e tempo, que se relativizaram, pois, as distâncias diminuíram e a efemeridade das relações ganhou terreno.

Dentro desse contexto, não apenas os sentimentos e atos positivos humanos conseguiram maior abrangência com a *internet* e as redes sociais, pois as atitudes negativas advindas de mesquinhos pensamentos conscientes ou inconscientes, também se beneficiaram dessas novas formas de comunicação, sendo capazes de causarem imensurável dor e angústia nas suas vítimas.

O estudo do discurso de ódio oportuniza estudos nas mais diversas áreas de saber, de modo que se pode analisar, dentre outros, o contexto de aplicação da violência, a reação psicológica e comportamental da vítima, o reflexo social, os aspectos jurídicos e formativos da vítima e do agressor. De modo que as metodologias utilizadas podem variar conforme a pretensão do pesquisador.

Apesar da variação de métodos, a maioria das dissertações estudadas, utilizou o estudo de caso, a fim de observar o impacto dessa modalidade de violência no âmbito das redes sociais.

É válido aqui ressaltar, que foram encontrados poucos estudos (dissertações) sobre o discurso de ódio nas redes sociais no período determinado nesta pesquisa. No entanto, os trabalhos escolhidos serviram de subsídio para a construção de novos conhecimentos, novos olhares e no que tange essa temática em questão.

Quanto aos questionamentos iniciais elaborados no início do presente estudo e que norteou a pesquisa, pode-se afirmar que o quantitativo de dissertações ainda é restrito, visto que, nessa metanálise extraiu-se seis dissertações, se pensarmos que esta é uma forma de violência tão presente no contexto social e virtual atual, cujos reflexos podem ter alcance tão profundo e definitivo para a vida da vítima, sendo observada há mais de uma década.

Durante o processo de análise das dissertações, foi possível a observação de dados quantitativos e qualitativos, de forma que alguns aspectos relevantes merecem destaque. A maioria das dissertações apresenta em seus resultados uma vertente mais qualitativa, onde o estudo de caso mostrou-se frequente, através, por exemplo, da descrição, da observação direta ou de entrevistas.

Na primeira produção, intitulada **Discurso de ódio no Estado democrático de direito: o uso da liberdade de expressão como forma de**

violência, configura-se com o objetivo da análise do Discurso do ódio na sociedade democrática por meio de sua conceituação, dos motivos contrários à sua legalidade, bem como sua localização dentro da legislação brasileira. Volta-se para a área do Direito, fazendo uso do estudo de caso para a consolidação do trabalho.

Almeida (2016), no trabalho intitulado **A dignidade da pessoa humana entre Liberdade de expressão e o Discurso do ódio**, também abordou em seu trabalho temas principais como liberdade de expressão, o discurso do ódio e a dignidade da pessoa humana, analisando a importância do direito fundamental à liberdade de expressão. Utilizou-se uma abordagem qualitativa com estudo de caso, também se voltando para a área do Direito.

A utilização do Discurso de ódio e Liberdade de expressão nas manifestações citadas por Almeida (2016) também é tratada por Sousa (2017) na produção seguinte, **A análise do Discurso de ódio, Intolerância e Preconceito na rede social Facebook**, que objetivou analisar o discurso de ódio e, por conseguinte, a quebra dos direitos humanos, na rede social *Facebook*. Voltando-se para a área da Tecnologia da Informação e Comunicação, numa abordagem qualitativa com estudo de caso.

A análise realizada por Burlamaqui (2015) trata a respeito do conflito entre o direito à Liberdade de Expressão e os seus reflexos na proteção dos direitos humanos, nos casos de discurso de ódio que se proliferam na *internet*. Com o advento das redes sociais, os casos de desrespeito ao princípio da dignidade humana, tem se proliferado e o argumento na defesa desses discursos de intolerância é o da livre expressão do pensamento. Esse trabalho intitulado **Liberdade de expressão e proteção dos Direitos Humanos na internet: reflexos do Discurso de ódio nas redes sociais e a ação #HumanizaRedes**, traça um panorama desse contexto, bem como das possíveis consequências da expansão desse tipo de comportamento *online*. Faz ainda uma breve análise das possíveis formas de atuação judicial no combate aos abusos e, também na esfera extrajudicial, configurada na ação do Governo Federal, por meio do portal #HumanizaRedes. A autora utilizou o método de estudo de caso para a consecução do estudo.

No trabalho intitulado **Política, Memes e o Facebook no Brasil: em busca da democracia**, Georgette (2017), analisa como o uso do *Facebook*

pode influenciar na conscientização política e social dos internautas brasileiros. observando, analisando e categorizando como as imagens de cunho político veiculadas no *Facebook*, funcionam como uma unidade de informação e identificação com a capacidade de se multiplicar, através das ideias e cultura que se propagam de indivíduo para indivíduo dentro da estrutura promovida pela rede social e, assim, compreender como essa propagação constante afeta a nossa percepção sobre a democracia e a própria sociedade.

Tendo como objeto a cibercultura, Bardini (2017) analisa no trabalho **A cibercultura da Intolerância política, ou como a linguagem do ódio desconstrói a cidadania**, a intolerância existente no ciberativismo ressignificado para a organização e disseminação de ideais antidemocráticos. Objetivando a investigação da polarização política entre Direita e Esquerda, no ciberespaço, em particular no *Facebook* a partir das eleições de 2014. Tem-se uma abordagem qualitativa com estudo de caso.

Constatou-se que, o estudo de caso foi o método mais aplicado. Embora, outras formas de apreensão do conteúdo também tenham se mostrado eficazes. As linhas de pesquisa que têm contribuído para a discussão do assunto são diversificadas, voltando-se mais especificamente para a área do Direito.

Como limitação, destaca-se que, nem todos os programas de pós-graduação em nível de mestrado disponibilizaram as suas produções em repositórios digitais, o que pode ter excluído alguns trabalhos relevantes para a amostra deste estudo.

Deste modo, o repositório da CAPES foi aquele que apresentou um maior número de dissertações disponíveis para a consulta. Dessa forma, grande parte está voltada para a área da Comunicação, do Direito e da Linguística.

Conforme já explicitado, as possibilidades de investigação na temática do Discurso de ódio não se esgotam.

E, o processo de metanálise da RSL, junto com o estudo da ARS, permitiu a formação metodológica, teórica e conceitual dessa pesquisa.

Tendo apresentado os recursos e técnicas que serão utilizados nesse estudo e o modo como se compreende cada instrumento de pesquisa, pretende-se, agora adentrar no universo da pesquisa.

6 CONECTADOS NA REDE: liberdade de expressão e discurso de ódio no período político de 2016

Na construção das sociedades, incluindo a brasileira, o direito à liberdade de expressão se institui como um dos mais importantes. Sendo direito fundamental dos indivíduos, essencial à constituição de uma sociedade livre, norteadas pelo regime democrático. Juntamente com o discurso de ódio, a liberdade de expressão é um dos pontos fulcrais desse estudo. Em tal intensidade, é indispensável perscrutar alguns de seus aspectos importantes, para depois explorar o conflito entre esta e o discurso do ódio.

6.1 Liberdade de Expressão como Direito Fundamental

Os direitos fundamentais são considerados como basilares, através deles, os indivíduos têm e podem assegurar e proteger a dignidade de sua existência dos descomedimentos do Estado, especialmente ao considerarmos desproporcionais as forças entre o indivíduo e os poderes considerados. A liberdade é um direito fundamental de primeira ordem, ou dimensão, e a liberdade de expressão deriva dele, assim como serve de instrumento da vivência plena do primeiro. (NOVELINO, 2012, p. 59)

É válido evidenciar que, o significado dos direitos fundamentais como direitos particulares de defesa do indivíduo contra o Estado e que sucedem da noção de que estes integram e exteriorizam pragmáticos valores objetivos básicos da comunidade, está à ratificação de que, os direitos fundamentais devem ter sua efetividade valorizada, com base no enfoque da sociedade e da comunidade em sua totalidade, não somente sob a óptica individualista, já que, salvaguarda valores e fins que, devem ser efetivos e executados para que se materializem.

O processo de reconhecimento e consolidação desses direitos mostram que, estes estabelecem categoria efetivamente aberta e mutável, apesar de que, seja capaz observar determinada perdurabilidade e homogeneidade neste campo, como clarificam os tradicionais exemplos do direito à vida, da liberdade de locomoção e de pensamento, dentre outros

tantos que sempre figuram como preocupação do legislador quando se quer estabelecer um estado democrático. (NOVELINO, 2012, p. 403)

Outrossim, é mandatório assentir que alguns dos clássicos dos direitos fundamentais da primeira dimensão estão sendo revigorados e, por consequência, ganhando maior visibilidade e importância, visto que, devido às novas e variadas formas de agressividade aos princípios tradicionais e já incorporados ao patrimônio jurídico da humanidade, notadamente a liberdade, a igualdade, a vida e a dignidade da pessoa humana.

Considerando tais questões, se pode asseverar que o direito à informação é uma forma de exercício dos direitos socioculturais tradicionalmente marcados como de segunda dimensão, se relevando a sua importância como dispositivo hábil ao funcionamento dos denominados direitos prestacionais, que dizem respeito aos direitos de acesso e utilização de prestações estaduais (por sua vez subdivididos em direitos derivados e direitos originários a prestações) e por outro lado, em direitos à participação na organização e procedimento.

É fundamental acentuar que, os direitos fundamentais passaram a representar no âmbito da ordem constitucional, um conjunto de valores e direitos básicos, com a intenção de incentivar a ação positiva dos poderes públicos e, não somente garantias negativas dos interesses individuais.

6.2 Discurso de ódio, incivilidade e desrespeito

Para se compreender melhor o “discurso de ódio”, é fundamental perscrutar sua conceituação. O discurso de ódio ou *hate speech* é estabelecido por Michel Rosenfeld (2003, p. 02) como “o discurso para promover o ódio com base na raça, religião, etnia ou nacionalidade”, podendo acrescentar ainda, gênero ou opção sexual¹⁴.

¹⁴ O conceito de discurso do ódio juridicamente comparado é bastante plural, pois não existe um conceito único que o defina. Ele é marcado pela abordagem regional ou nacional que cada país dá ao *hate speech*. Isto ocorre porque o Pacto pela Eliminação da Discriminação Racial estabeleceu um padrão muito amplo que é, no mais das vezes, revisto por cada país. Sobre o tema ver: CALLAMARD, Agnes. Expert meeting on the links between articles 19 and 20 of the ICCPR: Freedom of Expression and advocacy of religious hatred that constitutes incitement to discrimination, hostility or violence. Disponível em: <www2.ohchr.org/english/issues/opinion/articles1920_iccpr/docs/experts_papers/Callamard.doc>. Acesso em: 16 jun 2018.

É um discurso que reproduz uma ideia de ódio, intolerância, desprezo contra determinado indivíduo ou grupo, os inferiorizando, os menosprezando e os denigrando por motivos preconceituosos, por não pertencerem a um mesmo grupo ou comunidade ligados à etnia, política, nacionalidade, religião, gênero, deficiência, entre outros.

O Comitê de Ministros do Conselho da Europa, emitiu a recomendação nº R(97)20 onde se conceitua o *hate speech* como toda forma de expressão que dissemine, incite ou almeje justificar o ódio com base na etnia, xenofobia, anti-semitismo ou outras quaisquer formas de ódio e discriminação embasadas na intolerância, abrangendo os discursos com base no nacionalismo, nas etnias, imigrantes e contra minorias.

O debate existente acerca da temática é saber se palavras, expressões ou atitudes consideradas ofensivas, direcionadas às minorias e grupos historicamente explorados e vitimizados, deveriam ser proibidas ou permitidas de acordo com o ideal de um Estado Democrático de Direito.

O que se percebe, inicialmente, é que o discurso do ódio possui uma clara e evidente vinculação com a linguagem, pois se diferencia dos atos discriminatórios que tenham sido externados por atividade física do ser humano.

Segundo a filósofa americana Judith Butler (1997, p. 185)

A linguagem opressora do discurso de ódio não é mera representação de uma ideia odiosa; ela é em si mesma uma conduta violenta, que visa submeter o outro, desconstruindo sua própria condição de sujeito, arrancando-o do seu contexto e colocando-o em outro onde paira a ameaça de uma violência real a ser cometida – uma verdadeira ameaça, por certo.

No caso do discurso do ódio, é o próprio discurso, ou seja, a linguagem a base de sua conceituação. Portanto, podemos dizer que se traduz em questão fundamental a relação entre o pensar, falar e agir.

Para melhor compreensão do tema, é fundamental encontrar o conceito de "discurso de ódio". Antes de especificar sobre o que se trata, importante distingui-lo de outras expressões que podem gerar confusão no conceito, tais como "preconceito", "discriminação" e "racismo".

Segundo Bobbio (2004), o preconceito é uma opinião equivocada, considerada como verdadeira por determinadas pessoas. Entretanto, adverte que nem toda manifestação equivocada pode ser considerada como

preconceito. O autor diferencia o termo em duas classes: os individuais e os sociais (MEYER-PFLUG, 2009). O primeiro está relacionado às crenças e às superstições. Já o preconceito social é aplicado por um determinado grupo social contra outro, sendo este o mais grave, uma vez que tem o poder de disseminar até mesmo guerras, na medida em que esses grupos sociais acreditam no conteúdo preconceituoso e se enfrentam.

No que tange ao racismo, este pode ser conceituado como qualquer pensamento ou atitude que separam as raças humanas por considerarem algumas superiores a outras. Já a discriminação nasce no momento em que se detecta a existência de diferenças entre os grupos, é o ato de tratamento injusto dado a alguém por causa de características pessoais.

Bobbio (2004) afirma que, a discriminação é mais forte do que a simples diferença, pois ela é utilizada em um sentido pejorativo e tem por fundamento critérios ilegítimos, normalmente relacionados à ideia de superioridade de um grupo em relação ao outro.

O discurso de ódio compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade. Afirma Winfried Brugger que “o discurso do ódio se refere a palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas” (BRUGGER, 2007, p. 118).

Isto é, constitui na divulgação de mensagens que difundem e estimulam o ódio racial, a xenofobia, a homofobia e outras formas de ódio baseadas na intolerância, que confrontam os limites éticos de convivência objetivando a privação de direitos dessas minorias e, em casos extremos, para dar razão a homicídios.

Para Rosane Leal da Silva (2016), o discurso de ódio caracteriza-se pelo conteúdo segregacionista, fundado na dicotomia da superioridade do emissor e na inferioridade do atingido e pela externalidade, existindo apenas quando for dado a conhecer a outrem que não o próprio emissor, uma vez que a palavra "discurso" sugere a ideia de "ser proferido em público, ou escrita como se fosse para esse fim". (PRIBERAM, 2016)

É válido ressaltar que, não se tratam de agressões dirigidas a uma pessoa específica, não é um insulto individual, o discurso de ódio é aquele dirigido a um grupo ou uma classe de pessoas. (BOCCHI, 2014)

6.3 Liberdade de expressão e Discurso de ódio

Antes de falarmos da liberdade de expressão, é fundamental rememorarmos a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, correspondem a um conjunto de leis, vantagens e prerrogativas, que devem ser reconhecidos como essência pura pelos indivíduos perante à sociedade. De modo igual, os Direitos Humanos são basilares para a manutenção da paz, a fim de evitar o caos.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU, 1948, p.3):

Art. II, 1 – Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Ainda, em conformidade com a Constituição Federal (BRASIL, 1988, p. 8):

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Se há, no espaço virtual uma reprodução da realidade, visto que, mundo virtual e mundo real não se diferem, e se a internet, por intermédio das Redes Sociais é utilizada e manuseada como um mecanismo para a propagação de discursos e conteúdos, torna-se inescusável a proteção dos direitos fundamentais, em seu âmbito.

Todavia, com a disseminação e massificação do uso das novas tecnologias, o bloqueio inadequado e o controle excessivo ou ilegal de informações afetam, diretamente, a liberdade de expressão (GOULART, 2012, p. 10).

Ressaltando novamente que a liberdade de expressão foi assegurada pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988) ao que adere a Declaração dos Direitos Humanos. De seu artigo 5º, inciso IV, verifica-

se a enunciação de que “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” (BRASIL, 1988, p. 8).

Também no seu inciso IX, tem um posicionamento pertinente a tal liberdade, posto que declara que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 1988, p.8).

Determinadas prerrogativas, ligam-se intimamente ao desenvolvimento e expansão das redes de comunicação. Nesse entremeio, a Internet, de mais a mais, por facultar usuários anônimos, por meio das redes sociais virtuais, apresentam ampla presença de discursos homofóbicos, racistas, xenófobos e intolerantes, difundindo diversas opiniões e ideologias, sem impedimentos físicos ou socioculturais.

Com isso, variados aspectos negativos potencializam-se através dos mesmos meios e ferramentas, fundamentados no consolidado direito à liberdade de expressão.

Desse modo, veda-se o caráter de se medir ou se importar com os danos morais, materiais, físicos ou psicológicos resultantes de determinadas violações. Ademais, Furst (2012) enfatiza que,

Ao falarmos em liberdade de expressão na rede esbarramos em outros direitos que devem ser levados em consideração: direito à vida privada, à intimidade, à honra, à imagem, entre outros. Assim, toda manifestação de pensamento que agrida a outro cidadão deve ser contida e reprimida, pois não podemos considerá-lo como parte integrante da liberdade de expressão, mas como uma ameaça a um direito constitucional. O texto constitucional veda o anonimato justamente para propiciar a responsabilização dos atos praticados (FURST, 2012, p. 5).

Em uma democracia, no entanto, buscando-se o manto da proteção da própria liberdade de expressão, podem ocorrer manifestações de intolerância e discriminação contra grupos vulneráveis, como negros, homossexuais, mulheres e minorias religiosas (SCHÄFER, LEIVAS e SANTOS, 2015).

De acordo com Silveira (2007), o discurso de ódio se caracteriza por qualquer expressão que desvalorize, menospreze, desqualifique e inferiorize os indivíduos. Trata-se de uma situação de desrespeito social, uma vez que reduz o ser humano à condição de objeto.

Segundo Silva et al. (2011, p. 447):

O discurso de ódio compõe-se de dois elementos básicos: discriminação e externalidade. É uma manifestação segregacionista, baseada na dicotomia superior (emissor) e inferior (atingido) e, como manifestação que é, passa a existir quando é dada a conhecer por outrem que não o próprio autor. A fim de formar um conceito satisfatório, devem ser aprofundados esses dois aspectos, começando pela externalidade.

As manifestações de ódio que acontecem no ciberespaço, através de suas características peculiares de disseminação das informações, atingem grande extensão e amplitude quanto a seus efeitos.

A eliminação de fronteiras temporais e espaciais proporcionada pela *internet*, permitindo o acesso aos dados inseridos na rede a qualquer pessoa que esteja conectada, além de seu caráter de ambiente cultural interativo, onde as informações podem ser apropriadas e compartilhadas inúmeras vezes, em um espaço de tempo, abrange o poder do discurso de ódio, em especial quanto à possibilidade de violação à dignidade de um número exponencialmente maior de vítimas, comparada até mesmo à mídia de radiodifusão e televisiva. (PEZZELA, 2015)

A liberdade de expressão é um direito fundamental. Logo, aquela exercida na internet é legal. No entanto, não podem ser ultrapassados os limites subjetivos existentes no ordenamento jurídico brasileiro, visto que, a Constituição que protege o direito à liberdade de expressão, garante a igualdade de tratamento a todos.

6.4 O conturbado período político entre 2014 e 2015

A disparidade política entre a “esquerda” e a “direita” existe na maioria dos países com regimes democráticos e de certa maneira determinam a forma de condução do processo político ao longo dos tempos.

A disputa pelo poder democrático faz surgir os ideais de poder e os interesses individuais dos indivíduos, que se relacionam e se envolvem em uma disputa de ideologias em massa, se deixando influenciar por um grupo de ideias que estejam do lado que representa a sua definição de interesse político.

Determinada descrição política advém da constituição de ideologias partidárias fomentadas por ferramentas que facilitam o desenvolvimento e a propagação de novos sujeitos ideológicos.

Segundo Bobbio (1995, p.13), a direita e a esquerda são constituídas por um pensamento a partir de uma dupla, ou seja, uma forma de pensamento onde, para existir um, necessariamente, é precisa a existência do outro, ou seja, a direita não existiria se não existisse a esquerda, e vice-versa.

Esse conjunto qualificado por dois elementos é caracterizado por Bobbio (1995, p.13) como antagônico, de modo que a disparidade entre um e outro seja fundamental para a existência de ambos.

Perante o exposto, os partidos políticos começaram gradualmente a deixar em segundo plano seus discursos radicais específicos e passaram a se ajuntar cada vez mais próximos de um centrismo ideológico, de modo que, as disparidades nos partidos ficaram cada vez menores e mais direcionadas no apoio à grupos, ao invés de ideologias.

É, nessa nova configuração de posicionamento político, que os partidos se caracterizaram nas últimas eleições brasileiras, apontando para a incapacidade desses partidos, em relação a apresentar novos códigos interpretativos para que os indivíduos construam suas identidades coletivas.

Como exemplo, nas eleições presidenciais de 2002 e 2006, “a maior parte da população brasileira não acreditava que os partidos políticos representassem seu modo de pensar” (BAQUERO, 2010, p. 17).

Nesse cenário, as preferências e concepções político-partidárias dos indivíduos necessitam de substância ideológica, limitando a capacidade dos partidos de representar as diferentes correntes de opiniões e convicções.

Acrescido a esses fatores, o contínuo processo de individualização das sociedades contemporâneas também tem impactado no progressivo distanciamento dos indivíduos dos partidos políticos. Determinado contexto implica a função representativa que os partidos políticos estão designados a desempenhar diante de seus eleitores.

A “participação política por associativismo, também se mostra de maneira enfraquecida” (FERREIRA, 2000, p. 34). Entres os anos de 1980 e 1990, onde os sindicatos tiveram forte atuação política, e foram posteriormente agraciados com uma forte aproximação no governo Lula, a partir de 2002.

Resultado disso, foi uma “ascensão do trabalho de mobilização política da classe trabalhadora” (SOARES, 2013, p. 41). Os estudantes, muitas vezes pioneiros em mobilizações, continuam suas ações nos ambientes

protegidos pelos muros das universidades, inserindo nas agendas de protestos assuntos relativos à vivência acadêmica.

Posterior as manifestações de junho de 2013 (então conduzida pelo Movimento Passe Livre), a identificação da população entre as ideologias de esquerda e de direita ressurgiu de forma visível. Após grande parte da população sair nas ruas protestando por todas suas insatisfações, as disparidades ideológicas dentro das próprias manifestações começaram a se tornar perceptíveis, até chegar o momento desse movimento se desmembrar, dividindo os indivíduos em dois caminhos diferentes de militância política com direções radicalmente opostas.

Esse estopim na oposição de ideais entre esquerda e direita se impulsionou e resistiu de maneira a se manter em pauta e assim se fortalecer até as eleições presidenciais de 2014. A esquerda se mobilizou contra o projeto neoliberal do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e a direita respondeu desenvolvendo sua ideologia em volta de um firme sentimento contra o Partido dos Trabalhadores (PT).

O modo radical e até mesmo conversador do discurso da direita adquiriu elementos de ódio e fugiu do debate puramente ideológico e político. A campanha das eleições de 2014 foi fortemente tensa por esses motivos, expandindo assim as provocações e injúrias entre os partidários do PSDB e do PT.

No correr do período eleitoral de 2014, variados conflitos foram registrados em manifestações, notadamente quando militantes da esquerda e da direita se deparavam nas ruas. A tensão que permanecia na insatisfação geral da população se materializou através dos discursos dos dois partidos.

Tal tensão bipartidária advinda das manifestações e dos conflitos físicos, que foram registrados pela mídia (que deliberadamente nomeou termos para esses conflitos como: “esquerda x direita”, “petralhas x coxinhas”, “comunistas (sic) x liberais” e até o famoso “esquerdopatas x reações”), levou a população a discutir o âmbito político no dia a dia, especificamente no novo espaço promovido pela Internet, por intermédio das redes sociais.

Dentre as diversas redes sociais existentes, disponíveis em 2014, foi o *Facebook* que proporcionou uma maior possibilidade de debates e discussões pela existência de grupos e páginas dedicadas ao assunto e, por

isso se tornou um dos espaços principais para a proliferação e o desenvolvimento do posicionamento e das discussões políticas.

No âmbito dessa nova esfera pública facultada pelo *Facebook*, no ano de 2014, aproximadamente 59 milhões de brasileiros faziam parte dessa rede social e, boa parte se polarizaram em grupos e páginas que disseminavam ideologias políticas partidárias.

A liberdade de expressão facultada pela *internet* somada à semelhança da origem dos debates gerados pelo espaço das redes sociais como o *Facebook* permitiu um grande desenvolvimento de grupos ideológicos com liberdade para se expressarem e se radicalizarem, conforme foram se sentindo seduzidos em seu discurso ideológico de poder das massas.

A partir do momento em que esse discurso encontrou força em milhares de seguidores, ele cresceu e se tornou um mantra que definiu os estereótipos dos dois lados desse embate.

De um lado a esquerda representada pelo PT e seus correligionários chamados de “Petralhas” enquanto do outro lado temos a direita representada pelo PSDB e seus correligionários chamados de “Coxinhas”.

Perante esse cenário, aconteceu essa polarização ideológica e tentaremos entendê-la a partir do ressurgimento da militância agora virtual, que constituiu nas redes sociais a coragem que necessitava para levantar sua voz tanto no espaço virtual, quanto nas ruas do Brasil.

6.5 Breve panorama político brasileiro de 2016: o *impeachment*

No âmbito brasileiro, existe uma percepção generalizada de uma grande polarização do cenário político, que se desencadeou especialmente após as manifestações nas ruas e nas mídias digitais em 2013, que só se acirrou com uma série de acontecimentos políticos subsequentes, como a vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2014, eleita com a menor margem já vista desde a redemocratização do Brasil, a atuação da operação Lava Jato¹⁵ e constantes denúncias de corrupção, a forte crise

¹⁵ O nome do caso, “Lava Jato”, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras

econômica até resultar no pedido e na efetuação do *impeachment*¹⁶ da presidenta.

O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff aconteceu em 31 de agosto de 2016, sendo resultado de um pedido protocolado em 2015, na Câmara dos Deputados.

No decorrer do ano de 2015, foram protocolados na Câmara dos Deputados 50 pedidos de *impeachment* contra Dilma Rousseff. Desses 50 pedidos, 39 foram arquivados por motivos de falta de provas e fragilidade de argumentação jurídica. Os 11 que sobraram concentravam-se na violação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como a prática de atos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato denunciados pelo então senador Delcídio do Amaral (PT), em depoimento à referida operação da qual era um dos investigados.

Diante dos pedidos protocolados, aquele que fora acolhido pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, foi elaborado pelos juristas Miguel Reale Jr., Janaína Conceição Paschoal e Hélio Bicudo. Esses juristas protocolaram o pedido no dia 15 de outubro de 2015 e fora acolhido por Eduardo Cunha no dia 02 de dezembro do mesmo ano.

Na data de 17 de abril de 2016, 367 deputados federais votaram a favor da admissibilidade do processo de *impeachment* na Câmara dos Deputados, contra 137 votos a favor da rejeição do processo. Posteriormente, o processo seguiu para o Senado Federal, onde foi admitido em 12 de maio de 2016.

Com isso, a presidenta Dilma Rousseff foi afastada temporariamente de suas atribuições até a finalização de todos os trabalhos de uma Comissão Especial de Impeachment fossem executados. Então, o vice-presidente Michel Temer, assumiu interinamente o cargo.

organizações criminosas, o nome inicial se consagrou. A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>. Acesso em 10 mai. 2018.

¹⁶ O *impeachment* acontece quando determinadas autoridades praticam um crime de responsabilidade. Diz respeito à uma situação grave, onde a autoridade que pratica a infração perde o cargo e poder sofrer diversas consequências, tais como a inabilitação por certo tempo no exercício do cargo público.

A linha de defesa de Dilma Rousseff continuou a defendê-la com base na falta de provas na denúncia do pedido e o caráter frágil da acusação. Essa persuasão evoluiu para uma narrativa que permaneceu até o dia da votação final do impeachment e foi apropriada também pela presidenta, a narrativa do “golpe parlamentar”.

Esse golpe, teria sido planejado pelos personagens alinhados à acusação, entre eles o vice-presidente Michel Temer e o deputado federal Eduardo Cunha.

Decorrente desses acontecimentos, nitidamente, determinada polarização de discussões ganharam força nos espaços virtuais, que se estabeleceram como plataformas de diversas disputas simbólicas entre os dois lados envolvidos no debate (“a favor do *impeachment*” x “contra o *impeachment*”; “direita” x “esquerda”), tendo o discurso de ódio ganhado força nessas dispares disputas.

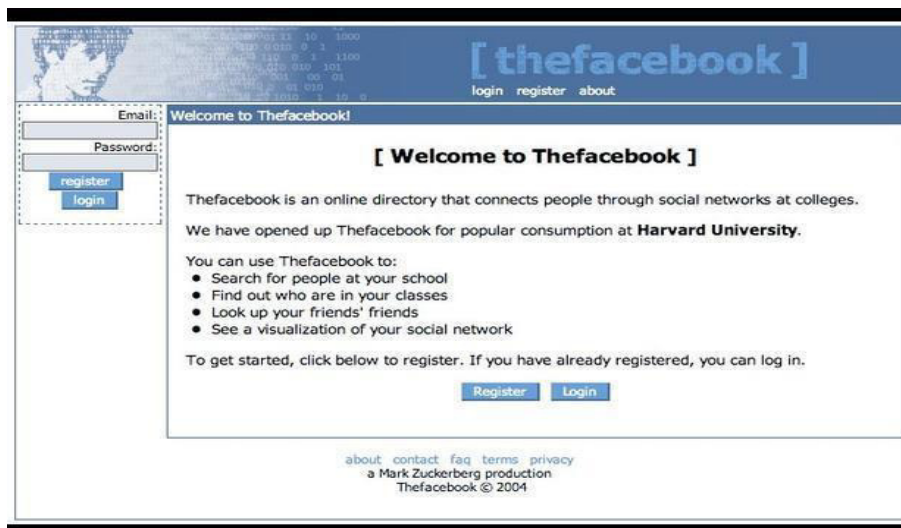
6.6 O Facebook

Na atualidade, aproximadamente 3,2 bilhões de pessoas no mundo¹⁷ se encontram conectadas à internet. De acordo com Correia e Moreira (2014), a origem do *Facebook* está vinculada à origem do *Facemash*, um *website online*, disponível desde 28 de outubro de 2003, concebido por Mark Zuckerberg e pelos seus colegas, Andrew McCollum, Chris Hughes e Dustin Moskovitz.

No ano de 2004, o *Facebook*, era denominado de *Thefacebook* (Figura 7), e fora criado com o objetivo que os alunos de Harvard (uma das universidades americanas mais conhecida mundialmente) pudessem escolher, através de fotografias, quem era mais atraente. Pouco a pouco, com a ajuda de outros estudantes, a rede social atingiu e conquistou outras universidades nos Estados Unidos e no Canadá (ROCHA; TOBIAS, 2016).

Figura 06 - Página inicial do *TheFacebook* em 2004.

¹⁷ Fonte: http://www.itu.int/net/pressoffice/press_releases/2015/35.aspx#.WNhjPPnyvIX. Acesso em: 12 mai. 2018.



Fonte: Revista Forbes

A última grande ampliação do *Facebook* ocorreu em 2006, com a extensão da permissão de acesso, a qualquer usuário, com idade superior a 13 anos e com endereço de e-mail válido (CORREIA; MOREIRA, 2014).

Desse modo, como afirmam Correia e Moreira (2014, p. 11):

Desde a sua criação em fevereiro de 2004 até os dias de hoje, o *Facebook* transformou-se num extraordinário caso de sucesso através do domínio massivo de milhões de interações sociais, diárias. Esta nova esfera de comportamentos sociais acarreta um fascínio inerente, mas também fornece aos cientistas sociais uma oportunidade, sem precedentes, de observação de comportamentos num cenário natural, de testar hipóteses num domínio totalmente novo e de recrutar com eficiência participantes de todas as partes do mundo e dos mais diversos perfis demográficos.

Sendo então, uma das maiores redes sociais existentes contemporaneamente, o *Facebook* (Figura 08), que atingiu em 2017, a marca de 2 bilhões de usuários¹⁸, e nele contém os termos de uso, os padrões da comunidade, instruções do modo correto de agir na plataforma sem correr o risco de punições.

Todavia, apesar de todas as orientações, alguns usuários agem de forma irresponsável, desrespeitosa e fazendo uso de discursos de ódio, fomentando e alimentando discussões nefastas.

¹⁸ <https://www.facebook.com/zuck/posts/10103831654565331>. Acesso em 16 mai. 2018.

Figura 07 - Página inicial do *Facebook* atualmente.

Fonte: *Facebook*

Segundo Bourdieu (1989, 1991) *apud* Recuero e Soares (2013, p. 32), salienta:

A violência simbólica como resultado do poder simbólico, reforçando a imposição dos sentidos e a naturalização das relações de poder. É, portanto, resultado também da imposição da ideologia através do discurso.

Isto posto, o poder simbólico depreende o “não reconhecimento da violência que é exercida através dele” (RECUERO; SOARES, 2013, p. 32). Constata-se assim, que os praticantes do ato, não reconhecem determinada violência. Frequentemente, tal prática fere os princípios legais da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Por conseguinte, a violência simbólica suscita discussões e preocupação de muitos especialistas, pois as redes sociais servem como um meio de disseminação e proliferação desta prática.

O *Facebook* se tornou um espaço surpreendente de circulação de discursos, uma vasta e complexa cadeia enunciativa que coloca em cena um dialogismo sem igual, favorecendo à exibição de posicionamentos políticos e ideológicos que dialogam em uma luta discursiva que se estende em diversos campos de práticas sociais.

Entretanto, o foco deste trabalho será, especificamente, o discurso de ódio. Na violência praticada de forma consciente pelos usuários das redes sociais, especificamente, do *Facebook* no período de 2016 no Brasil.

6.7 Discursos e subjetividades no *Facebook*

Ambiente sem um maior controle jurídico ou normativo, as opiniões na rede obedecem a uma espontaneidade que se aproxima do espaço doméstico, onde se pode falar ou expressar quase tudo sem limites de censura, além da ética pessoal.

De acordo com a Safernet¹⁹, entre os anos de 2010 e 2013, o número de denúncias contra páginas que apresentaram conteúdos misóginos, racistas, homofóbicos, xenofóbicos, de intolerância religiosa, entre outras formas de discriminação contra minorias, aumentou em mais de 200% e no Brasil, o número de denúncias passou de 1492 em 2014, para 1692 em 2015. Um crescimento de pouco mais de 13% em apenas um ano.

Ainda com relação a Safernet, o *Facebook* lidera como principal meio utilizado pelas pessoas para a propagação de ideias contrárias à diversidade. Dentre os portais de notícia, destaca-se o G1, levando-se em conta a área de comentários de leitores (SOPRANA, 2017, s/p).

Neste viés, Hoepfner (2013, p. 30) aponta que contribuem para este estado das coisas fatores sociohistóricos que se personificam em mitos, tal qual o do brasileiro como povo pacífico e cordial (HOLANDA, 1979).

Chauí (2000, p.04) defende não se tratar de um fenômeno recente, pois a sociedade brasileira, diferentemente do que se preconiza, historicamente está longe de constituir esses adjetivos, descompostos pelo ciberespaço, que desconstrói os mitos fundadores (CHAUÍ, 2001, p.05), como o da cordialidade do brasileiro.

É, no âmbito das redes sociais digitais, que o espaço privado se torna público e as opiniões e ideais que se norteiam no preconceito e na intolerância, ficam em exposição.

O fato é que, nessa conjectura, o ciberespaço potencializa o discurso intolerante a partir da organização de grupos e comunidades virtuais com o mesmo ideário. Dessa maneira, o que se conhece como filtro bolha atua como um “aliado” na disseminação e proliferação da intolerância e do ódio nas redes sociais digitais.

¹⁹ A SaferNet Brasil é uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial. Foi fundada em 20 de dezembro de 2005, com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil.

Tanto os usuários, quanto as redes sociais digitais, atuam a partir de um mecanismo que se baseia em algoritmos, o que Calixto (2015, p. 12) define como “filtro bolha”. Este mecanismo, determina um critério de relevância pelo qual o usuário destes dispositivos é cada vez mais relacionado aos grupos e pessoas que compartilham de mesmos gostos, valores e ideais.

O filtro bolha consiste em um sistema

que, através de uma análise comportamental, escolhe as informações que serão transmitidas para cada usuário, de acordo com seus hábitos na rede. Analisando superficialmente, é um ponto importante para manter a comunicação em uma linha horizontal no ciberespaço. Mas não é isso que acontece, já que cada vez mais os usuários só têm contato com opiniões e interesses iguais aos dele (COSTA, 2016, p. 18).

Estes filtros ajudam a organizar a realidade desordenada e fragmentada que define o ciberespaço em sua infinidade de informações proliferadas, todavia, ao mesmo tempo apresenta projeções dos usuários, a partir de seus dados e do comportamento praticado na rede.

Com relação ao *Facebook*, curtidas, compartilhamentos e comentários postados, para Parisier (2011, p. 47)

Eles são os motores de previsão, constantemente criando e aperfeiçoando uma teoria de quem você é e o que você vai fazer e querer no futuro. Juntos, estes motores criam um universo único de informação para cada um de nós – o que denomino de filtro bolha - que fundamentalmente altera a maneira com a qual nós encontramos ideias e informações.

Desse modo, o filtro opera como fomentador de uma bolha na qual não existe discordância e nem mesmo o contraditório, limitando os espaços plurais favorecendo o recrudescimento de ideias uniformes em ambientes nos quais disseminam o discurso do ódio.

A “alternativa ao modelo funcionalista de emissor-receptor” (CALIXTO, 2015, p. 25) apregoada pelos integrados, nos dizeres de Umberto Eco (2004), parece não se confirmar de forma concreta quando imperam no fluxo “todos-todos” (MENDONÇA, 2017) ilhas de concordância e baixo pluralismo.

O historiador escocês Niall Ferguson, professor de Stanford, enfatiza que “uma das consequências das redes sociais gigantes é a polarização. Os indivíduos se relacionam em grupos de esquerda ou de direita. (...) há um maior engajamento em tuítes de linguagem moral, emocional e até obscena. As

redes estão polarizando a sociedade, produzindo visões extremistas e *fake news*” (BELÉM, 2018, s/p).

Para ele, tal polarização excessiva nas redes sociais digitais, provoca um processo que está levando a sociedade “a um estado de declínio que só pode ser qualificado de “incivilidade” (BELÉM, 2018, s/p).

Em conformidade com Ferguson (2018, p.122):

A sociedade civil foi tão erodida pelo advento das redes sociais que não podemos mais falar em sociedade civil. Os Estados Unidos se tornaram uma sociedade não civilizada. A polarização se tornou um veneno. Eu me pergunto se a civilização não está se tornando algo diferente, em uma não-civilização ocidental.

Nesse mesmo raciocínio, o professor Fabio Malini, coordenador do Laboratório de estudos sobre Internet e Cultura (LABIC) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) evidencia a “incivilidade” predominante no comportamento político do brasileiro, com base dos algoritmos que formam as bolhas das redes. Segundo ele:

A polarização é corriqueira na política. Mas, nas redes sociais, tem um modelo específico de atenção das pessoas que influi nisso. A proximidade tem sido a tônica de como algoritmos são construídos fortalecendo bolhas ideológicas, onde há atitudes impulsivas, que redundam em decisões emocionais (BELÉM, 2018, s/p).

Já, para Eugenio Bucci, professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, as redes sociais digitais são um terreno fértil para a insensatez. De acordo com ele e por conta do “efeito bolha: os indivíduos que fazem parte delas dentro das redes são governadas por algoritmos e não pelo discernimento racional. O que é um paradoxo, porque tudo o que o Brasil precisa neste momento é de sensatez” (BELÉM, 2018, s/p).

Entretanto, o professor aborda com cuidado tal questão, relevando que as mesmas redes também contribuem para o arejamento das democracias imprimindo uma nova dinâmica nas relações entre a sociedade e o Estado (BELÉM, 2018, s/p).

Contudo, o algoritmo colabora na busca do reconhecimento dos discursos e ações odiosas por outros indivíduos, que pensam de forma homogênea e em oposição às diversidades e o pluralismo sociocultural. Ao encontrar força, estas vozes ampliam os espaços para a livre manifestação e o apoio de outros sujeitos.

No âmbito das redes sociais digitais, a incidência maior de discursos odiosos acontece no *Facebook*, segundo o Dossiê da Intolerância (2016). De acordo com o psicanalista Contardo Calligaris “nas redes sociais, é possível expressar o seu ódio, dar a ele uma dimensão pública, receber aplausos de seus amigos e seguidores e se sentir, de alguma forma, validado” (PERERA, 2017, s/p).

Em consequência da incidência de ações e posições intolerantes na rede, aumentam os crimes de ódio, muitos, na forma de discurso do ódio. Uma pesquisa na ferramenta de busca Google, apresenta 17.300.000 entradas quando se procura “discurso do ódio”, contra 10.900.000 entradas quando se procura “cultura da intolerância”. A disparidade no número de buscas demonstra o interesse maior pelo tema “cultura do ódio”.

Quer dizer, existe um número expressivo e representativo de indivíduos que possuem o tema como interesse. Para Tiburi (2016, p. 32) “se o ódio irrompe no seio da sociedade civilizada em seu estágio tecnológico e, em nossa época, no ápice de tecnologia que é o digital, é porque, de algum modo, ele é parte dessa sociedade”.

O Dossiê da Intolerância (2016) apresenta pelo menos dez tipos de intolerância, identificados nas redes sociais digitais. Destas, faz parte desta pesquisa a intolerância política, o discurso de ódio. A partir desta perspectiva e devido a retomada da temática em discussões políticas, o tema selecionado para busca nos sítios dos portais de notícias da amostra, foi “*impeachment*” ocorrido no período de 2016, notando que as buscas realizadas se demarcaram nesse tempo específico.

Para este estudo foram selecionados 32 comentários, mas para essa análise minuciosa, somente 05 comentários foram selecionados e 45 imagens foram coletadas, porém somente 08 foram analisadas. Destes, foram possíveis observar o comportamento político seguido no *Facebook*.

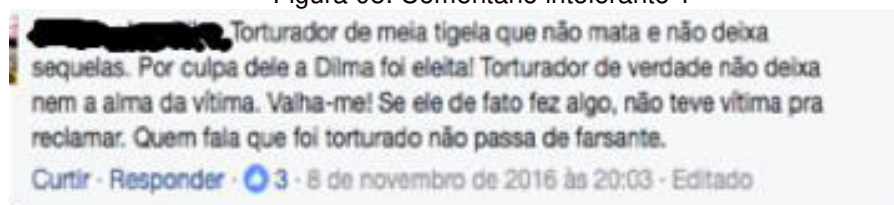
Ressaltando que as buscas se realizaram na plataforma Google Chrome e não na minha conta pessoal do *Facebook*, visto que, não consegui coletar dados da minha página, por ter poucos “amigos” conectados na minha rede, conseqüentemente, não teria dados para a análise.

Como resultado deste estado das coisas em 2016, como já ressaltado aqui anteriormente, se chegou ao ponto de se constituir um muro

para separar manifestantes durante a votação da aceitação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em abril de 2016 (DOSSIÊ INTOLERÂNCIAS, 2016, p. 67).

Um tom faceto é utilizado em uma reportagem sobre a declaração que o deputado federal Jair Bolsonaro fez acerca do Coronel Brilhante Ustra²⁰, ao Conselho de ética da Câmara Federal. No comentário abaixo, na concepção do comentarista a tortura deveria ser prática lícita, e um modo de ensinar “boas maneiras”. A intolerância política se apresenta na utilização do termo “comunista”, como se fosse algo a ser combatido pela violência.

Figura 08: Comentário intolerante 1



Com afirma Tiburi (2016, p. 51), a “Antipolítica” é responsável por este estado das coisas. Para a autora, “Política é a capacidade humana de criar laços comuns em nome da boa convivência entre todos, o que requer defesa de direitos para todos e respeito por cada um” enquanto a antipolítica “é a destruição orquestrada destas potencialidades. Ainda de consonância com Tiburi, contribui para a antipolítica, além de líderes “manipuladores” também os meios de comunicação de massa.

Estes desempenham um papel importante pois,

a propaganda disfarçada de jornalismo não consegue esconder o seu fascismo transformando a visão de mundo fascista (de ódio e negação da alteridade) em valor que é louvado por quem nunca pensou em termos éticos-políticos e, por isso mesmo, cai na armadilha antipolítica muitas vezes pensando que se tornou o mais politizado dos cidadãos. (TIBURI, 2016, p. 51)

Um dos fatores que mais chamou atenção no processo de coleta dos dados, foi o caráter de revisionismo histórico, negando a tortura como política de estado durante o regime militar.

Os comentários coletados sobre este tema representam um tipo de intolerância política observado na análise dos dados. Se entende nesta

²⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-diz-no-conselho-de-etica-que-coronel-ustra-e-heroibrasileiro.html>

pesquisa, que a apologia à ditadura incide em crime de acordo com a Constituição Federal, que prevê em seu Art. 5:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLIV – constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

O mesmo pode ser constatado no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/1940) em seus artigos 286 e 287:

Art. 286 – Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena – detenção, de três a seis meses, ou multa.

Apologia de crime ou criminoso

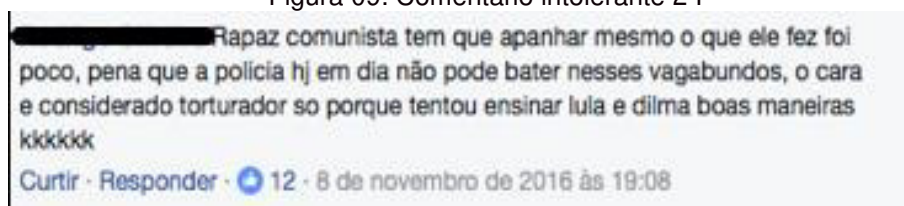
Art. 287 – Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime:

Pena – detenção, de três a seis meses, ou multa.

Pondera também contra a dignidade humana, a defesa do uso da tortura, de qualquer tipo, principalmente quando existe um imenso acervo de estudos acadêmicos relativo à questão, além de ampla documentação (ver Projeto Brasil Nunca Mais) e relatos de envolvidos diretamente na prática. Neste caso, com admissão das violências em depoimentos de militares à Comissão da Verdade (ÉBOLI, 2014, s/p).

Como pode se observar no comentário seguinte, o apoio à tortura é evidente, porém, de forma irônica o comentário é concluído com uma justificativa para a negação da tortura praticada pelos militares:

Figura 09: Comentário intolerante 2 I



A negação total do lado oposto, que deixa de ser visto pelo que é, isto é, um grupo com uma posição política diversa, encarado como inimigo, evidencia um enorme engano de quem ainda não conhece ou se faz não conhecer os princípios que regem uma democracia.

No próximo comentário, há a utilização de um raciocínio jurídico, identificando instâncias da Justiça e mostrando conhecimento da existência do

Doi Codi²¹, demonstrando que não se trata de um indivíduo que desconhece o período. Se percebe também, um número expressivo de “curtidas” no comentário. Isto é, um número grande de pessoas concorda com o autor do comentário.

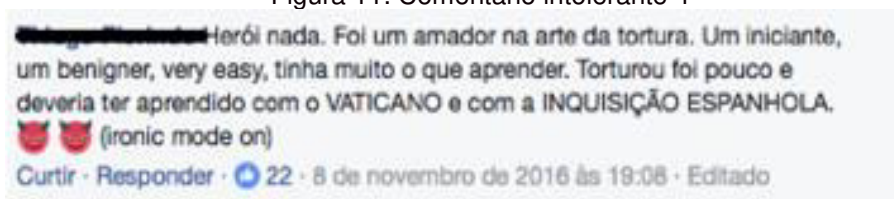
Figura 10: Comentário intolerante 3



Segundo Ortellado (2016, p. 31), o perfil dos manifestantes pró e contra o *impeachment* de 2016 é bastante similar e em ambos “o recorte etário e de classe social é marcante. Em suma, são pessoas com cerca de 45 anos e com curso superior”.

O comentário em seguida, também demonstra conhecimentos gerais como a existência da Inquisição Espanhola e sua relação com o período ditatorial, haja vista o uso da tortura como característica comum. Quer dizer, notadamente não se trata de um comentário de um indivíduo que não conheça determinado período histórico.

Figura 11: Comentário intolerante 4



Conforme o relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, no ano de 2015 a conectividade foi “influenciada diretamente pela escolaridade da população. Ou seja, quanto mais anos de estudo um brasileiro tem, mais acesso à internet ele possui. Cerca de 7,4% das pessoas com menos de um ano de instrução usaram a internet no ano de 2015”. Deste total, quem possuía 15 anos ou mais de estudos, o percentual chegou a 92,3% (SANTOS, 2016, s/p).

²¹ Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna. De acordo com Gaspari (2002, p. 31) órgão de Inteligência do período ditatorial.

Os dados coletados nesta pesquisa, tendo como base as manifestações no período do *impeachment*, demonstram uma diferença em relação à pesquisa realizada em 2007, pelo sociólogo Alberto Carlos Almeida. Numa vasta pesquisa, captando os valores enraizados da sociedade brasileira, o estudo teve como objetivo relacionar as variáveis, nível de escolaridade e valores sociais.

Neste ínterim, o parâmetro central na subdivisão do campo pesquisado levou em consideração a escolaridade da população brasileira. A proporcionalidade da amostra ficou estabelecida a partir dos seguintes percentuais do universo pesquisado: 25% representando as séries iniciais do ensino fundamental, 23% das séries finais, 31% do ensino médio e 9% e 12%, analfabetos e ensino superior, respectivamente (ALMEIDA, 2007, P. 23).

Um dos resultados da pesquisa demonstrou que quanto maior o grau de escolaridade, maior a aderência à valores democráticos. Do total da amostra, 57% de brasileiros com até o ensino fundamental, são mais autoritários, mais estatistas e revelam menos valores democráticos. À medida que a escolaridade aumenta, os valores melhoram o que demonstra, que a educação é a principal matriz a transmitir valores republicanos às pessoas (ALMEIDA, 2007, P. 63).

Neste seguimento, a diferença indica uma mudança de comportamento do brasileiro com ensino superior em relação ao autoritarismo. Segundo levantamento realizado pelo Centro de Pesquisas Pew, entre fevereiro e maio de 2017 em 38 países, a parcela de brasileiros que apoia pelo menos uma forma de governo "não democrática" supera a média global.

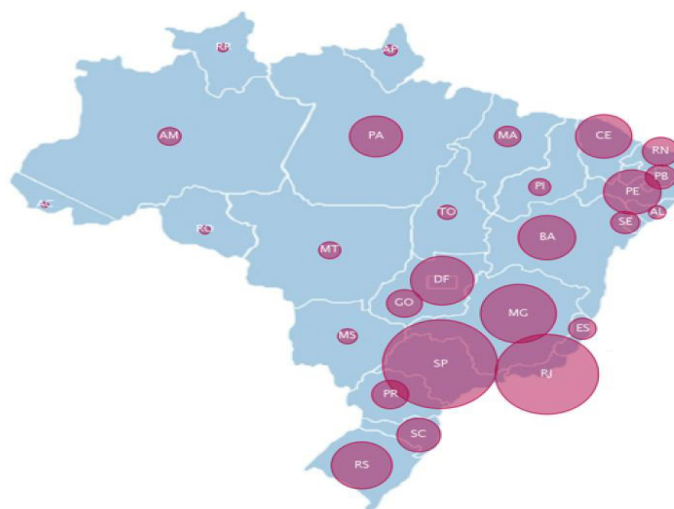
Numa escala de 0 a 10, 8,1 demonstram apoio a posições autoritárias, indicativo de forte propensão à adesão ao autoritarismo, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017, p. 14). E, em conformidade com o referido fórum,

o Brasil sempre tratou a violência de modo banal vide os diversos casos de linchamentos coletivos que são datados desde o período colonial. Caminhando para o final da década de 2010, pode ter havido uma maior visibilidade dos casos por conta das redes sociais e da organização de grupos que propagam e defendem a violência como forma de autorregulação social, sendimentando a banalidade da vida que rege o nosso cotidiano e com a permanência da violência como marca societária do país.

Segundo o Dossiê da Intolerância²², a existência de comentários intolerantes destaca principalmente na região Sudeste. Consoante com a reportagem do Estadão²³, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo registrou de 2015 até o mês de novembro de 2016, um crime de intolerância a cada 69 minutos. As infrações mais ocorridas são de injúria e ameaça, segundo a reportagem.

Figura 12: Mapa de calor da Intolerância

MAPA DE CALOR (BRASIL):



Localização das menções
(Twitter e Instagram)

Fonte: Comunica que muda (2016)

De acordo com o Dossiê da Intolerância (2016 p. 68), “quase todas as intolerâncias políticas são visíveis, mostrando que as pessoas não se constrangem em ofender ou discriminar os outros por posicionamentos políticos”. Contribui para determinada polarização, o fato dos usuários brasileiros serem mais ativos politicamente *online*, do que os usuários de internet dos demais países americanos.

Numa pesquisa realizada Brasil pelo IBOPE, através de sua unidade de pesquisas online, o CONECTA mostrou que o percentual de brasileiros que leram sobre temas políticos nas redes, seguiram páginas relacionadas ao

²² Disponível em: <http://www.comunicaquemuda.com.br/dossie/politica/>

²³ Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-registra-1-crime-de-odio-por-hora,10000089434>

assunto ou postaram e compartilharam comentários relativos à questão política atual está acima da média das Américas.

O percentual dos que leram sobre temas políticos ou sociais nas redes nos últimos 12 meses é de 87%, bem acima da média, que é 59%. Em seguida, estão Colômbia (65%), Canadá (60%) e Peru (59%).

A intolerância política também foi registrada em imagens nas manifestações no período do *impeachment* de 2016. As imagens coletadas tiveram como critério o que, seguindo a linha deste trabalho, representam manifestações de intolerância política.

A discrepância entre o livre direito à manifestação contrapõe com a solicitação de uma intervenção militar, que justamente, como vários exemplos na história do país, tem como princípio a censura.

Uma possível explicação para a situação em evidência seria o fato de o Brasil da segunda década do Século XXI apresentar um quadro de instabilidade econômica e política. Conforme uma pesquisa realizada pelo London Business School, os pesquisadores da área de comportamento organizacional, Hemant Kakkara e Niro Sivanathana (2016, p. 6734) afirmam que:

Quando confrontados com um meio de incerteza e com a falta de controle psicológico resultante, os sujeitos tendem a apoiar líderes dominantes, que acreditam ter a capacidade para enfrentar os ventos desfavoráveis e aumentar as chances de sucesso no futuro.

Na imagem a seguir, a intolerância evidenciada na frase, acrescentado à simbologia das camisas das pessoas que seguram o cartaz que, traduz a associação entre nacionalismo e combate ao inimigo comum, que nesse caso seria o comunismo. De certo modo, a imagem exprime a estrutura argumentativa do discurso do ódio que qualifica esse tipo de discurso, incitando ao banimento do outro, ou atuando na tentativa de banimento (SANTOS, 2014, p. 05). Isto é, o diferente geralmente é considerado como inimigo.

Figura 13: Porque não mataram todos em 64



Fonte: <http://www.sensacionalista.com.br/2015/08/16/dez->

Na próxima imagem, a mesma retórica é repetida, agora nominando representantes políticos. A utilização da palavra “comunismo” também revela o pensamento anacrônico dos autores do cartaz, do mesmo modo, como remete à literatura revisionista que defende a eminência de um golpe comunista como principal vetor no golpe de 1964.

No entanto, estudos recentes mostram que essa “ameaça” não correspondia a realidade. Uma das certezas, é a total falta de desmobilização da esquerda no momento do golpe (PINHEIRO, 2014, pg. 132).

Figura 14: Comunista é bom morto



Fonte: <http://www.sensacionalista.com.br/2015/08/16/dez-cartazes-das-manifestacoes-antigoverno-em-que-voce-nao-vai-acreditar/>

As imagens, retratam uma contradição entre discurso e ação. Uma manifestação social, representa liberdade de expressão e de pensamento. Nessa situação, a pessoa que segura o cartaz utiliza sua liberdade de manifestação para pedir diretamente o oposto.

Figura 15: Intervenção militar já



Fonte: Fonte: <http://www.sensacionalista.com.br/2015/08/16/dez-cartazes-das-manifestacoes-antigoverno-em-que-voce-nao-vai-acreditar>

Figura 16: Intervenção militar



Fonte: <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/03/atos-de-odio-nas-manifestacoes-reforcam-discurso-de-classe-em-sp-7263.html>

Tratando de um regime democrático é importante lembrar que:

a liberdade de expressão é direito fundamental diretamente correlato à garantia de voz aos cidadãos na manifestação de suas várias correntes políticas e ideológicas. É certo que a proteção da liberdade de expressão não é suficiente para assegurar a participação popular no debate político, pois os direitos fundamentais efetivam-se de modo interdependente: a eficácia de um direito fundamental depende da eficácia dos demais. Porém, não restam dúvidas de que tal liberdade é imprescindível que aqueles que desejam (SIC) manifestar-se na esfera pública tenham como fazê-lo e não sejam reprimidos por isso (TÔRRES, 2017, p. 62).

A intolerância e a polarização política são ilustradas nas imagens seguintes. Além deste tipo de intolerância, observam-se outros tipos presentes nas imagens. Misoginia e deficiência (DOSSIÊ INTOLERÂNCIAS, 2016, p. 42 e 58).

Figura 17: Adesivo Dilma Rousseff 1



Fonte: <http://adesivoscardoso.blogspot.com.br/?view=magazine>

Figura 18: Adesivo Dilma Rousseff 2



Fonte: <https://www.buzzfeed.com>

No caso dos adesivos com a imagem da ex-presidente Dilma Rousseff, é evidente o caráter misógino, demonstrado no apelo sexual ao colocar a figura pública em posição vexatória, como se uma bomba de gasolina fosse introduzida em suas partes íntimas.

No ano de 2016, quando fora lançado o adesivo, se encontrava no acervo de produtos do Mercado Livre. Referente a sua descrição do anúncio no sítio eletrônico, "adesive seu carro e se divirta protestando" (BAREM, 2015, s/p).

Em conformidade com o Dossiê Intolerâncias (2016, p. 06) 88% de menções odiosas no *Facebook* no ano de 2016 foram em relação à misoginia. Por misoginia, o ódio ou aversão às mulheres (DOSSIÊ INTOLERÂNCIAS, 2016, p. 58).

O mapa, produzido pelo dossiê citado, evidencia as palavras mais utilizadas no ciberespaço, no período pesquisado:

incitação à violência e o ataque aos direitos constitucionais são enunciados através de cartazes.

Levando em consideração os números fomentados pelo Dossiê da Intolerância²⁴, que viabiliza dados que colocam o *Facebook* como a maior plataforma com comentários e postagens de ódio, em muitos casos se tem a impressão de que as expressões odiosas das redes sociais digitais se materializaram nas ruas.

Notadamente, Chauí (2000, p. 04) confabula que, as manifestações de intolerância e ódio não se tratam de um fenômeno recente, visto que, a sociedade brasileira, diferentemente do que se apregoa historicamente, está longe de ser cordial e pacífica.

Partindo do pressuposto de que estes vários elementos caracterizam o contexto de ódio constituído no ciberespaço, se pretende tratar deste conjunto de características como uma cultura. A cultura do ódio consolidada por ideias cujo conteúdo aguça à discriminação, seja ela racial, religiosa, econômica, de gênero, de orientação sexual, etc.

Uma cultura onde a tolerância e o respeito à diversidade perdem espaço para o preconceito generalizado e a opressão de minorias sociais segregadas e perseguidas por representarem (a esta cultura) uma inferioridade a ser debelada.

Nesse entendimento, o *Facebook* colabora para a proliferação de uma cultura de ódio, pois implica a livre produção e circulação de conteúdos na rede. Determinada propriedade, além de favorecer o ciberativismo, também corrobora para o que se entende como “cibercultura da intolerância”. Esta, por sua vez, se fundamenta no uso das redes sociais digitais para a disseminação de conteúdos contrários às agendas democráticas.

Sabe-se que a cultura possui elementos que caracterizam tal conceito como um discurso pautado em retórica comum e de cunho religioso; Símbolos expressos em imagens e gestuais e ações concretas como o cibercrime.

²⁴ Estudo realizado no ano de 2016 pelo blog Comunica Que Muda, de comunicação de interesse público da agência nova/sb Comunicação. Este levantamento foi realizado entre abril e junho, com o auxílio de um algoritmo (software Torabit) que vasculhou redes sociais digitais como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* armazenando mensagens e textos sobre intolerância e, posicionamento político.

Dos variados motivadores que contribuem para este estado das coisas, destaca-se a dificuldade histórica em reconhecer esta cultura do ódio, já que, a justificativa proposta de que o discurso é inferior a prática, ou seja, há uma hierarquia da agressão, pois acredita-se que a palavra não significa a materialização da ação.

Neste entendimento, a agressão verbal ou escrita seria apenas uma ação sem consequências por não ter havido agressão física, que de acordo com esta crença materializaria a ação de agressão.

Outro aspecto constatado no cerne da negação desta cultura é a “crença na autoridade da palavra” (SANTOS, 2014, p. 32). O agressor, ou opressor manifesta seus ideais livremente nas redes sociais digitais sem levar em consideração de que, aquele é um espaço público. Para isto justifica seu discurso, como um direito de livre expressão por ter sido proferido em sua conta particular.

De modo resumido, este conjunto de fatores se refere à

descaracterização – a renegação da existência do discurso do ódio alimentada por visões de mundo que se mostraram herdadas na tradição de pensamento ocidental: a crença na inocuidade da fala do discurso; a crença na propriedade do privado como lugar do discurso (idem, 2015, p.33).

Para Santos (2014, p. 05), a estrutura argumentativa do discurso do ódio comporta:

O banimento do outro, ou a tentativa de banimento (i) que se revela numa atitude de intolerância quanto ao diferente geralmente considerado como inimigo.

O acionamento do pânico, tanto moral quanto social (ii) instiga intencionalmente o medo entre a maioria dominante com o objetivo de torná-la opressora.

O argumento ideológico (iii) de cunho político, social ou religioso mira a manutenção de um estado de coisas para um grupo dominante.

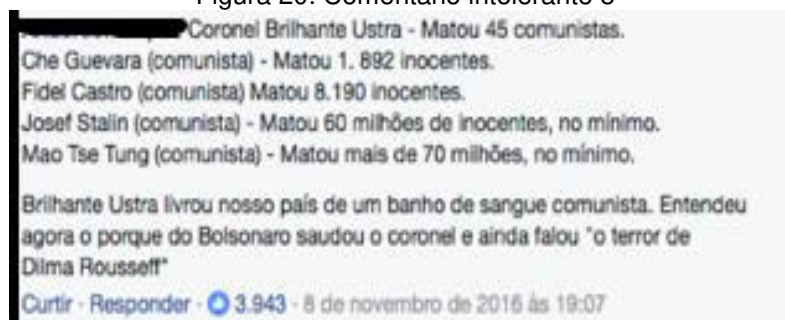
Outro elemento fundamental na disseminação de discurso de ódio através de notícias, consiste na utilização de informações falsas, as chamadas *fake news*, que equivalem em notícias falsas veiculadas no espaço virtual, no intuito de aferir lucros com curtidas recebidas em determinada publicação.

Desse modo, *fake news* vira a não-notícia e pode ser dividida em quatro categorias de acordo com a intenção de quem a difunde:

i) os que intencionalmente buscam enganar através de manchetes tendenciosas; (ii) os de reputação razoável que compartilham boatos em larga escala sem verificar corretamente os fatos; (iii) os que relatam de forma tendenciosa fatos reais, manipulando a informação; e (iv) os que humoristicamente trabalham com situações hipotéticas. Nesses casos, o maior risco é que as notícias sejam compartilhadas fora do contexto. (SOUZA, 2017, s/p).

No contexto político atual, e em vários países do mundo, a utilização de *fake news*, é quase uma epidemia.

Figura 20: Comentário intolerante 5



Toda a lógica da cibercultura da intolerância é reforçada pelo raciocínio maniqueísta, no qual, o bem e o mal estão em eterna disputa. Neste caso, do comentário acima, o comunismo representa todo o mal e merece ser destruído. O comentário também se apóia sobre o revisionismo histórico.

Em concomitância com os resultados, foi possível estabelecer pontos de conexão e convergência. O cruzamento entre os dados coletados apresentou o forte suporte que a extrema direita vem construindo com alcance além das barreiras geográficas. São pelo menos três os pontos que se conectam na conclusão da pesquisa:

A convergência por plataformas (digitais): encontros e conversações online fazem com que os usuários identifiquem interesses extremistas em comum e migrem a conversa para plataformas mais reservadas e possibilitam o surgimento de novas alianças. **A convergência por ideologia:** a identificação de pontos em comum nas ideologias e objetivos de cada grupo e a união de interesses. **Convergência Tática:** A estruturação da extrema direita para se unir com outros grupos e lutar por objetivos em comum, mesmo quando os movimentos não lutem 100% pelos mesmos ideais. Isso nas redes sociais digitais se divide entre conteúdos de entretenimento sobre esta ideologia, visibilidade e sucesso no alcance o anonimato para as negociações estratégicas (EBNER, 2017, p. 26)

É importante observar que a cibercultura da intolerância não é exclusividade apenas de um dos lados do espectro político, mas sim, um conjunto de elementos presentes nos dois sentidos ideológicos.

Da direita à esquerda, passando pelo centro, todos os espectros políticos e ideológicos no país têm errado, (...), em reduzir a prevenção à violência e o combate à criminalidade como uma pauta exclusivamente policial e afeita à esfera penal e de controle da ordem pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017, p. 37).

É, sem dúvidas, um dos lados negativos do espaço virtual, que viabiliza o poder de expor pensamentos, ideias e opiniões e que, muitas vezes determinado posicionamento fere os preceitos da dignidade humana e cidadã do outro.

Em contrapartida, a mesma rede social digital é utilizada para denunciar os casos de explicitação da cultura do ódio. Em vários momentos após episódios de incitação ao ódio, destacam-se nas redes sociais digitais, não apenas mensagens diretas, mas também a denúncia de agentes públicos fomentando esta cultura.

Não obstante, a disseminação da intolerância política, ao mesmo tempo que ganha força na utilização das plataformas digitais, também é denunciada, implicando a necessidade de discutir os limites para a liberdade de expressão e da prática da cidadania como alternativa de esclarecimento e conscientização da importância do uso democrático das redes sociais digitais.

Pois, como defende Bobbio (1992, p. 39), o futuro da democracia depende do ter cidadãos ativos que se orientem nos seguintes ideais: o ideal da tolerância, contra o fanatismo e a crença cega na própria verdade e na força capaz de impô-la; o ideal da não violência na solução dos conflitos sociais; o ideal da renovação gradual da sociedade na revolução silenciosa de mentalidades e do modo de viver; o ideal da irmandade, a fraternidade da revolução francesa, que une todos os homens num destino comum, e faz do método democrático um hábito com possibilidade de perdurar.

A cidadania ativa, a tolerância, a não-violência, o respeito às diferentes mentalidades, a solidariedade e irmandade, cultivados nos ambientes sociais e culturais, farão destes espaços educativos, ambientes favoráveis ao desenvolvimento de uma consciência cidadã.

Pois, é na vulgarização de agendas civilizatórias como a tolerância ao multiculturalismo e as liberdades e garantias individuais que residem as esperanças em um mundo mais justo e igualitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um estudo que busca refletir e discutir sobre as relações comportamentais do indivíduo, na procura de sua significação em meio à sociedade, não pretende ser conclusivo. Deve provocar reflexões que proporcionem mudanças de atitudes, valores e comportamentos, e que, sobretudo, reconheça a complexidade do fenômeno em questão.

No atual cenário brasileiro de polarização política, os meios de comunicação e informação se estabelecem como atores essenciais. As redes sociais digitais, como fruto da *internet*, ocupam espaços das mídias tradicionais, inserindo uma disputa sobre o monopólio da informação. Mesmo com o pleno domínio das mídias tradicionais, agora é possível o compartilhamento de versões diversas do mesmo acontecimento.

Este estudo apresenta categorias fulcrais para a construção do objeto de estudo, representativas do espaço discursivo, as quais se destacam, seja pela reiteração, seja pelas condições de produção que se proferem nas redes sociais, influenciadas pela cibercultura.

A partir dos pressupostos da pesquisa, foram estabelecidos os objetivos geral e específicos, antecedidos de um problema de pesquisa. Acredita-se que a questão problema estabelecida foi respondida tendo em vista os dados apresentados no capítulo 4 e 5 deste trabalho. O resultado, que cumpre o objetivo geral, aponta para uma maior aderência ao discurso de ódio presente através do comportamento social de indivíduos nas redes sociais, que seguem disparidades políticas representantes de partidos posicionados à “Direita e Esquerda” do espectro ideológico. Desse modo, os demais objetivos traçados para este estudo também foram alcançados. como a conceituação, a partir de pressupostos teóricos dos termos discurso de ódio, cibercultura, e sociedade em rede.

Também foram tratadas as transformações estruturais na relação recente entre as redes sociais digitais e sociedade e a formação das identidades culturais "digitais" neste contexto. A discussão, com base em pressupostos teóricos sobre no que consiste o espectro político ideológico e os conceitos também foi realizada, assim como foram apresentados os dados

sobre a intolerância política e discurso do ódio nas redes sociais digitais no período de 2014 a 2017.

Notadamente, a cibercultura proliferou novas maneiras de estar e ser no universo virtual, tencionando que seus paradigmas espelham as transformações decorrentes da emergência da sociedade pós-moderna, marcada pelo avanço do capitalismo em sua dimensão mundial.

Com o redimensionamento da economia capitalista nas formas de consumo, firmada pela globalização e pelo aparato tecnológico que instituiu as redes comunicativas e informacionais. Acometeu, nessa conjuntura, um processo de midiatização, associado às novas tecnologias digitais e a popularização do diálogo *online* na rede.

Estimuladas pela popularização da *internet*, as relações socioculturais humanas passaram a ser também mediadas pela máquina, predominando a desterritorialização e a instantaneidade.

Na relação virtual não se contabiliza o tempo real, abrindo lugar para a desmaterialização dos espaços, proporcionando a expansão das formas de comportamento no mundo, através do fluxo de comunicação das redes telemáticas, por efeito do impacto do consumo, alargado pela globalização. Ora, as barreiras do tempo e do espaço foram derrubadas.

Nessa nova configuração sócio técnica, que se originou pela expansão capitalista, reconfigurou simultaneamente os padrões culturais. Nesse viés, Bauman (2001) pondera esse momento histórico como modernidade líquida, correspondendo aos padrões de referências que contextualizam as esferas culturais.

Atribuindo aos valores, sentimentos, desejos, espaços, sensações características dos líquidos, tudo corre e flui facilmente, posto que não evidenciam consistência, nada é sólido, dado que são consumíveis e variados facilmente, numa sociedade capitalista, regida pelo consumo.

Tal fluidez e permeabilidades de referências e padrões dificultam o indivíduo de preservar convicções, em meio à grande variedade de informações e padrões de pensamentos.

Uma das intenções dessa pesquisa foi ampliar os horizontes do tema trabalhado, propondo como alternativa à promoção da cultura cidadã e à

defesa dos princípios democráticos que possam garantir a tolerância ao pluralismo e a diversidade social.

Neste seguimento, se evidencia o papel da fundamental educação para a conscientização dos valores democráticos e o uso responsável das redes sociais digitais. Pesquisas mais detalhadas podem aperfeiçoar o mapa conceitual proposto, assim como identificar outras características do problema, não identificadas neste estudo.

Embora haja a existência de uma cibercultura da intolerância, disseminando o discurso de ódio nas redes sociais digitais, o que acaba por estimular a intolerância política, o pensamento homogêneo e o desrespeito à diversidade cultural, cerceando o pluralismo tão necessário em sociedades ditas democráticas, o potencial das redes sociais digitais para o ciberativismo alinhado à proliferação de valores democráticos, como princípios de cidadania e respeito ao multiculturalismo e ao pluralismo de ideias, ainda é viável.

Tratando-se de uma temática nova e como consequência com pouca produção acadêmica, métodos e referências bibliográficas diversificadas poderão auxiliar na ampliação das discussões sobre o tema e na elaboração de novas hipóteses de pesquisa.

Dessa maneira, espera-se que, enquanto análise de um processo discursivo em curso, a configuração histórica das relações assimétricas de poder atualmente, que buscou-se realizar, persevere como colaboração para as práticas sociais virtuais futuras.

E que, as reflexões suscitadas possam contribuir não somente para estudos de gêneros digitais e de práticas sociais e identidades constituídas nesses espaços, mas singularmente com uma prática social mais crítica e reflexiva no universo das Redes Sociais, possibilitando o enriquecimento teórico, metodológico e formativo intrínseco para a construção de uma discussão e reflexão comprometida com a democracia, formando cidadãos conscientes, ativos e críticos.

REFERÊNCIAS

- AKIRA, Fernando et al. **Marketing digital: um estudo exploratório – novas mídias na internet – caso da empresa TECNISA**. Disponível em: http://arquivos.diegoalex.com/TCC/TCC_NovasMidasdaInternet_DiegoAlex.pdf> Acesso em 12 de nov. 2017.
- ARONI, Bruno Oliveira. **Por uma etnologia dos artefatos: arte cosmológica, conceitos mitológicos**. Revista Proa, n. 2, v. 07, 2010.
- BAGNO, Marcos. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Plínio Dentzien (trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Carlos Alberto Medeiros (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- _____. **Identidade**. Carlos Alberto Medeiros (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BELÉM, Euler de França. **A marcha da insensatez: redes sociais estão destruindo a sociedade civil**. Revista Bula, 2018. Disponível em <<http://www.revistabula.com/12570-amarcha-da-insensatez-redes-sociais-estao-destruindo-a-sociedade-civil/>> Acesso em 11 de jan. 2018.
- BERKELEY, George. **Tratado sobre os princípios do conhecimento humano**. Trad. Antônio Sérgio. 2a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Col. “Os pensadores”).
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil Declaração**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- _____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC/Rio/005, janeiro de 2009.
- BRIGGS, A; BURKE; P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Maria Carmelita Pádua Dias (trad.). 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BRUGGER, Winfried. **Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano**. *Revista de Direito Público* 15/117. Trad Maria Ângela Jardim de Santa Cruz. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Público, ano 4, jan-mar.2007.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York: Routledge, 1997.

CALIXTO, Douglas. **Educomunicação e redes sociais: caminhos para cidadania em meio ao esgotamento do diálogo e à escalada de ódio**. Rio de Janeiro, 2015.

CANCLINI, Nestor G. **Consumidores & cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

_____. **La Globalización Imaginada**. Buenos Aires: Paidós, 2001.

_____. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CARVALHO, Flávio Rodrigo. **Os direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e o pensamento filosófico**. 2014. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5147&revista;_cadern. Acesso em 28 mai. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Roneide Venancio Majer (trad.). São Paulo: Paz e Terra, 1999, v.1.

CHAUÍ, MARILENA. BRASIL. **Mito fundador e sociedade autoritária**. Perseu Abramo, São Paulo: 2000.

_____. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHOULIARAKI, Lillie. FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: Rethinking. Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael. **Novas formas de comunicação: história do Facebook - Uma história necessariamente breve**. Revista Alceu, Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, p.168-187, 14 abr. 2014. Semestral. Disponível em: [http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu 28 - 168-187.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%20-%20168-187.pdf). Acesso em 14 maio 2018.

CUDDON, J. A. **Dictionary of Literary Terms & Literary Theory** **Dictionary of Literary Terms & Literary Theoried**. London: Penguin Reference, 2000.

DANNA, M. F; MATOS, M. A. **Aprendendo a observar**. São Paulo: Edicon, 2006.

DELEUZE, Gilles. **How Do We Recognise Structuralism?** In: (Ed.). Desert Islands and Other Texts Nova York: Semiotext(e), 2004. p.170-192.

DESSEN, M. A; MURTA, S. G. **A metodologia observacional na pesquisa em psicologia: Uma visão crítica**. Cadernos de Psicologia, 1997.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

EBNER, Julia; Davey, Jacob. **The Fringe Insurgency Connectivity, Convergence and Mainstreaming of the Extreme Right**. London, 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis**. London: Longman, 1995.

_____. **Discurso e Mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

_____. **Analysing Discourse**. London: Routledge, 2003.

FILHO, Adilson Vaz Cabral; COUTINHO, Guttemberg. Web 2.0: caminhos e desafios no desenvolvimento da internet. In: FRAGOSO, Sueley; MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **A internet na América Latina**. Pouso Alegre: Sulina, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. 39p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FRAGOSO, S., RECUERO, R. & AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

FREITAS, Frederico Luiz Gonçalves. **Ontologias e a Web Semântica**. 2005. Disponível em: <http://www.inf.unisinos.br/~renata/cursos/topicosv/ontologias-ws.pdf>. 10/08/2005. Acesso em 07 de Out de 2017.

FURST, Mariana Samos Bicalho Costa. **Liberdade de Expressão na Internet**. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/viewFile/3897/3849>. Acesso em 28 mai. 2018.

GALLI, Fernanda. **Escrita: (Re)construção de vozes, sentidos, 'eus'...** In: CORACINI, Maria José. ECKERT-HOFF, Beatriz. (Org.) **Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela**. Campinas: Ed. Mercado de Letras, 2010.

_____. **Linguagem da internet: um meio de comunicação global**. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. XAVIER, Antônio Carlos. **Hipertexto e Gêneros Digitais – novas formas de construção de sentido**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAHAM, Ian. **Comunicação: ideias que mudaram o mundo**. São Paulo: Ciranda Cultural Editora, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. **A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. **Modernidade e Identidade**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2002.

GOULART, Guilherme Damasio. **O impacto das novas tecnologias nos direitos humanos e fundamentais: o acesso à internet e a liberdade de expressão**. 2012. 168 f. Monografia (Especialização) - 43 Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/REDESG/article/view/5955/pdf_1#.WNKPP9IrLIU>. Acesso em 28 mai. 2018.

GUMBRECHT, H.U. **Modernização dos sentidos**. Tradução Lawrence Flores Pereira. Ed, 34, 1998.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.

_____. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, nº2, 1997.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Editora DP&A: São Paulo, 2001.

_____. **Da Diáspora**. Identidades e Mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília, 2003.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. Londres: SAGE Publications, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

JAMESON, F. **Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo**. Novos Estudos, 1985. Disponível em <http://scribd.com/doc/53755636/Fredric> –Pós-Modernidade-e Sociedade-de-consumo. Acessado em setembro de 2017.

JUE, L. A.; MARR, J. A.; KASSOTAKIS, M. E. **Mídias Sociais Nas Empresas**. São Paulo: Évora, 2010.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru: Edusc, 2001.

LATOUR, Bruno. **Reensamblar lo Social: una introducción a la teoría del actor-red**. Buenos Aires: Manantial, 2008.

LAW, John. **Notas sobre a Teoria do Ator-Rede: ordenamento, estratégia e heterogeneidade.** (ONLINE)
<<http://www.necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20Ator-Rede.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

LEMOS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O Futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária.** São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **A máquina universo.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.

_____. **Cibercultura.** Carlos Irineu da Costa (trad.). Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

_____. **Inteligencia Colectiva: por uma antropología del ciberespacio.** Washington, 2004. Disponível em: <http://inteligencia colectiva.bvsalud.org/public/documents/pdf/es/inteligenciaColectiva.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2017.

LOCKE, Terry. **Critical Discourse Analysis.** London: Continuum, 2004.

LOPES, Alice Casimiro. **Políticas de currículo: questões teórico-metodológicas.** In: LOPES, Alice Casimiro; DIAS, Rosanne Evangelista; ABREU, Rozana Gomes. Discursos nas políticas de currículo. Rio de Janeiro: Quartet, 2011.

LLORENTE, José Antônio. **A era da pós-verdade: realidade versus percepção.** São Paulo: Mattavelli Gráfica e Editora, 2017.

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

_____. **O pós-moderno.** Ricardo Corrêa Barbosa (trad.). Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

KREPPNER, K. **Sobre a maneira de produzir dados no estudo da interação social.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, 2001.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos Estudos Culturais.** Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 1997.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa.** Maria de Lourdes Menezes (trad.). 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2006.

_____. Mediações simbólicas: a imagem como vínculo social. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado. **Para navegar no século XXI**. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 2000, 2 ed.

MENDONÇA, Heloísa. “**Caso Queermuseu mostra que são tempos de intolerância. Da direita, mas também da esquerda**”. El País on line, São Paulo, 2017. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/14/politica/1505394738_622278.html> Acesso em 10 mai. 2018.

MEURER, J. L. Gêneros Textuais na Análise Crítica de Fairclough. In: MEURER, J.L. BONINI, Adair. MOTTA-ROTH, Desirée.(Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MEY, Jacob. **As vozes da Sociedade**. 1ª ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

MEYER-PFLUG, Samantha. HC nº 82.424/RS: **Liberdade de expressão ou incitação ao racismo**. O voto do Min. Marco Aurélio. *Revista Ibero-Americana de Direito Público, RIADP*, Rio de Janeiro, ano iv, n.16.

_____. **Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

Miller, E. **An Introduction to the Resource Description Framework**. D-Lib Magazine, 1998. Disponível em: <http://www.dlib.org/dlib/may98/miller/05miller.html>. Acesso: 13. mai. 2018.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Berhand, 2ª ed. 1998.

NICOLAU, Marcos. **A busca por uma web semântica cognitiva**. Disponível em: <http://www.insite.pro.br/2011/Julho/web_semantica_nicolau.pdf>. Acesso em 10 de nov. 2012.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional**. São Paulo: Método, 6. ed. 2012.

ORTNER, Sherry Beth. **Uma atualização da teoria da prática**. In: ROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornélia; FRY, Peter (Orgs.). Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas – 25ª RBA. Blumenau: Nova Letra, p. 19-43, 2006.

PARISER, Eli. **The filter bubble – what the internet is hiding from you**. New York: The Penguin Press, 2011

PETERS, Michael. **Pós-esruturalismo e filosofia da diferença**. Uma introdução. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

POLLOCK, Jeffrey T. **Web Semântica para Leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2010.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, Raquel; SOARES, Pricilla. **Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”**. 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/14478/13021>>. Acesso em 26 mar. 2018.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão: Ed. Unisul, 2015.

RAYMOND, Eric S. **The Cathedral and the Bazaar: Musings on Linux and Open Source by an Accidental Revolutionary**. Revisited Edition. Sebastopol, O'Reilly, 2001.

RESENDE, Viviane de Melo. RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto: 2009.

_____. **Análise de discurso (para a) crítica – O texto como material de pesquisa**. São Paulo: Pontes, 2011.

ROCHA, Bruna Pereira; TOBIAS, Marcelo. **Divulgação de notícias na era das redes sociais**. In: Congresso Interdisciplinar de Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão, 1., 2016, Brasília. Anais. Brasília: Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2016. p. 455 - 469. Disponível em: <<http://izabelahendrix.edu.br/pesquisa/anais/arquivos2016/tc-455-469.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2018.

SILVA, Rosane Leal da; NICHEL, Andressa, MARTINS, Anna Clara Lehmann; BORCHARDT, Carlise Kolbe. **Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira**. Revista Direito GV, São Paulo, jul-dez 2011, p. 445-468.

ROSENFELD, Michel. **Hate speech in constitutional jurisprudence: a comparative analysis**. Public Law Research Paper, n. 41, Cardozo Law School, abril/2001. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=265939>. Acesso em 16 de jun. de 2018.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre, v. 9, 1998.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. **Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica**. Rev. Bras. Fisioter., São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>>. Acesso: 04. nov. 2017.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOUZA, Queila Regina; QUANDT, Carlos Olavo. **Metodologia de análise de redes sociais**. In: Fábio Duarte; Carlos Quandt; Queila Souza. (Org.). *O Tempo das Redes*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

SOPRANA, Paula. **“ha um aumento sistemático de discurso de ódio na rede diz diretor do safernet”**. Revista Época on line. 2017 Disponível em <<http://epoca.globo.com/tecnologia/experiencias-digitais/noticia/2017/02/ha-um-aumento-sistematico-de-discurso-deodio-na-rede-diz-diretor-do-safernet.html>> Acesso em 15 mai. 2018.

SPADARO, Antônio. **Web 2.0: redes sociais**. São Paulo: Paulinas, 2013.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TÜRCKE, Christoph. **A sociedade excitada: filosofia da sensação**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

VIRILIO, P. **O espaço crítico e as perspectivas do tempo real**. Paulo Roberto Pires (trad.). Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

APÊNDICE

Autor/Ano	Título	Instituição	Programa	Área	Tipo de estudo	Repositório/ Base	
Potiguar, Alex Lobato/2015	Discurso do ódio no Estado democrático de direito: o uso da liberdade de expressão como forma de violência	Universidade de Brasília	Programa de Pós-graduação em Direito	Direito	Estudo de caso	Biblioteca Brasileira de Dissertações	Digital Teses e
Maia, Davi Almeida/2016	A dignidade da pessoa humana entre Liberdade de Expressão e o Discurso do Ódio	Universidade Federal do Ceará	Programa de Pós-graduação em Direito	Direito	Pesquisa qualitativa com estudo de caso	Biblioteca Brasileira de Dissertações	Digital Teses e
Felisberto, Willian de Sousa/2017	Análise do Discurso de Ódio, Intolerância e Preconceito na Rede Social <i>Facebook</i>	Universidade Federal de Santa Catarina	Programa de Pós-graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação	Tecnologia da Informação e Comunicação	Pesquisa qualitativa com estudo de caso	Biblioteca Brasileira de Dissertações	Digital Teses e
Theophilo, Maria Raphaella Burlamaqui/2015	Liberdade de Expressão e proteção dos Direitos Humanos na Internet: Reflexos do discurso de ódio nas redes sociais e a ação #HumanizaRedes	Universidade de Brasília	Programa de Pós-graduação em Direito	Direito	Estudo de caso	Biblioteca Brasileira de Dissertações	Digital Teses e
Frigo, Renato Georgette/2017	Política, Memes e o Facebook no Brasil: em busca da democracia	Universidade Estadual de Campinas	Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ciências Humanas e Sociais	Estudo de caso	Banco de teses e dissertações CAPES/ Plataforma Sucupira	
Bardini, Elvis Dieni/2017	A cibercultura da Intolerância política, ou como a linguagem do ódio desconstrói a cidadania	Universidade do Sul de Santa Catarina	Programa de Pós-Graduação Ciências da Linguagem	Ciências da Linguagem	Pesquisa qualitativa com estudo de caso	Biblioteca Brasileira de Dissertações	Digital Teses e